

# Carta da INDÚSTRIA

*Senhor(a) Candidato(a),*

*Indústria e Estado devem trilhar um caminho conjunto em direção ao desenvolvimento e competitividade. As oportunidades devem ser aproveitadas e os desafios superados por meio da cooperação, destacando-se a importância do setor industrial na economia catarinense.*

*A conjugação de forças é a rota para o futuro que Santa Catarina almeja e merece.*

*Um futuro que apenas será alcançado por meio da integração de agendas rumo a uma indústria mais competitiva e a um Estado mais desenvolvido.*

**FIESC**

A FORÇA DA INDÚSTRIA CATARINENSE

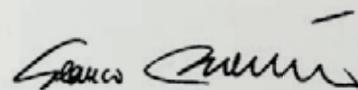
# Carta da INDÚSTRIA

*Senhor(a) Candidato(a),*

*Indústria e Estado devem trilhar um caminho conjunto em direção ao desenvolvimento e competitividade. As oportunidades devem ser aproveitadas e os desafios superados por meio da cooperação, destacando-se a importância do setor industrial na economia catarinense.*

*A conjugação de forças é a rota para o futuro que Santa Catarina almeja e merece.*

*Um futuro que apenas será alcançado por meio da integração de agendas rumo a uma indústria mais competitiva e a um Estado mais desenvolvido.*



**Glauco José Côrte**  
PRESIDENTE DA FIESC

**Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC**

**Glauco José Côrte – Presidente**

**Mario Cezar de Aguiar – 1º Vice-Presidente**

**Coordenadoria de Planejamento e Controle da Gestão – COPLAC**

**Coordenação Executiva**

**Carlos Henrique Ramos Fonseca – Gerente Executivo**

**Coordenação Técnica**

**Ana Cristina Gomes**

**Carolina Silvestri Cândido**

**Flávia Renata de Souza**

**Sidnei Manoel Rodrigues**

**REALIZAÇÃO DO ESTUDO**

**Autores**

**Adriana Abraham Sanchez**

**Carlos Jose Kurtz**

**Carolina Silvestri Cândido**

**Diego de Castro Vieira**

**Egídio Antônio Martorano**

**Elmar Meurer**

**Flávia Renata de Souza**

**Henry Uliano Quaresma**

**José Nazareno Rosa**

**Juliano Anderson Pacheco**

**Marcia Camilli**

**Maria Antônia Amboni**

**Moacir Rohling Volpato**

**Rodrigo Carioni**

**Sidnei Manoel Rodrigues**

**Tatiani Leal**

**Revisão**

**Judith Müller**

**Vladimir Brandão**

**F293**

**Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina  
Carta da indústria / Federação das Indústrias do Estado de  
Santa Catarina - Florianópolis: FIESC, 2014.**

**108 p. : il. ; 30 cm.**

**1. Indústria Catarinense – desenvolvimento. I. Título.**

**CDU: 338.45(816.4)**

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	<b>5</b>
<b>1. Quem somos, onde estamos</b> .....	<b>7</b>
A indústria catarinense.....	8
Contexto geral.....	8
Contexto econômico.....	16
O Futuro que a indústria merece.....	37
<b>2. O Caminho para o desenvolvimento sustentado (a competitividade com sustentabilidade)</b> .....	<b>43</b>
Estratégias para a indústria catarinense crescer.....	45
<b>3. Agenda: A Carta da Indústria Catarinense</b> .....	<b>53</b>
<b>I. AGENDAS TRANSVERSAIS</b> .....	<b>54</b>
Educação.....	56
Infraestrutura e logística.....	58
Tributação.....	61
Inovação.....	62
Representação política.....	64
Políticas de desenvolvimento.....	65
Meio ambiente.....	66
Relações trabalhistas.....	68
Internacionalização.....	69
<b>II. DEMANDAS POR MESORREGIÕES</b> .....	<b>70</b>
Mesorregião Oeste.....	72
Mesorregião Norte.....	75
Mesorregião Serrana.....	79
Mesorregião do Vale do Itajaí.....	81
Mesorregião da Grande Florianópolis.....	84
Mesorregião Sul.....	87
<b>III. QUADRO SÍNTESE</b> .....	<b>90</b>
<b>4. Como este documento foi elaborado</b> .....	<b>101</b>
<b>5. Referências</b> .....	<b>104</b>



>> **Indústria** e **Estado** devem trilhar um caminho conjunto em direção ao desenvolvimento e competitividade.

## **Apresentação**

O desenvolvimento socioeconômico catarinense é o principal desafio do Estado, que passa, necessariamente, pelo sucesso dos diversos setores produtivos, dentre eles, a indústria. Sendo esse um objetivo comum, a conjugação de forças para seu alcance faz-se necessária. Nesse contexto, ampliar a sinergia entre os setores industrial e público é o caminho para a competitividade da economia do Estado.

A Carta da Indústria Catarinense representa a voz da indústria frente à condução econômica do Estado. Nela, está contida a opinião dos principais representantes do setor industrial catarinense sobre os caminhos da competitividade com sustentabilidade.

A visão da indústria catarinense é fruto de amplo debate, realizado por meio das diversas oportunidades de interação do setor industrial, promovidas pela FIESC: Fórum Estratégico Superior; Reuniões de dirigentes de empresas e Sindicatos; Programa de Desenvolvimento da Indústria Catarinense (PDIC 2022); e pesquisa de opinião com 360 industriais, realizada com foco preciso na ampla participação da indústria na construção da própria Agenda para o Estado crescer mais e melhor.

A indústria coloca-se como centro de uma estratégia de crescimento sustentado de longo prazo, porém, para rumar a passos largos em direção a esse objetivo, é necessário o estreitamento da relação entre o setor industrial e o Governo do Estado. Assim, a Carta da Indústria Catarinense se propõe a balizar expectativas, subsidiar decisões e, principalmente, sinalizar caminhos possíveis, representando a visão da indústria e expondo as demandas que devem ser encaminhadas, conjuntamente, em direção ao desenvolvimento.



>> Estimular a competitividade da indústria catarinense é estimular o próprio desenvolvimento do Estado.

## 1. Quem somos, onde estamos

A indústria apresenta papel decisivo no crescimento econômico e deve estar no centro de uma estratégia de crescimento sustentado. Muitos dos períodos de grande crescimento da economia nacional foram liderados pelo crescimento industrial, pelas externalidades positivas que a indústria gera e pelos investimentos que ela realiza. Estimular a competitividade da indústria catarinense é estimular o próprio desenvolvimento do Estado.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas de 2013, a indústria é o motor do desenvolvimento sustentado e desempenha papel fundamental nas mudanças estruturais e no crescimento do emprego.

Desde a Revolução Industrial, a indústria tem sido vista como a “engrenagem do crescimento”, produzindo e gerando empregos, motivada pelas mudanças tecnológicas e pela mecanização, o que resulta em crescimento sustentado sem precedentes. Os maiores crescimentos de renda *per capita*, observados entre países de baixa e média renda, de 2000 a 2005, vieram acompanhados de crescimento industrial de igual ou maior proporção, o que evidencia a importância da indústria no desenvolvimento socioeconômico.

Santa Catarina, devido a sua história produtiva, colonização, caracterização geográfica, dentre outros aspectos, tem vocação confirmadamente industrial. Assim, respeitando as peculiaridades do Estado, é possível se afirmar a existência de uma trajetória exitosa de crescimento baseado na indústria manufatureira.

A produção e a exportação de manufaturas têm se constituído o caminho mais viável para a superação de muitos problemas sociais e a conquista de uma condição socioeconômica de maior desenvolvimento. Essa é a conclusão do Relatório de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas, de 2009, baseado na experiência de 159 países, dos quais 121 em desenvolvimento.

Verifica-se, ainda, que a indústria tem força transformadora em razão do seu impacto na produtividade global da economia, sendo expressiva sua influência nos demais segmentos do sistema produtivo, pelo efeito multiplicador que exerce sobre o crescimento. De forma dinamizadora, ela tem poder de aumento do valor agregado produzido e é altamente receptiva ao progresso técnico, bem como à inovação.

Desse modo, a indústria deve ser o centro das principais estratégias governamentais de crescimento e competitividade com sustentabilidade, dada sua importância no seio produtivo e as amplas relações dinamizadoras com os diversos setores e contingentes populacionais.

## A indústria catarinense

Santa Catarina é um estado com vocação industrial, e, como tal, a indústria vem se demonstrando imprescindível no desenvolvimento socioeconômico catarinense. Nas seções seguintes, deste documento, apresenta-se a indústria catarinense inserida em um contexto produtivo amplo, assim como nas economias do Brasil e do Estado.

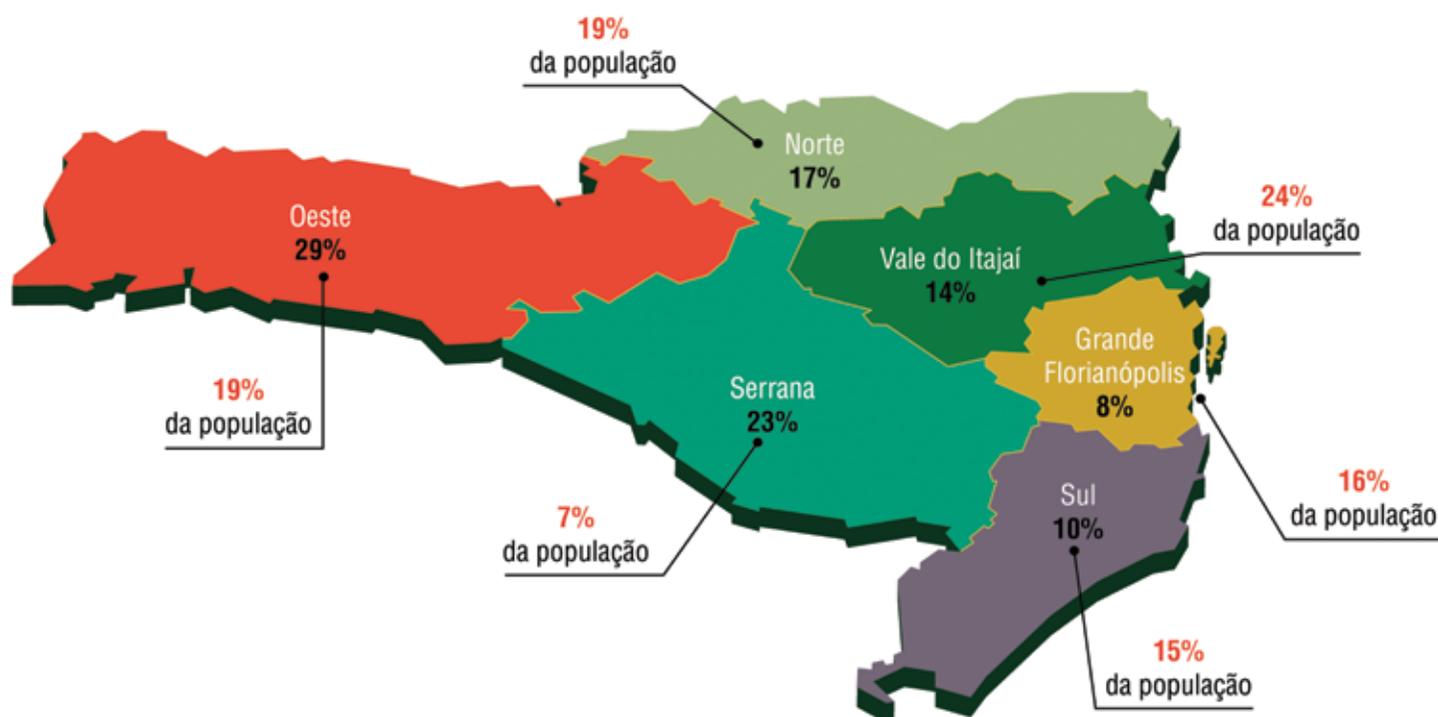
### Contexto geral

Santa Catarina, localizada na Região Sul do país, é o vigésimo Estado em extensão territorial e o décimo primeiro mais populoso. O Estado conta com 295 municípios e está dividido em seis mesorregiões: Sul, Grande Florianópolis, Oeste, Serrana, Vale do Itajaí e Norte.

O estado de Santa Catarina ocupa 1,1% do território brasileiro, e concentra 3,28% da população do país. Esta área foi responsável por 4,08% da riqueza gerada no país, no ano de 2011. De maneira mais detalhada, destacam-se as mesorregiões, com a correspondente parcela do território e da população.

Figura 1 – População e território catarinense (%): 2010

Fonte: IBGE (2010)

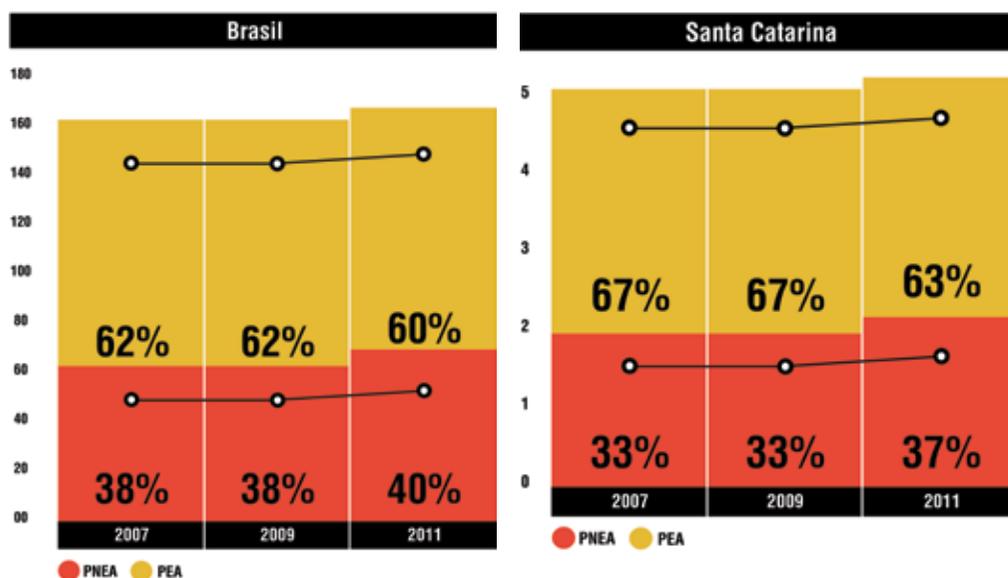


Nas mesorregiões do Estado desenvolvem-se as mais diversificadas atividades industriais, a destacar as mais preponderantes: no Sul, concentram-se os setores cerâmico, de carvão, vestuário e descartáveis plásticos; no Oeste, desenvolvem-se os setores alimentar e moveleiro; no Vale do Itajaí, ressaltam-se a indústria têxtil e vestuário; na mesorregião Norte, agrupam-se os setores de metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plásticos, confecção, e mobiliário; no Planalto Serrano, incorporam-se atividades de base florestal; e, na Grande Florianópolis, evidencia-se o setor tecnológico.

Interessa conhecer a composição da população economicamente ativa catarinense, em comparação com a realidade do país.

**Gráfico 1 – População com 10 anos ou mais de idade - população economicamente ativa e população não economicamente ativa do Brasil e de Santa Catarina (milhões, %): 2007, 2009 e 2011**

Fonte: IBGE – PNAD (2007, 2009, 2011)



Comparativamente, a proporção da população economicamente ativa em relação à população total em Santa Catarina é maior que a composição do país. Como é possível observar no Gráfico 1, enquanto 63% da população catarinense encontrava-se economicamente ativa, em 2011, para o Brasil, este número é de 60%. Em 2011, a população economicamente ativa catarinense representava 1,33% de toda a população economicamente ativa brasileira, em 2007, esse valor era de 1,09%, evidenciando crescimento.



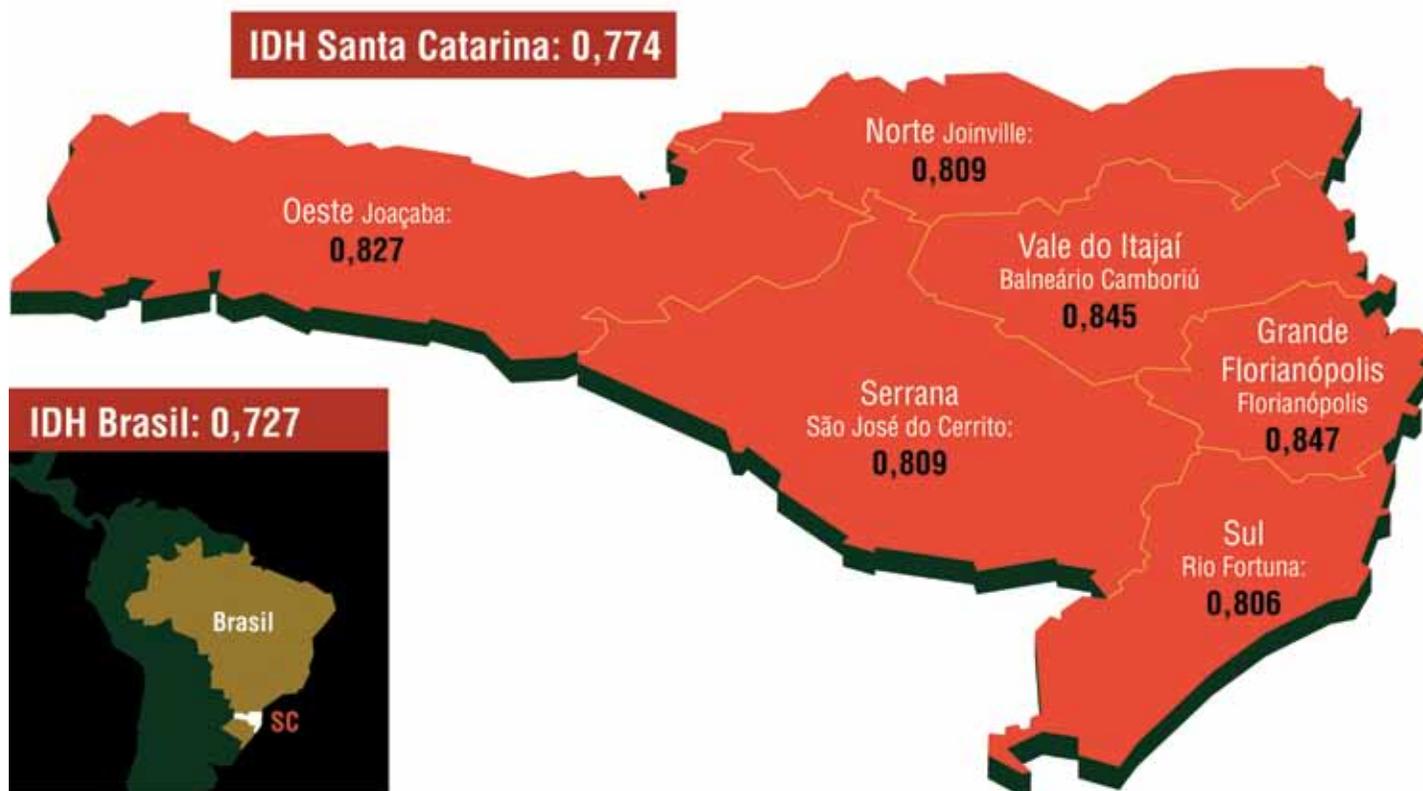
## Qualidade de vida catarinense

Expressa em aspectos como longevidade, mortalidade infantil e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a qualidade de vida representa, na realidade, a síntese dos esforços realizados por setores produtivos e pelo Estado. As mudanças diversas, ocorridas em Santa Catarina, devem ter, sempre, como objetivo a alavancagem da qualidade de vida da população, que consiste no verdadeiro desenvolvimento.

Santa Catarina possui a densidade demográfica de 65,27 habitantes por km<sup>2</sup>, e 84% da população vive em áreas urbanas. O Estado tem a maior expectativa de vida do país, de 76,8 anos (a média brasileira é de 73,7). A taxa de mortalidade infantil em Santa Catarina é a menor do país, 9,2 óbitos a cada mil nascidos, a média brasileira é de 16,7.

Figura 2 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): 20100

Fonte: PNUD (2010)



No mapa, destacam-se os IDH do Brasil e de Santa Catarina. No Estado, identifica-se o município com maior IDH em cada mesorregião. Na escala do Índice de Desenvolvimento Humano, são consideradas cinco faixas de avaliação: muito baixo – varia entre zero e 0,499; baixo – entre 0,5 e 0,599; médio – entre 0,6 e 0,699; alto – de 0,7 a 0,799 e muito alto – varia de 0,8 a 1,00. O IDH de Santa Catarina é o 3º maior entre os estados brasileiros, superior à média do Brasil, que é de 0,727. Entre os estados do Sul, Santa Catarina obteve o maior crescimento, passou de um IDH médio (0,671), no ano de 2000, para um valor considerado alto (0,774), em 2010, com 15,35% de crescimento.

Pelo IDH dos municípios, Florianópolis e Balneário Camboriú ocupam o 3º e 4º lugar no ranking nacional, respectivamente. Entre os municípios catarinenses, no IDH 2010, o último colocado foi Cerro Negro (na mesorregião Serrana), com IDH 0,621, considerado médio.



## Escolaridade

Escolaridade é um indicador importante que sinaliza o preparo do trabalhador industrial para um futuro cada vez mais competitivo. Nesse sentido, os avanços em direção a uma melhor escolaridade dos trabalhadores reflete aumento significativo nas capacidades industriais, principalmente em aspectos relacionados à produtividade e inovação.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, organizado pelo Ministério de Trabalho e Emprego (CAGED/MTE), indica que 52% dos 755.790 trabalhadores empregados na indústria catarinense, em 2013, não tinham escolaridade básica completa, o que representava 395.783 trabalhadores.

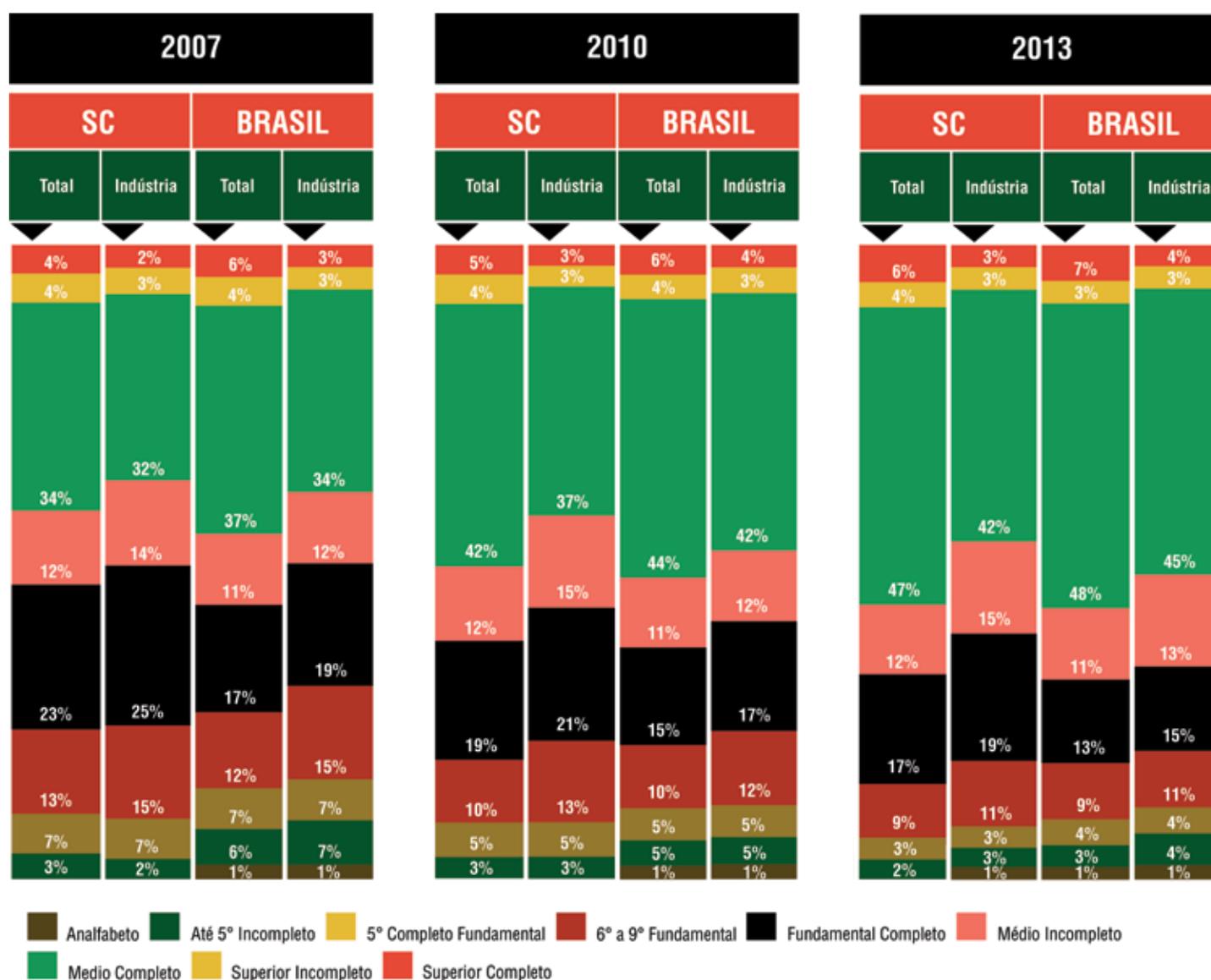
Analisando o Gráfico 2, nota-se que o ensino médio completo consiste no nível de escolaridade que mais concentra trabalhadores na indústria, em contrapartida ao reduzido número de trabalhadores com ensino superior concluído ou em andamento no período analisado (em comparação aos outros níveis de escolaridade). Porém, os dados mostram que há tendência de crescimento do nível de escolaridade dos trabalhadores, ao se observar diminuição dos percentuais nos níveis mais baixos e crescimento dos percentuais nos níveis superiores de escolaridade (ensino médio e superior).

Observa-se, ainda, crescimento de 13 pontos percentuais (34% em 2007 para 47% em 2013) no número de trabalhadores com o ensino médio completo em Santa

Catarina. Menos de 1% dos trabalhadores são classificados como analfabetos. Em 2013, 48% dos trabalhadores da indústria catarinense possuem, no mínimo, ensino médio completo. Em 2007, esse percentual era de 42%. De forma geral, os trabalhadores se mostram mais qualificados ao passar dos anos. Análises de estudos econômicos demonstram que um ano adicional de escolaridade está associado, em média, a aumentos de 34,7% do PIB por trabalhador, em 2001, e de 39%, em 2007, ao se relacionar a escolaridade média dos trabalhadores ao PIB por trabalhador no Brasil.

Gráfico 2 – Escolaridade do trabalhador brasileiro e catarinense (total e da indústria, %): 2013

Fonte: MTE – CAGED (2013)

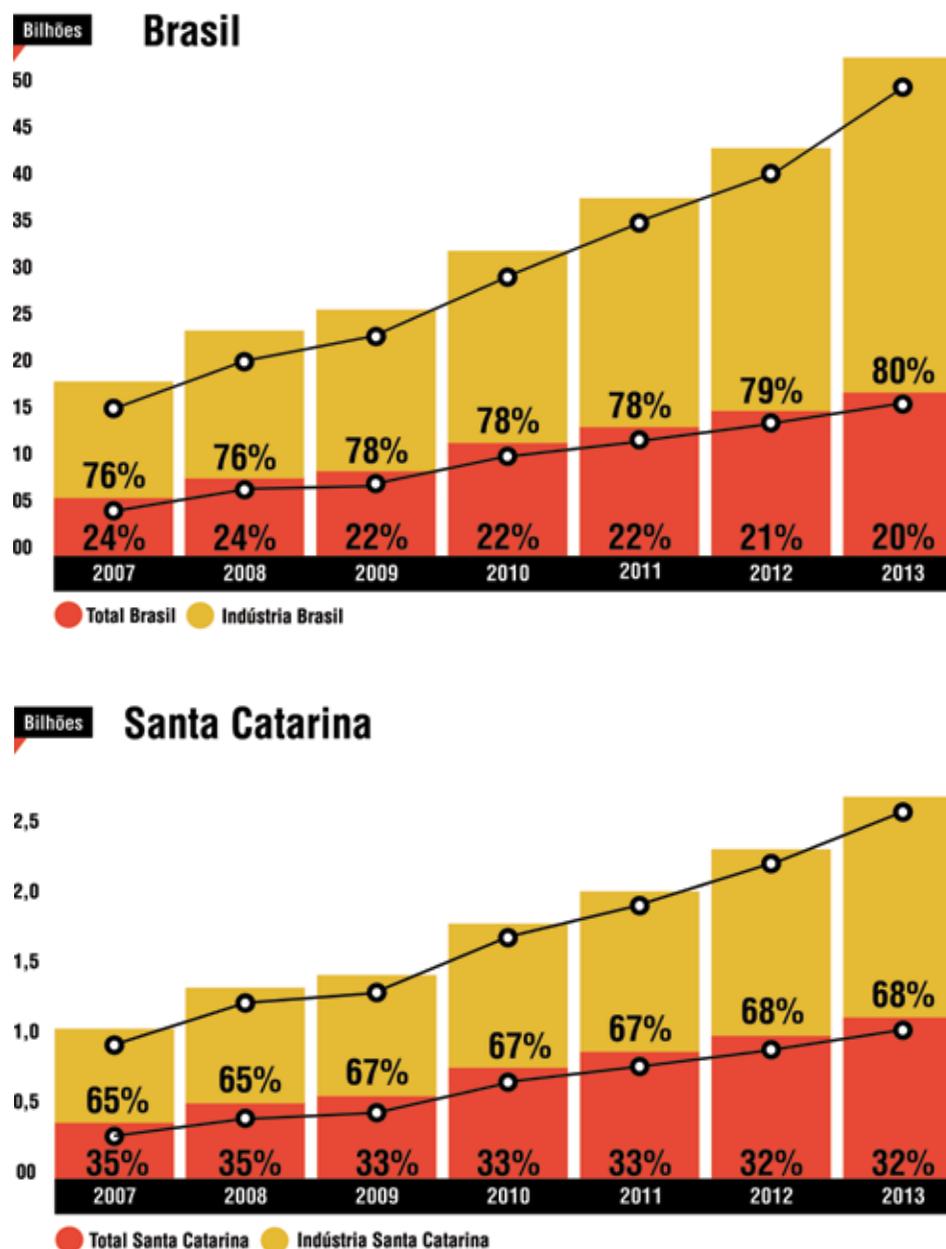


## Remuneração total e média

Intimamente relacionada à produtividade industrial, a remuneração dos trabalhadores é um importante indicador econômico e social, sendo a relação entre produtividade e remuneração positiva e direta. A qualificação dos trabalhadores resulta em ganhos de produtividade transferidos a eles por meio de aumento da remuneração.

Gráfico 3 – Remuneração total brasileira e catarinense (Todos os setores e indústria – bilhões, %): 2007 a 2013

Fonte: MTE – CAGED (2013)



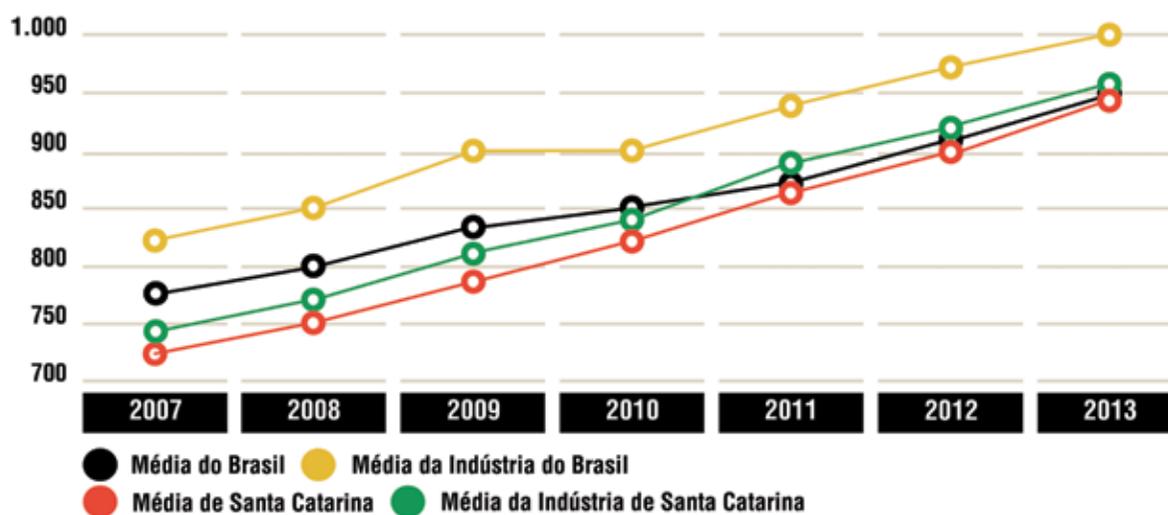
A remuneração também condiciona a participação econômica do trabalhador na sociedade, pois permite a inserção em um mercado consumidor amplo, além de incorrer em geração de oportunidades não existentes quando da exclusão social. Ainda, por meio da identidade auferida entre trabalhador e consumidor, através da remuneração, este constitui a demanda agregada, importante para qualquer atividade produtiva.

Observa-se, segundo o Gráfico 3, crescimento em torno de 150% na remuneração total percebida, tanto em Santa Catarina quanto no Brasil, no período de 2007 a 2013. Assim, o crescimento da remuneração no Estado acompanha a realidade brasileira. No contexto catarinense, a remuneração direcionada à indústria possui maior representatividade na remuneração total, em relação àquela observada nos dados brasileiros.

Conhecendo a remuneração total e o montante de pessoal ocupado, tanto em Santa Catarina quanto no Brasil, é possível calcular a remuneração média, identificando-se as médias catarinense e brasileira, da remuneração como um todo, e da remuneração direcionada à indústria.

Gráfico 4 – Remuneração média (R\$): 2007 a 2013

Fonte: MTE – CAGED (2013)



É possível observar, no Gráfico 4, crescimento em torno de 25% na remuneração média em todos os casos, entre 2007 e 2013. Porém, a remuneração média do estado de Santa Catarina é inferior às médias brasileiras, em toda a série. A remuneração média da indústria catarinense apresenta comportamento de crescimento pouco mais acentuado que a remuneração média total do Brasil. Tratando-se de remuneração média industrial, Santa Catarina acompanha o crescimento brasileiro, porém, em uma faixa salarial inferior. A remuneração média da indústria catarinense é superior à remuneração média do Estado como um todo. Contudo, ambas são menores que a remuneração média da indústria no país.

## Contexto econômico

Santa Catarina apresenta expressividade econômica no cenário brasileiro, como um Estado com realidade produtiva diversificada e com polos regionais definidos.

### PIB e Emprego

Os indicadores PIB e emprego sinalizam a produção física, as riquezas geradas e o contingente populacional alocado produtivamente, nos diversos postos de trabalho de uma economia. Por meio da produção física, uma economia se insere na estrutura produtiva global via comércio exterior e gera os bens necessários para abastecimento dos mercados.

No ano de 2011, o PIB de Santa Catarina foi de 169.050 milhões de reais, o que significa 4,08% do PIB brasileiro. No mesmo ano, 2.236.126 empregos formais estavam alocados no Estado, o que consiste em 5,65% do emprego formal brasileiro.

Figura 3 – Produto Interno Bruto e emprego formal – brasileiro e catarinense: 2011

Fonte: IBGE – Contas Regionais (2011)



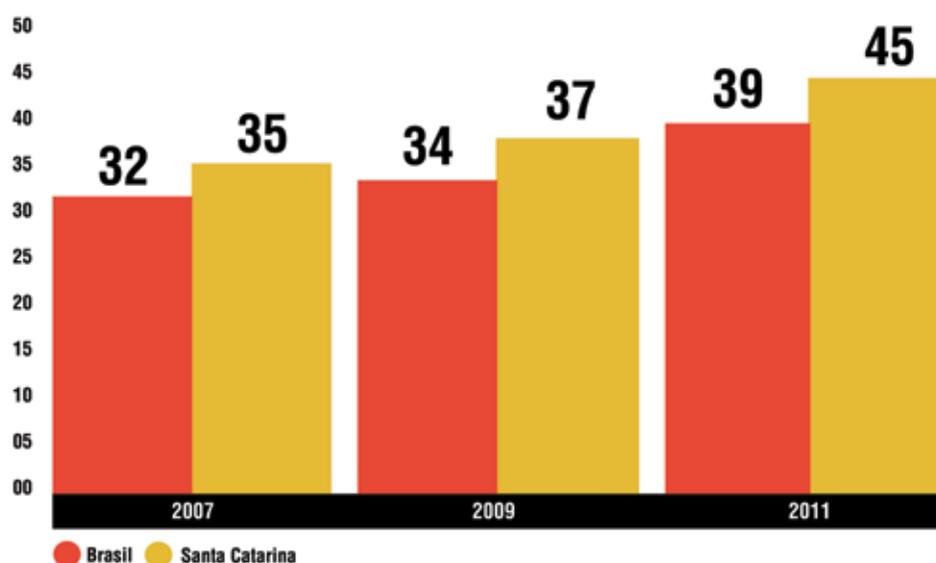
## PIB per capita

Desenvolvimento socioeconômico é, comumente, mensurado por meio do PIB *per capita* das economias, o qual significa a quantidade de riqueza produzida pela população, evidenciando a eficiência da estrutura produtiva, bem como a capacidade de geração de renda e riqueza.

Em termos de desenvolvimento socioeconômico, afirma-se que Santa Catarina está acima da média brasileira e que a população catarinense desfruta de melhor qualidade de vida, a julgar pelo PIB *per capita* do Estado, que é cerca de 10% maior, em relação à média do PIB *per capita* brasileiro. Em 2011, Santa Catarina apresentou um PIB *per capita* 14,2% superior à média nacional.

Gráfico 5 – Produto Interno Bruto per capita – brasileiro e catarinense (milhares R\$): 2007 a 2011

Fonte: IBGE – Contas Regionais (2011)





## PIB Setorial

Comumente, se observa a estrutura dividida em setores econômicos. Tais setores possuem dinâmicas distintas, apesar de estarem intimamente relacionados e apresentarem grande interdependência. Na sequência (Gráfico 6), se observam os Valores adicionados – variáveis escolhidas como aproximação do PIB – dos setores industrial, agropecuário e de serviços das economias brasileira e catarinense.

Do ponto de vista setorial, Santa Catarina se insere na estrutura produtiva nacional por meio da indústria. Esclarece-se que, apesar de a indústria catarinense apresentar participação no valor adicionado total do setor produtivo do Estado inferior à participação do setor de serviços, é ela que apresenta maior participação setorial em relação ao país, isto é: enquanto os setores agropecuário e de serviços apresentam participação nacional de 4,45% e 3,57%, respectivamente, a indústria apresenta participação de 5,17% no valor adicionado da indústria nacional.

Na dinâmica setorial do Estado, o setor de serviços apresenta participação de 59% no valor adicionado total. Tal participação se mantém de 2009 para 2011, enquanto a participação do setor agropecuário reduziu de 8%, em 2009, para 6%, em 2011. A redução da participação desse setor ocorreu em benefício do setor industrial, o qual apresentou crescimento de 2,23% em sua participação, encerrando o ano de 2011 com 35% do valor adicionado estadual.

O crescimento da participação no valor adicionado, apontado pela indústria catarinense, não foi acompanhado pela indústria nacional. De 2009 para 2011, a indústria nacional cresceu em participação no valor adicionado produtivo nacional pouco menos de 1%.

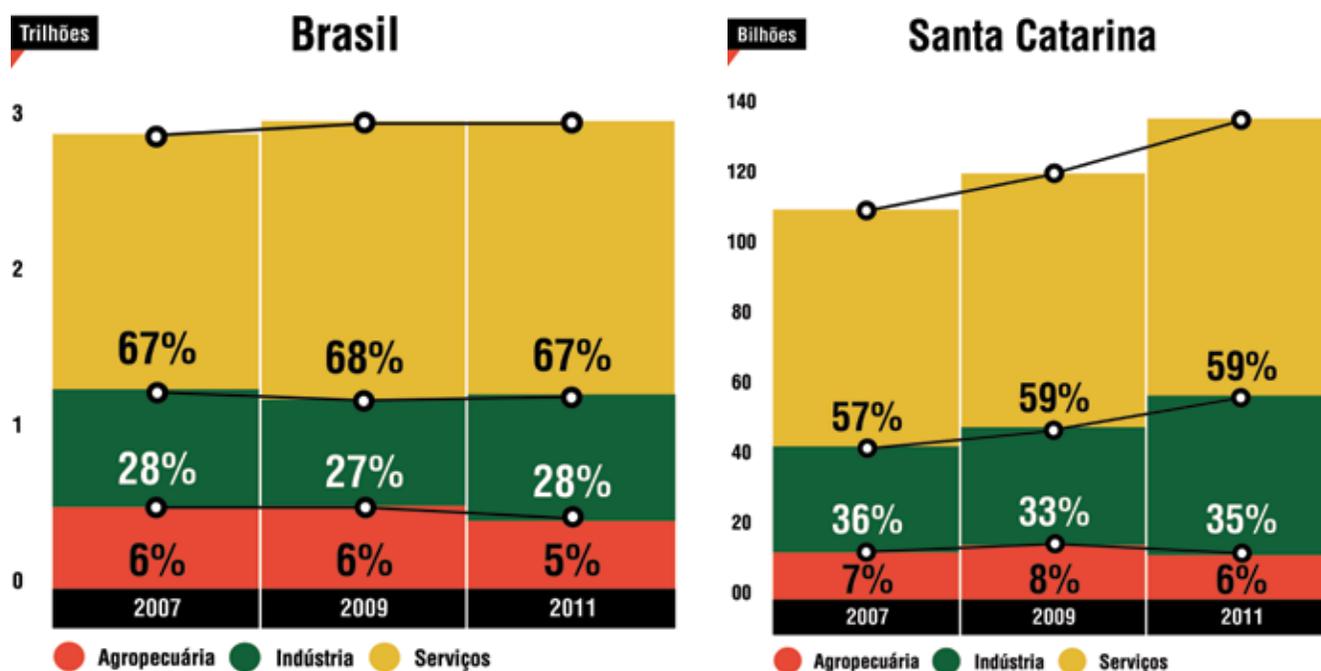
Em termos absolutos, o valor adicionado do setor produtivo catarinense apresenta, de 2007 a 2011, crescimento superior ao do setor produtivo nacional. Enquanto o valor adicionado total de Santa Catarina cresceu 26% de 2007 a 2011, o valor adicionado total brasileiro cresceu 24% no mesmo período.

Apesar do crescimento da participação do setor industrial, registrado de 2009 para 2011, em relação ao valor adicionado total catarinense, em termos absolutos, de 2007 para 2011, a indústria catarinense apresentou crescimento inferior ao setor de serviços. Enquanto este apresentou crescimento de 30%, a indústria cresceu 24%, de 2007 a 2011, e o setor agropecuário apresentou crescimento de apenas 4%.

Nacionalmente, exceto pelo setor agropecuário, as taxas de crescimento do valor adicionado de 2007 para 2011 são inferiores às aquelas apresentadas pelo Estado de Santa Catarina. A indústria cresceu 23%, o setor de serviços 25% e o setor agropecuário 21%.

Gráfico 6 - Valor Adicionado Bruto brasileiro e catarinense (R\$ trilhões e bilhões, %): 2007, 2009 e 2011

Fonte: IBGE – Contas Regionais (2011)



## Emprego setorial

Com o emprego setorial, busca-se apresentar o contingente da população economicamente ativa, alocado nas atividades inerentes aos três setores produtivos da economia: indústria, agropecuário e serviços.

Santa Catarina participava com 5,81% do emprego formal do setor produtivo brasileiro em 2013. A participação do setor industrial catarinense em relação ao setor industrial brasileiro foi superior a este número no mesmo ano, o que confirma a inserção da economia do Estado na economia nacional por meio da indústria. O setor agropecuário contribuiu com 3,63% do emprego do mesmo setor em nível nacional.

Ao se observar a realidade produtiva catarinense, o setor de serviços é aquele que apresenta maior participação no emprego formal. Em 2013, essa participação foi de 56%. A participação do setor industrial foi de 40% e do setor agropecuário foi de apenas 4%.

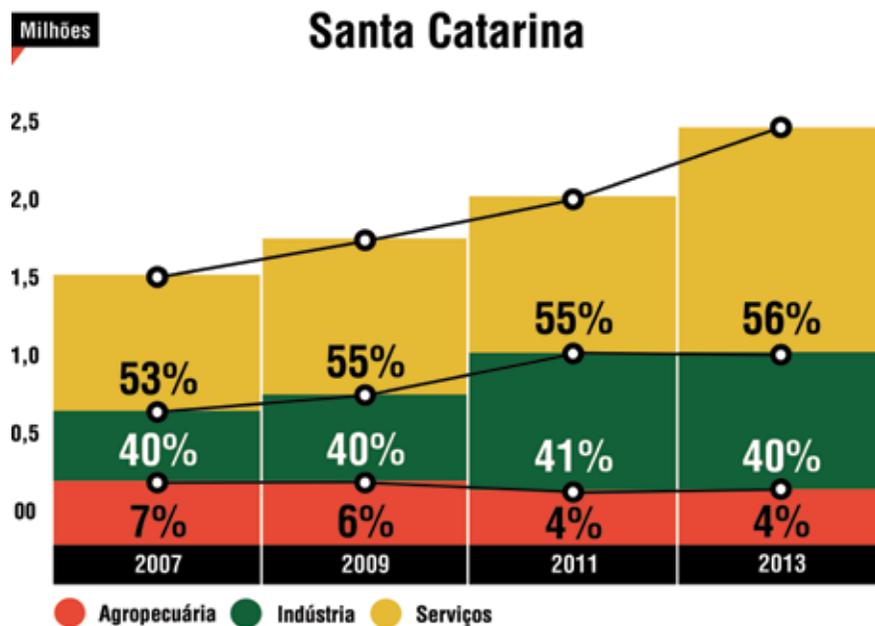
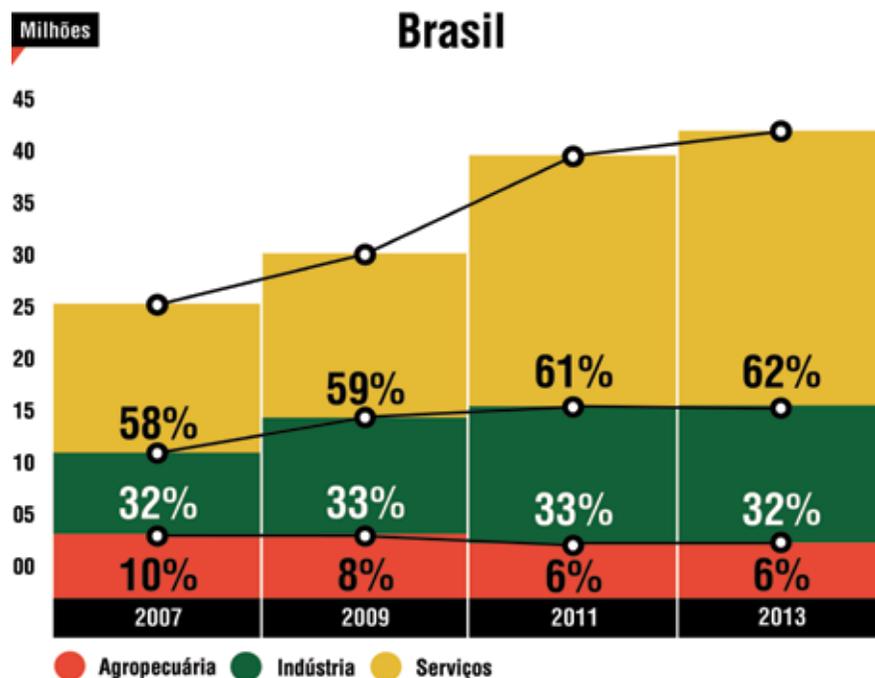
Em termos absolutos, o setor produtivo que apresentou maior crescimento, de 2007 para 2013, foi o setor de serviços, com crescimento de 62,51%. O setor industrial aumentou o emprego formal em 50,09%. O único setor que apresentou decréscimo foi o setor agropecuário, onde o emprego formal recuou 22,15%.

O recuo persistente do emprego formal no setor agropecuário em benefício do setor de serviços evidencia um fenômeno recorrente na economia do Estado, o êxodo rural. Um contingente populacional cada vez maior migra, principalmente, para o litoral e médias e grandes cidades, num fenômeno caracterizado como processo de *litoralização* da população catarinense.

O êxodo rural e a *litoralização* da população catarinense estão intimamente relacionados, visto que o contingente populacional que deixa o setor agropecuário – concentrado majoritariamente na região oeste, serrana e sul – é transferido ao setor de serviço – característico das grandes cidades, localizadas na faixa litorânea do Estado.

Gráfico 7 – Emprego formal nos setores – Brasil e Santa Catarina (R\$ milhões, %): 2007, 2009, 2011 e 2013

Fonte: MTE – CAGED (2013)





### **Indústria catarinense**

Na indústria nacional, Santa Catarina se destaca na atividade de extração de carvão mineral – com 70% da produção registrada em 2011. Nos segmentos de confecção de artigos do vestuário, fabricação de produtos do fumo, produção têxtil, e fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, Santa Catarina se apresenta como o segundo Estado mais representativo nacionalmente. Ainda, Santa Catarina tem a terceira maior participação no segmento industrial de fabricação de produtos de madeira. Na Tabela 1, a seguir, observam-se tais setores e a respectiva participação no Valor da Transformação Industrial - VTI nacional.

Tabela 1 – Participação no Valor da Transformação Industrial (%): 2011

Fonte: IBGE – PIA (2011)

Divisão da indústria	Posição	Participação na Indústria Nacional (%)						Participação VTI SC
		MG	RJ	SP	PR	RS	SC	
Extração de Carvão mineral	1°	-	-	-	2,65	27,18	69,99	0,73
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	2°	5,25	7,47	32,89	7,50	4,01	22,27	10,65
Produtos do fumo		19,76	2,29	1,24	8,02	46,65	20,17	2,55
Fabricação de produtos têxteis		8,69	2,29	40,67	5,04	4,19	20,04	6,79
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos		6,25	0,96	51,71	6,92	5,89	18,24	2,69
Fabricação de produtos de madeira	3°	6,42	0,67	24,54	23,09	8,16	13,88	9,71
<b>TOTAL</b>							<b>33,12</b>	

## Produção, transformação, número de empresas industriais, trabalhadores da indústria

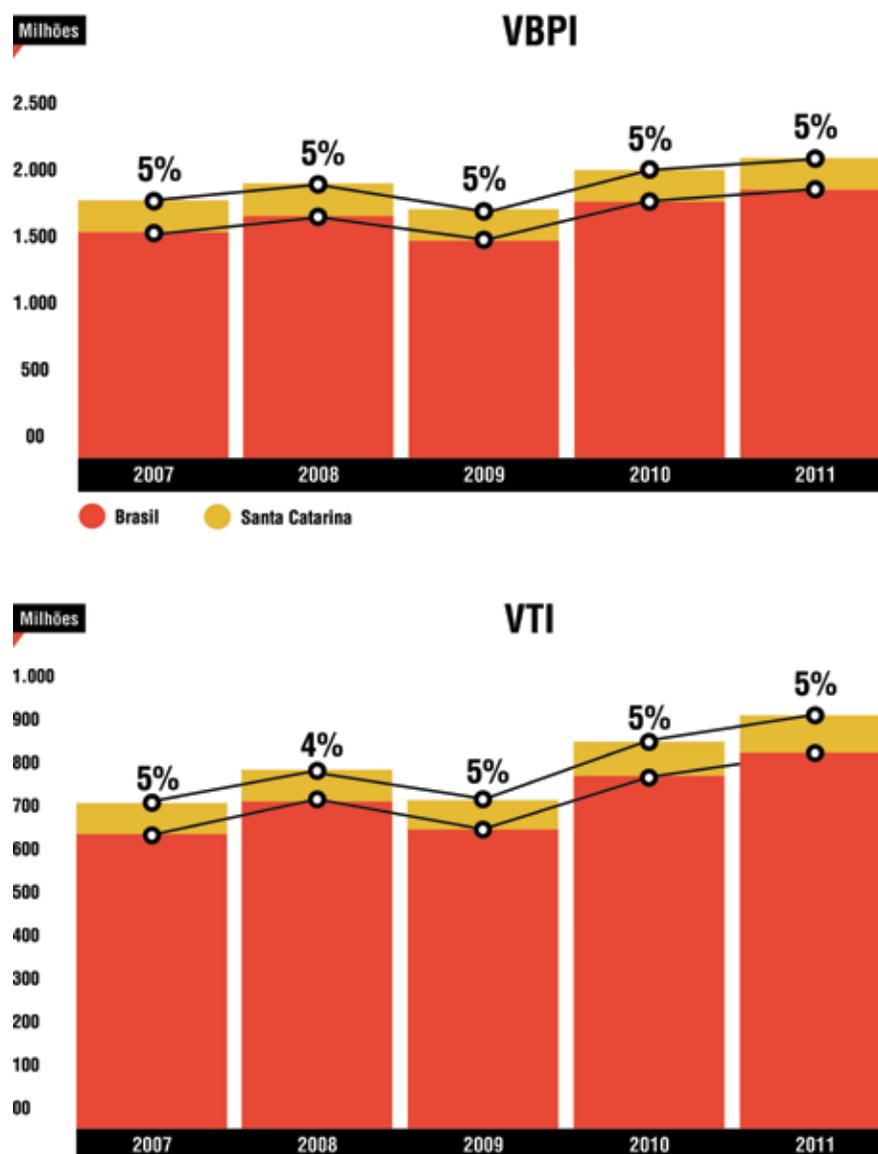
O Valor Bruto da Produção Industrial - VBPI, Valor da Transformação Industrial, número de empresas e trabalhadores da indústria catarinense são tratados e divulgados nesta seção.

O VBPI compreende a totalidade das transferências realizadas, somadas às vendas efetuadas e às variações dos estoques de: produtos fabricados pela unidade; produtos em curso de fabricação; e produtos fabricados por outras unidades da mesma indústria.

O VTI se difere do VBPI pela retirada dos custos das operações industriais deste. Os custos das operações industriais são aqueles referentes ao total dos custos diretos e indiretos de fabricação realizados. Por exemplo: consumo de matérias-primas, materiais auxiliares e componentes - inclusive material de embalagem, combustíveis usados como matérias-primas e lubrificantes, consumo de combustíveis usados para acionar maquinaria e para aquecimento, consumo de energia elétrica, consumo de peças e acessórios e pequenas ferramentas para manutenção e reparação de máquinas e equipamentos, serviços industriais adquiridos, serviços de manutenção e reparação de máquinas e equipamentos ligados à produção, serviços industriais prestados por pessoas físicas, entre outros.

Gráfico 8 - Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) e Valor da Transformação Industrial (VTI), Brasil e Santa Catarina (R\$ milhões, %): 2007 a 2011

Fonte: IBGE – PIA (2011)



Deve se esclarecer, aqui, que o pessoal ocupado, ou o número de trabalhadores, é referente ao número de pessoas empregadas nas unidades locais, no dia 31 de dezembro do ano de referência. O número de unidades locais se refere às empresas industriais também no ano de referência.

A indústria catarinense foi responsável, em 2011, por 4,81% do VBPI nacional. Este número decresceu de 2010 para 2011, após uma tendência de crescimento desde 2007, quando a participação registrada foi de 4,67%.

O VBPI catarinense apresentou crescimento de 2007 a 2011, sendo este superior ao crescimento da indústria nacional, justificando o aumento de sua participação de 2007 a 2011. A indústria nacional produziu, em 2011, 15% a mais do que produziu em 2007, enquanto, na indústria catarinense, essa produção representou 18%.

A transformação industrial se comportou de maneira semelhante. Santa Catarina apresentou participação de 4,69% na transformação nacional, em 2007, e tal número se manteve em 2011. O crescimento de 2007 a 2011 da transformação da indústria nacional e catarinense também foi muito parecido, 21,8% e 21,7%, respectivamente.

Em 2011, estavam localizadas, em Santa Catarina, 9,16% das empresas industriais nacionais. Tal número mostra-se bastante significativo, uma vez que Santa Catarina tem 3,55% da população nacional, demonstrando a expressividade da indústria catarinense, inclusive no número de empresas industriais.

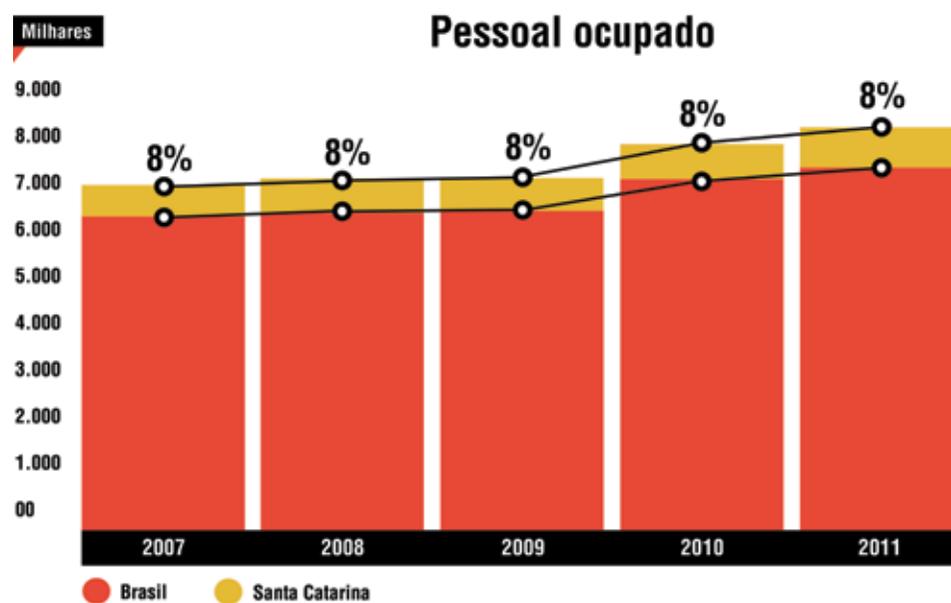
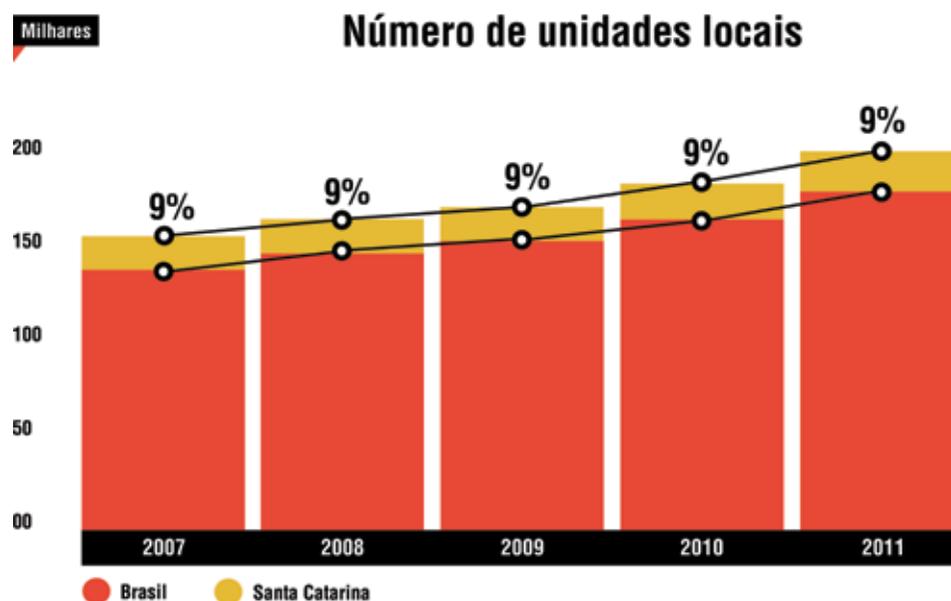
O crescimento do número de empresas da indústria catarinense de 2007 a 2011 também foi superior ao observado na indústria nacional. Enquanto o Brasil apresentou taxa de crescimento de 12,67%, Santa Catarina registrou crescimento de 16,29%.

O comportamento do emprego industrial contraria um pouco a lógica observada na produção industrial, transformação industrial e número de empresas da indústria. Enquanto nesses agregados houve aumento da participação e crescimento superior ou muito parecido ao crescimento nacional, o emprego industrial recuou sua participação e apresentou crescimento inferior ao crescimento do emprego industrial nacional.

A participação de Santa Catarina no emprego industrial nacional foi de 8,10%, em 2007, e 7,85%, em 2011. Enquanto o emprego industrial nacional cresceu 14,24%, de 2007 a 2011, o emprego industrial catarinense cresceu 11,49%, no mesmo período. Vale ressaltar que estes dados foram coletados na PIA-IBGE que, diferente daqueles apresentados anteriormente, coletados no CAGED-MTE, captam também o emprego informal.

Gráfico 9 – Número de unidades locais e pessoal ocupado Brasil e Santa Catarina (R\$ milhares, %): 2007 a 2011

Fonte: IBGE – PIA (2011)





### **Trabalhadores da indústria, transformação e produtividade – por atividade**

A proporção da transformação industrial por trabalhadores resulta na produtividade. Assim, nesta seção, ilustram-se os três agregados econômicos, com vistas a apresentar, principalmente, a produtividade da indústria catarinense, que significa eficiência e, assim, competitividade.

Grande parte da transformação catarinense está alocada na indústria tradicional. Segmentos, como produção de alimentos, confecção de artigos do vestuário e setor têxtil, se destacam com grande participação na transformação industrial catarinense – 17,1%, 10,6% e 6,8%, respectivamente.

O segmento industrial de fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos também se destaca, com 9,7% da transformação do Estado, em 2011. Este segmento transformou 32,8% a mais em 2011 do que em 2007, crescimento superior à média da indústria catarinense, que foi de 21,7%. O segmento industrial que apresentou maior crescimento em sua transformação, de 2007 para 2011, foi o segmento farmacêutico e farmacêutico, que cresceu 66,9%.

Os trabalhadores da indústria também se concentram em setores industriais oriundos da indústria tradicional de transformação. Os segmentos com maior participação na transformação do Estado também são aqueles com maior emprego, dentre eles: produtos alimentícios (17,6%); confecção de artigos do vestuário e acessórios (15,1%); e produtos têxteis (9,2%).

Registra-se maior crescimento na transformação industrial total do que no número de trabalhadores da indústria. O trabalho industrial cresceu 11,5%, de 2007 a 2011, e os segmentos que mais colaboraram para essa evolução foram: farmoquímico e farmacêutico (57,5%); equipamentos de transporte – exceto veículos (31,9%); e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (29,9%).

Atenta-se para a redução da transformação industrial nos segmentos produtos de madeira (-9,8%) e bebidas (-0,9%), de 2007 para 2011. No mesmo período, houve, também, redução do emprego industrial nos segmentos de produtos de madeira (-9,1%), móveis (-9,0%) e produtos e artefatos de couro (-7,7%).

A relação da transformação com o emprego evidencia a produtividade da indústria. Ao se comparar a produtividade dos diversos segmentos com a produtividade média da indústria catarinense, se observam poucos setores da indústria tradicional com elevada produtividade ou produtividade acima da média. Os segmentos mais produtivos da indústria catarinense são: metalurgia (309,3% da produtividade total da indústria); bebidas (263,7%); produtos químicos (178,9%); e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (172,6%).

Aqueles segmentos com grande participação na transformação e no emprego industrial apresentam produtividade inferior à produtividade média catarinense, como fabricação de produtos alimentícios, confecção de artigos do vestuário e produtos têxteis. Já, setores mais dinâmicos, como produtos químicos, farmoquímicos e farmacêutico, máquinas, aparelhos e materiais elétricos, apresentam produtividade superior à média estadual.

Tabela 2 – Valor da Transformação Industrial, Pessoal Ocupado e Produtividade de Santa Catarina (VTI/PO, %): 2011

Fonte: IBGE – PIA (2011)

Participação (%)	VTI	PO	Produtividade SC = 100	Variação (%) 2007 – 2011		
Divisão industrial	2011			VTI	PO	Produtividade
Produtos Alimentícios	17,1	17,6	96,6	8,6	15,3	-7,8
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	10,6	15,1	70,5	39,1	10,3	32,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	9,7	5,6	172,6	32,8	20,6	15,4
Produtos têxteis	6,8	9,2	73,9	10,8	3,5	7,6
Máquinas e equipamentos	6,5	5,8	111,9	12,6	21	-10,6
Metalurgia	6,4	2,1	309,3	51,4	22,1	37,6
Produtos de borracha e de material plástico	5,7	6,3	90,3	13,4	7,9	6
Celulose, papel e produtos de papel	5,1	3	172,2	26,8	9,3	19,4
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	4,6	5,2	88,0	29,2	20,5	11
Produtos de minerais não metálicos	4,3	5,5	79,2	16,7	19	-2,8
Veículos automotores, reboques e carrocerias	4,2	3,6	115,0	26,6	9,6	18,8
Produtos de madeira	2,7	6,3	42,4	-9,8	-9,1	-0,6
Produtos químicos	2,5	1,4	178,9	20,3	9,1	12,4
Móveis	1,7	4,1	41,5	9,9	-9	17,4
Bebidas	1,6	0,6	263,7	-0,9	27,1	-38,5
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	1,5	1,3	116,6	51,1	29,9	30,3
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,9	0,7	132,9	66,3	31,9	50,6
Couros e artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	0,8	1,6	48,4	33,9	-7,7	38,6
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	0,6	0,5	126,8	66,9	57,5	22,1
<b>TOTAL</b>	<b>21,7</b>	<b>11,5</b>	<b>11,6</b>			



## Comércio exterior

O comércio exterior explicita a relação da estrutura produtiva com o mundo. As exportações mostram o quanto é vendido, internacionalmente, do produto interno e, normalmente, evidenciam a capacidade produtiva de uma economia e sua eficiência e competitividade frente à concorrência mundial. A relação com as importações é contraditória, visto que a importação de, por exemplo, máquinas e equipamentos promove aumentos importantes na produtividade, porém, a importação excessiva e de bens considerados tradicionais pode ser prejudicial à produção.

## Balança comercial

A balança comercial computa o comportamento das exportações e importações de uma estrutura produtiva. A diferença registrada entre elas resulta em superávit – quando há mais exportações que importações – ou déficit – quando o contrário é observado.

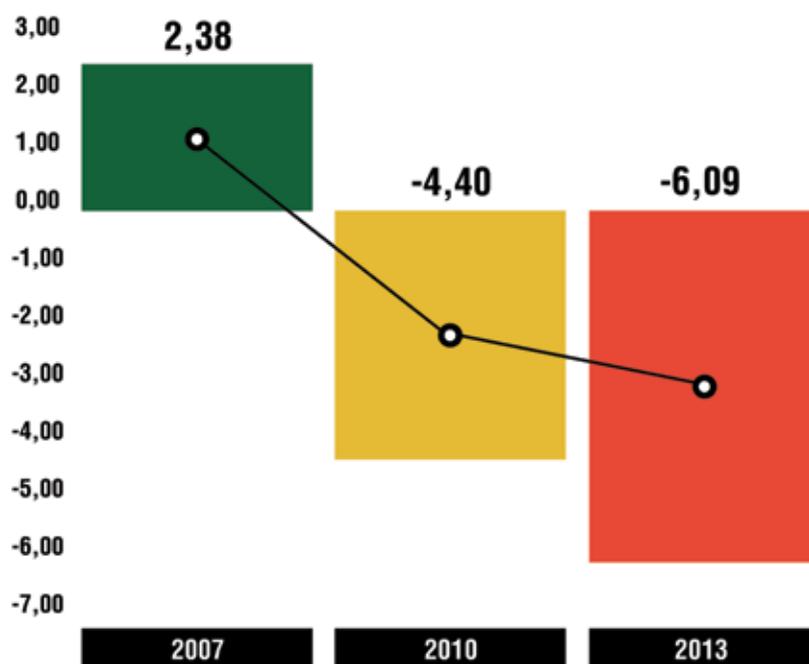
A balança comercial catarinense sofre com o aumento progressivo das importações. Em 2007, Santa Catarina apresentou saldo superavitário em sua balança comercial, diferente do observado em 2010.

Após mudanças na política cambial nacional e aumento progressivo da taxa de juros, houve valorização cambial, o que favoreceu o aumento das importações. O preço do produto interno tornou-se elevado e pouco competitivo diante do processo concorrencial mundial.

Em 2010, Santa Catarina apresentou balança comercial deficitária, o que se mantém em 2013. As exportações também cresceram no período estudado, porém, a taxas inferiores ao crescimento das importações, o que resultou no déficit persistente da balança comercial.

Gráfico 10 – Balança comercial de Santa Catarina (US\$ bilhões): 2007, 2010 e 2013

Fonte: MDIC – AliceWEB (2013)



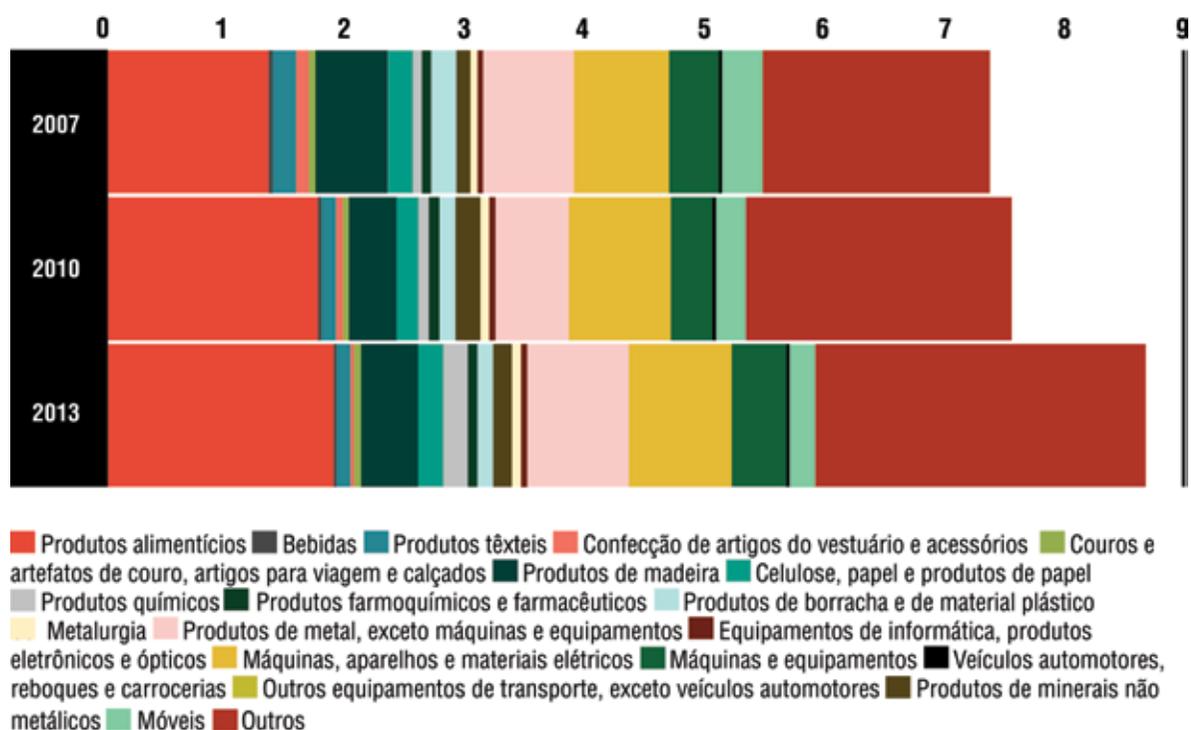
## Exportação por divisão SC

Santa Catarina tem sua exportação bastante concentrada em segmentos específicos da indústria tradicional. O segmento industrial de fabricação de produtos alimentícios apresenta percentuais de 22% de participação nas exportações industriais do Estado. Outros segmentos com expressiva participação nas exportações são os segmentos da fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; e máquinas e equipamentos, com participação de 9,6% e 10,2% das exportações catarinenses em 2013, respectivamente.

Comparando-se o ano de 2007 com o ano de 2010, houve aumento do valor exportado em 2,7%. Em 2013, tal aumento se intensificou. De 2010 para 2013, as exportações aumentaram 14,6%. O segmento de fabricação de produtos químicos apresentou crescimento de 131% de suas exportações, de 2010 para 2013. Os segmentos de couro e artefatos de couro e máquinas, aparelhos e materiais elétricos apresentaram crescimento de 41% e 32% em suas exportações, de 2010 para 2013, respectivamente.

Gráfico 11 – Exportação catarinense (US\$ bilhões): 2007, 2010 e 2013

Fonte: MDIC – ALICEWeb (2013)



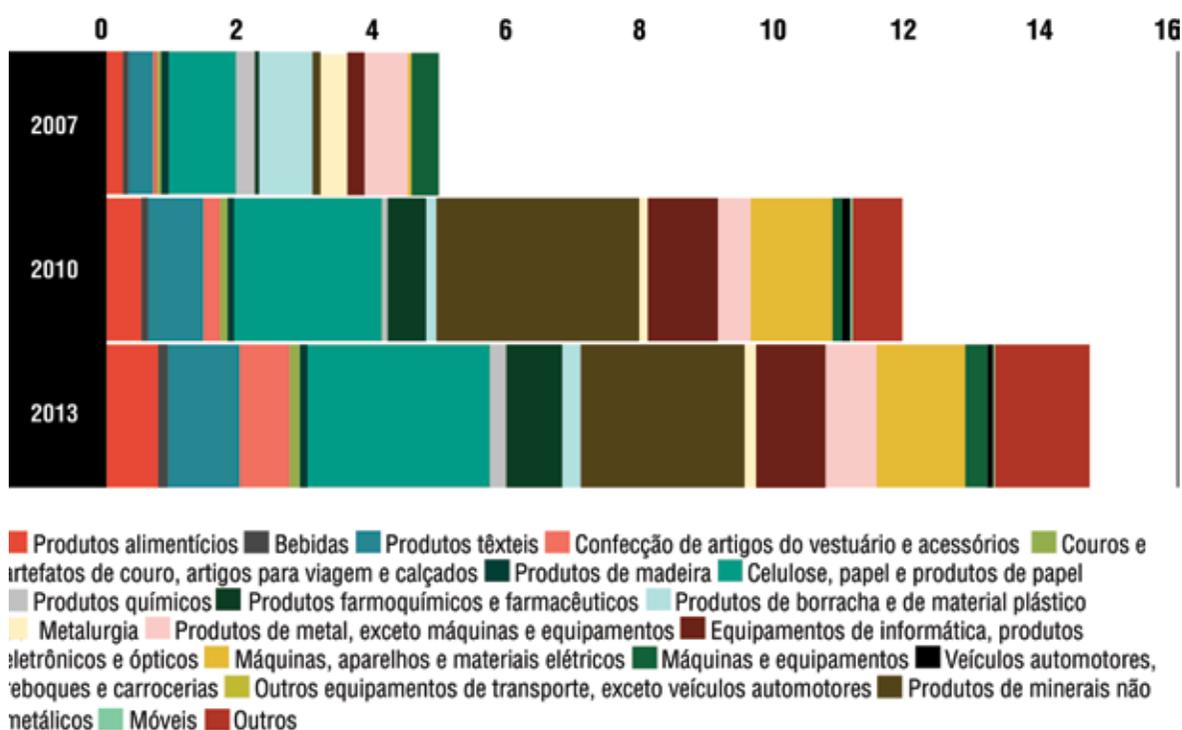
## Importação por divisão SC

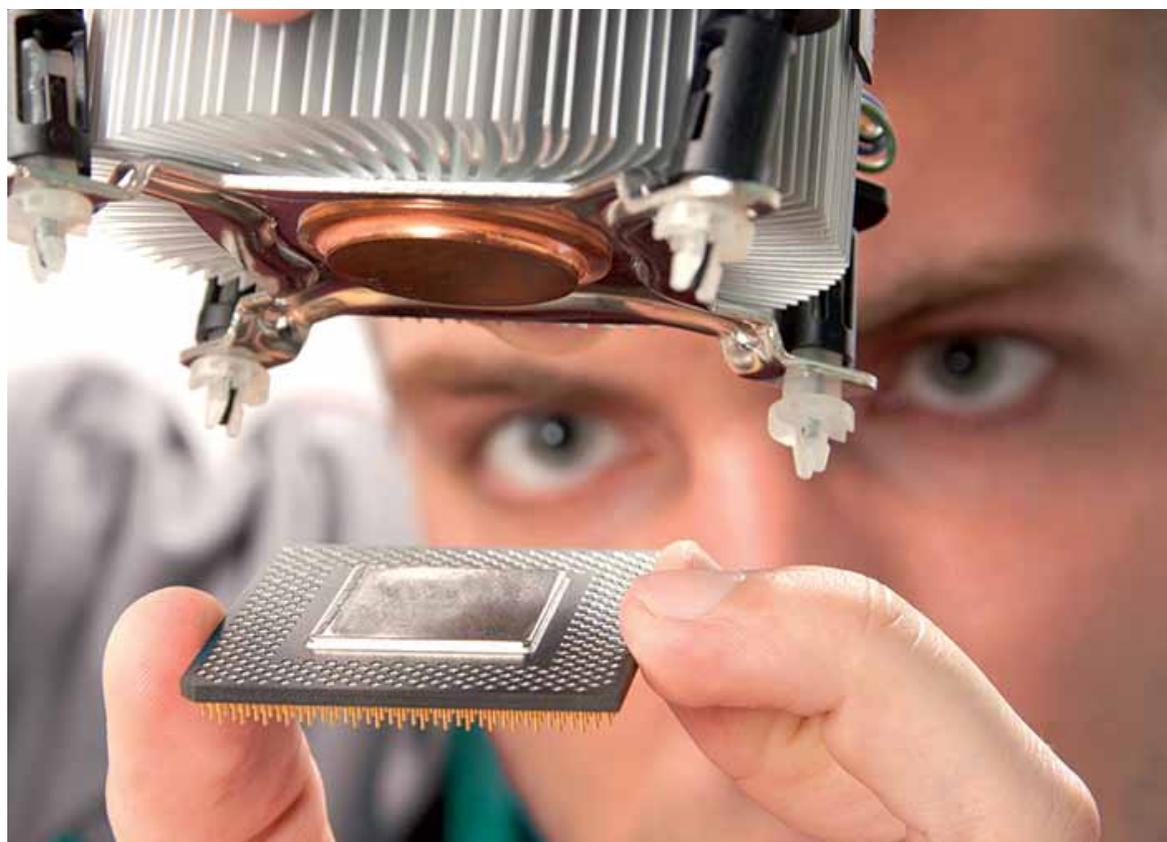
Muito do comportamento observado na balança comercial catarinense pode ser explicado pelas oscilações nas importações. As importações catarinenses apresentaram crescimento de 139,5%, de 2007 a 2010, esta taxa recuou para 23,4%, de 2010 para 2013. O saldo do período foi de um aumento de 195,5% nas importações do setor industrial catarinense, de 2007 a 2013.

Os segmentos industriais que mais importam na indústria catarinense são os de produtos químicos, metalurgia, e máquinas e equipamentos, com participações de 18,6%, 16,0% e 9,0%, na importação, respectivamente. As importações apresentam distribuição entre os segmentos industriais muito mais homogênea que as exportações, concentradas, principalmente, no segmento de produtos alimentícios. Segmentos como couro e artefatos de couro, confecções de artigos do vestuário, produtos minerais não metálicos, móveis e outros equipamentos de transporte (exceto veículos automotores), mais que triplicaram suas importações de 2007 a 2013. Observa-se uma mudança no comportamento das importações do Estado. No início da segunda década dos anos 2000, as importações eram, principalmente, de alta intensidade tecnológica, com caráter complementar à produção industrial doméstica. Nos últimos anos, observa-se um aumento das importações de produtos de baixa intensidade tecnológica, evidenciando que as importações agora são de caráter substitutivo, o que é bastante preocupante e traz, em voga, o debate acerca da competitividade da indústria local.

Gráfico 12 – Importação catarinense (US\$ bilhões): 2007, 2010 e 2013

Fonte: MDIC – ALICEWeb (2013)





## Inovação

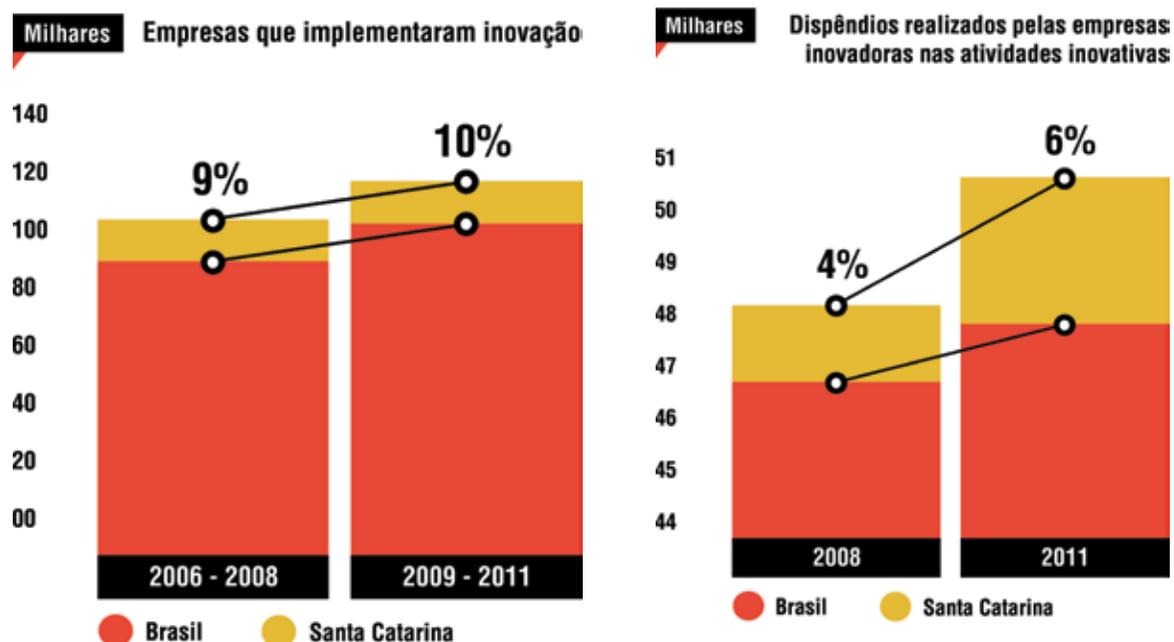
A inovação é peça fundamental para o crescimento sustentado. Hoje, inovar não significa apenas recriar, repensar, mas alterar dinâmicas no setor produtivo, tornar-se mais eficiente e, assim, aumentar a competitividade. A inovação é o caminho ao desenvolvimento inclusivo, não apenas tecnológico, mas socioeconômico.

Santa Catarina tem aumentado seus esforços rumo à inovação em velocidade superior àquela observada pela média nacional. Enquanto o número de empresas que implementaram inovação cresceu 15,58% no Brasil, Santa Catarina registrou crescimento de 21,28%, fazendo com que sua participação nas empresas inovadoras nacionais aumentasse de 9% para 10%, de 2006-2008 para 2009-2011.

O dispêndio com inovação também aumentou no Estado. Santa Catarina respondia por 4% do dispêndio total com atividades inovativas nacional, em 2008; em 2011, tal número se elevou para 6%. Este aumento de participação significa dizer que o dispêndio com atividades inovativas apresentou crescimento de 77,11% de 2008 para 2011.

Gráfico 13 – Implementação e gastos com inovação – Brasil e Santa Catarina (R\$ milhares, %): 2006 – 2008 e 2009 – 2011, 2008 – 2011

Fonte: IBGE – PINTEC (2011)



Os segmentos industriais que apresentaram maior número de empresas que inovaram em Santa Catarina são: confecção de artigos do vestuário; produtos alimentícios; e produtos têxteis, com participação, em 2006-2008, de 18,92%, 12,13% e 7,33%, no total de empresas catarinenses que inovaram.

Os segmentos que apresentam, nos mesmos anos, maior dispêndio com atividades de inovação na indústria catarinense são os segmentos de produtos alimentícios, artigos de borracha e plástico, e metalurgia de metais não ferrosos e fundição. A participação desses segmentos no dispêndio total do Estado com inovação foi, respectivamente, de 15,53%, 7,95% e 6,26%.

Tabela 3 – Empresas que implementaram inovação e dispêndio realizado pelas empresas inovadoras com atividades de inovação de Santa Catarina (%): 2006 – 2008; 2008

Fonte: IBGE – PINTEC (2011)

Divisão da indústria	Empresas que implementaram inovação (%)	Dispêndios realizados pelas empresas inovadoras nas atividades inovativas (%)
	2006 – 2008	2008
Santa Catarina	100,00	100,00
Produtos alimentícios	12,13	15,53
Produtos têxteis	7,33	4,90
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	18,92	3,62
Artigos de borracha e plástico	5,22	7,95
Metalurgia de metais não ferrosos e fundição	0,31	6,26
Equipamentos de informática e periféricos	0,16	4,05
Produtos eletrônicos e ópticos	0,49	1,72
Máquinas e equipamentos	5,61	4,34
Equipamentos de transporte	0,94	-
Outras atividades da indústria *	48,88	-

(\*) A linha 'Outras atividades' se refere a todas as atividades desta Unidade da Federação que são âmbito da PINTEC 2008 e não estão listadas antes.



## O Futuro que a indústria merece

Construir um futuro exige passos sólidos. É necessário vislumbrar aonde se quer chegar, medir a distância e traçar rotas. O reconhecimento dos recursos com que se conta e do que é preciso desenvolver para percorrer essas rotas faz parte da formulação de estratégias.

No âmbito da formulação de cenários, não há dúvidas de que o mundo vive processos simultâneos de contração e expansão. Contração, pois se reduziram as lacunas entre tempo e espaço. Atualmente, as fronteiras são tênues, e as barreiras facilmente transponíveis pelos adventos das tecnologias da informação e comunicação – o mundo se tornou mais próximo. E expansão, pois se dilataram os alcances: os limites estão menos restritivos. A todo tempo se interage com o mundo, por meio da troca de informações e de mercadorias, e pela migração de pessoas etc.

A contração do mundo trouxe benefícios diversos à indústria catarinense: facilitou o acesso à tecnologia, matéria prima e informações diversas, o que permitiu *upgrade* tecnológico. Porém, também permitiu um processo de transfiguração da concorrência. Competia-se em mercados locais com concorrência local; agora se compete globalmente, e a concorrência também é global. Qual a estratégia que deve ser adotada frente à concorrência global?

A indústria catarinense deve aproveitar seus pontos fortes – seu diferencial – para alcançar maior competitividade. A expansão do mundo, com a redução dos limites de alcance, fomenta, na indústria, a diferenciação. A busca por maior produtividade dos processos industriais deve ser constante, assim como o aumento do valor agre-

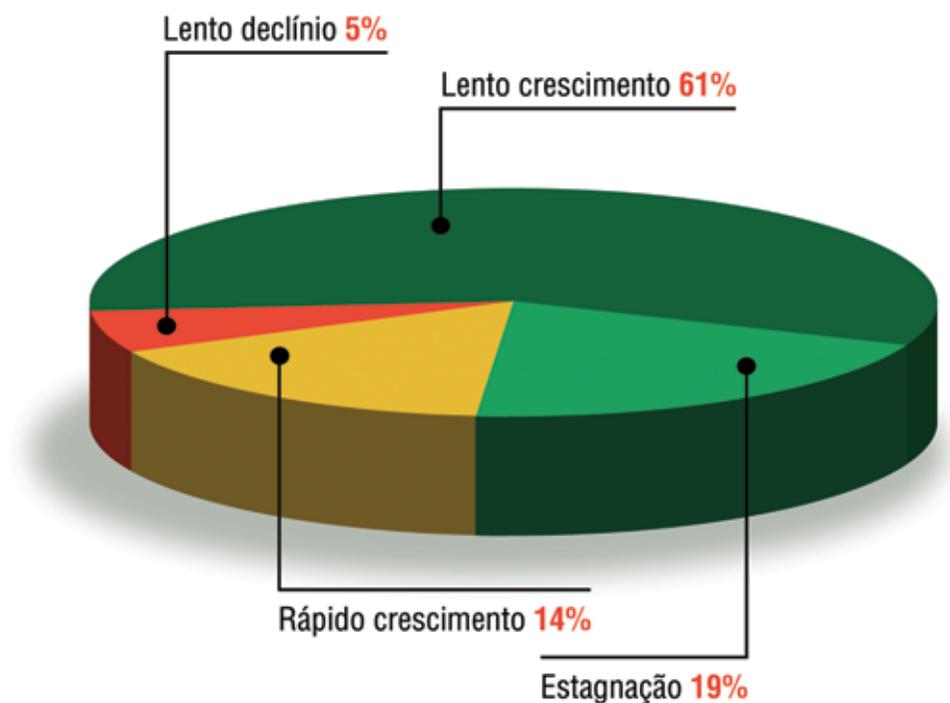
gado dos produtos. Para tal, a inovação deve estar presente e deve se investir em educação, nos diversos âmbitos demandados: básica, técnica e tecnológica.

A indústria deve rumar em direção a se tornar mais dinâmica: ditando o ritmo de crescimento; vinculando-se com o mundo por meio do aumento das exportações e integração às cadeias globais de valores; e gerando ciclos virtuosos de crescimento com equidade.

Crescer, neste contexto, significa acompanhar o mundo em suas transformações. A indústria catarinense, hoje, se julga em crescimento, porém, em um ritmo lento. Acredita-se, contudo, que esse crescimento pode ser potencializado.

## Gráfico 14 – Percepção do ritmo de crescimento

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)

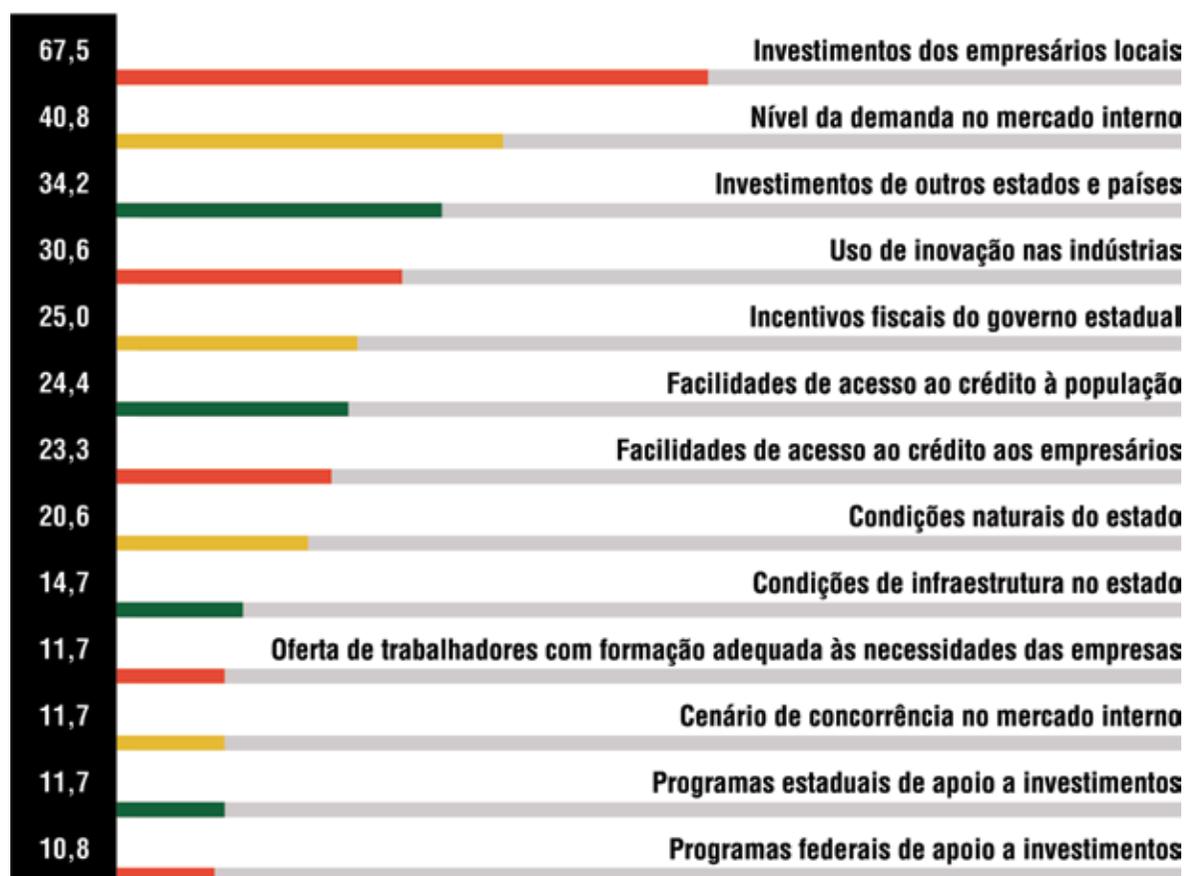


A percepção dos executivos das indústrias catarinenses, acerca do ritmo de desenvolvimento, indica que, aproximadamente, três em cada quatro (75%) deles veem o ritmo de desenvolvimento do Estado em crescimento, mas 61% percebem-no como lento.

Observa-se que o ritmo de crescimento, como percebido pelos executivos, deriva de aspectos de atuação conjunta, inerentes à administração pública, a órgãos intermediadores e à iniciativa privada. Assim, identificam-se quais fatores têm contribuído para o crescimento e desenvolvimento econômico de Santa Catarina.

Gráfico 15 – Fatores impulsionadores do crescimento (%)

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)



A atuação da iniciativa privada, mais especificamente os investimentos dos empresários de Santa Catarina, constitui a principal mola de alavancagem do crescimento e desenvolvimento econômico deste Estado. Essa é a percepção de 68% dos executivos da indústria catarinense envolvidos nesta pesquisa.

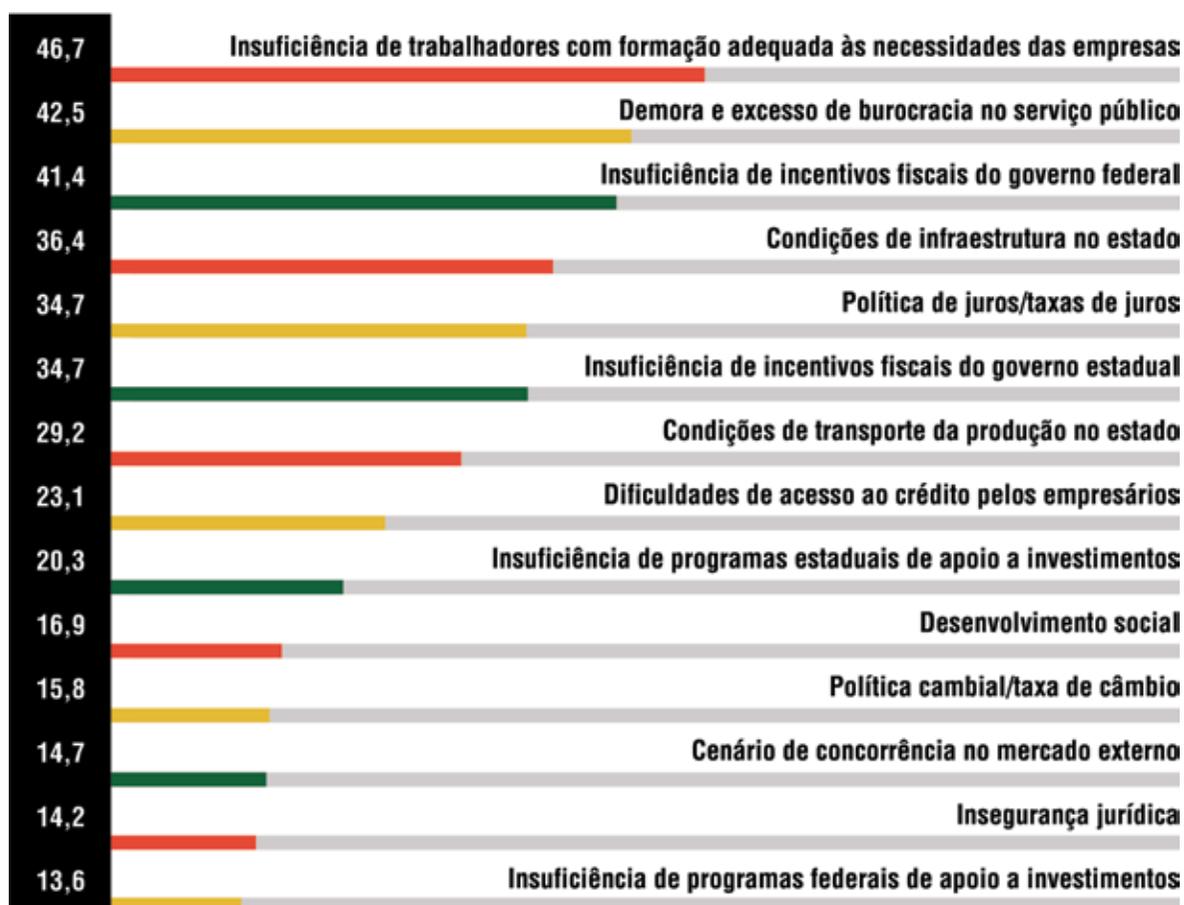
Os fatores que mais têm contribuído para esse desenvolvimento, citados na sequência, foram: nível da demanda no mercado interno; investimentos de outros estados e países; e inovação nas indústrias.

Em quinto lugar, incentivos fiscais são citados por 25% dos pesquisados como um dos principais contribuintes do crescimento e desenvolvimento econômico do Estado. Facilidades de acesso ao crédito, tanto à população quanto aos empresários, são aspectos também citados, cada um por quase 25% dos participantes da pesquisa.

Por outro lado, importa conhecer os fatores que se opõem ao crescimento do Estado, caracterizados, pelos pesquisados, como entraves.

Gráfico 16 – Entraves do crescimento (%)

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)



Nesse aspecto, a insuficiência de trabalhadores com formação adequada às necessidades das empresas é o fator apontado por maior proporção dos entrevistados (46,7%) como o principal entrave ao crescimento e desenvolvimento econômico de Santa Catarina.

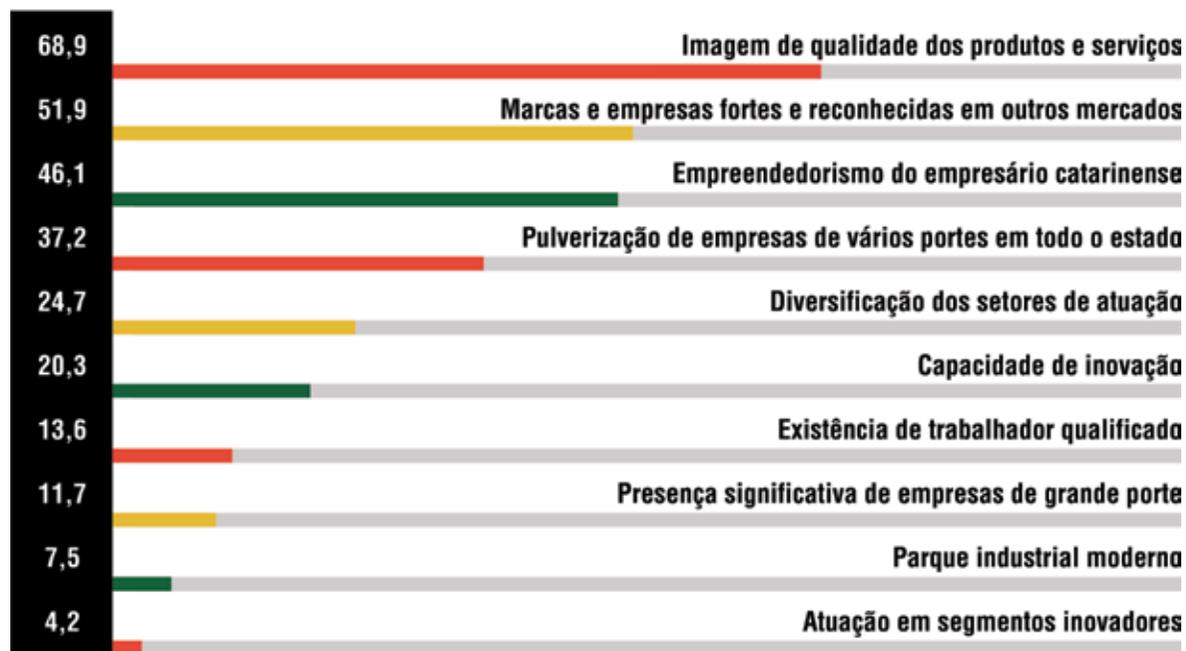
Ao se falar de um dos estados mais desenvolvidos do país e com elevado índice de desenvolvimento humano e educacional, percebe-se, aparentemente, um descompasso entre o que é ofertado na área da educação e o que é demandado pelo mercado de trabalho. Descompasso que, idealmente, deve ser analisado por meio de estudos para sua minimização dentro dos vários setores-chave envolvidos: governo, empresários e instituições de ensino de diversos âmbitos e níveis, sobretudo, as que atuam nos níveis técnico e superior.

Como demais entraves ao crescimento e desenvolvimento econômico do Estado são citados fatores que, na sua maioria, possuem relação com os governos estadual e federal, tais como demora e excesso de burocracia no serviço público, insuficiência de incentivos fiscais dos governos federal e estadual, condições de infraestrutura no Estado, e política e taxas de juros.

Para a construção de uma visão e planejamento do setor industrial, importa conhecer os pontos fortes da indústria catarinense, considerando que estes representam os destaques da indústria perante o país e demais estruturas industriais concorrentes.

**Gráfico 17 – Pontos fortes da indústria catarinense (%)**

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)



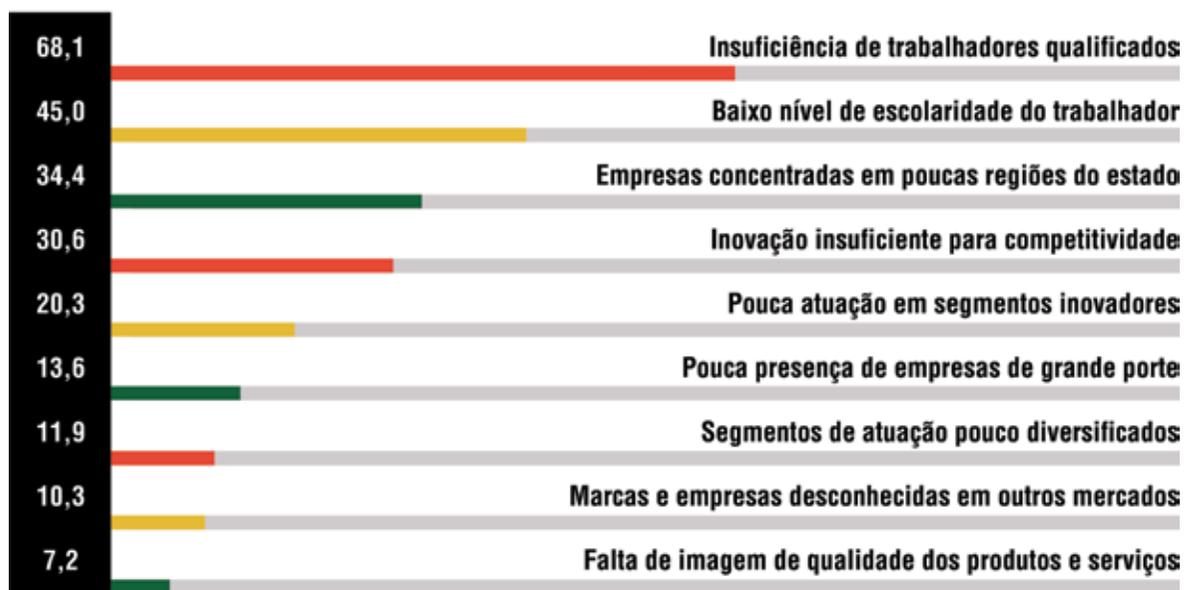
da indústria catarinense, destacado por cerca de sete em cada dez entrevistados. Os pontos percebidos também como fortes são: as marcas e empresas do Estado, reconhecidas em outros mercados; e o empreendedorismo do empresário catarinense.

A descentralização da atividade empresarial no Estado é evidenciada por cerca de um terço dos executivos. Por meio dos resultados, observa-se que a capacidade de inovação da indústria catarinense é um ponto a ser trabalhado, uma vez que se mostra como fator-chave de competitividade e crescimento, e não recebeu destaque como ponto forte.

Além dos pontos fortes, para definição dos rumos da indústria catarinense, é importante conhecer os pontos fracos, com o objetivo de minimizá-los. Assim, os executivos entrevistados enunciam tais pontos de acordo com sua percepção.

Gráfico 18 – Pontos fracos da indústria catarinense (%)

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)



Nota-se que o ponto fraco, apontado pela maioria dos entrevistados, na indústria catarinense é o mesmo considerado como maior entrave ao desenvolvimento e crescimento econômico do Estado: a qualificação dos trabalhadores – tanto no que se refere à insuficiência de trabalhadores qualificados (condição citada com mais ênfase), quanto ao baixo nível de escolaridade.

Ainda, a inovação insuficiente para a competitividade e a pouca atuação em segmentos inovadores, quarto e quinto pontos fracos destacados na pesquisa, merecem atenção diante da importância de tal aspecto para desempenho futuro.

O conhecimento dos fatores que impulsionam o crescimento, os entraves ao crescimento, bem como pontos fortes e fracos, auxiliam no direcionamento de políticas. Nessa lógica, este documento busca auxiliar a ação governamental, em conjunto com outros atores, no caminho para o crescimento e fortalecimento industrial e econômico catarinense.



>> Competitividade com sustentabilidade: é fator vital de êxito ter a Indústria e o Estado parceiros neste processo.

## 2. O Caminho para o desenvolvimento sustentado (a competitividade com sustentabilidade)

Os desafios que se apresentam à indústria catarinense são muitos. Os cenários alteram-se com rapidez, exigindo um posicionamento estratégico dinâmico e, como as oportunidades são fugazes, aproveitá-las ou não é questão de capacitação. Desse modo, é necessária a conjugação de forças para superar as ameaças ao crescimento, portanto, ter o Estado como parceiro neste processo é fator vital de êxito.

Nesse sentido, identifica-se a necessidade de avaliar quais ações são capazes de estimular o desenvolvimento catarinense, que, na visão dos executivos entrevistados, apresentam-se como mais importantes para alcançar o crescimento e a evolução desejados, conforme demonstrado no Gráfico 19, a seguir.

Gráfico 19 – Ações para estimular o desenvolvimento (%)

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)



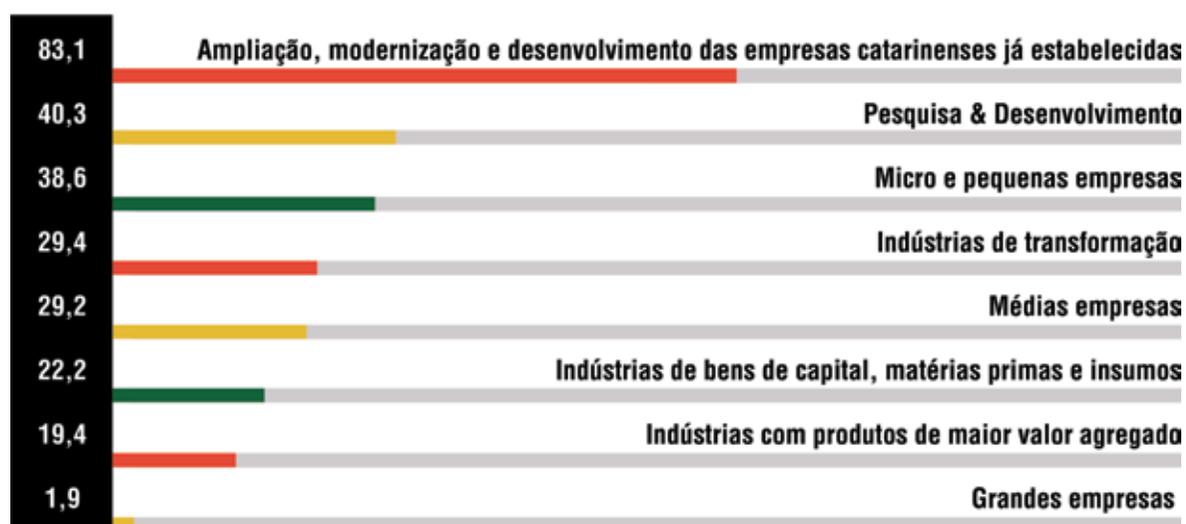
Analisando os dados, tem-se que a agenda do Governo Estadual deve contemplar com prioridade, segundo três em cada quatro executivos da indústria, o incremento da infraestrutura logística, para estimular o desenvolvimento econômico de Santa Catarina.

A oferta de incentivos fiscais é a segunda ação mais esperada do governo (em qualquer âmbito) pelos entrevistados. As ações consideradas mais importantes, a seguir, são: ampliar a qualidade da educação, e desonerar e desburocratizar o processo de empreendedorismo.

Mais especificamente, em relação aos incentivos fiscais, destacados pelos entrevistados, identificam-se, também, quais as prioridades para aplicação e direcionamento de tais incentivos (Gráfico 20).

**Gráfico 20 – Direcionamento dos incentivos fiscais (%)**

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)

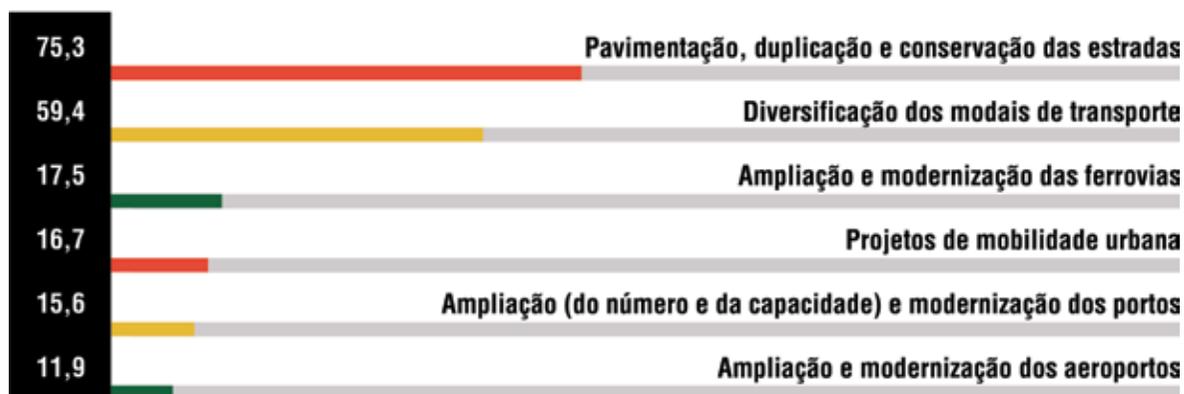


Segundo 83% dos executivos da indústria entrevistados, incentivos fiscais e outras formas de apoio às empresas devem ser direcionados, primordialmente, à ampliação, modernização e desenvolvimento das empresas catarinenses já estabelecidas. As prioridades que se seguem são: investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e atenção às micro e pequenas empresas.

Ao se conhecer as ações prioritárias para o desenvolvimento, investigam-se, mais a fundo, as necessidades da economia catarinense. Assim, interessa avaliar as prioridades na área de infraestrutura logística (Gráfico 21), com foco na área de transportes.

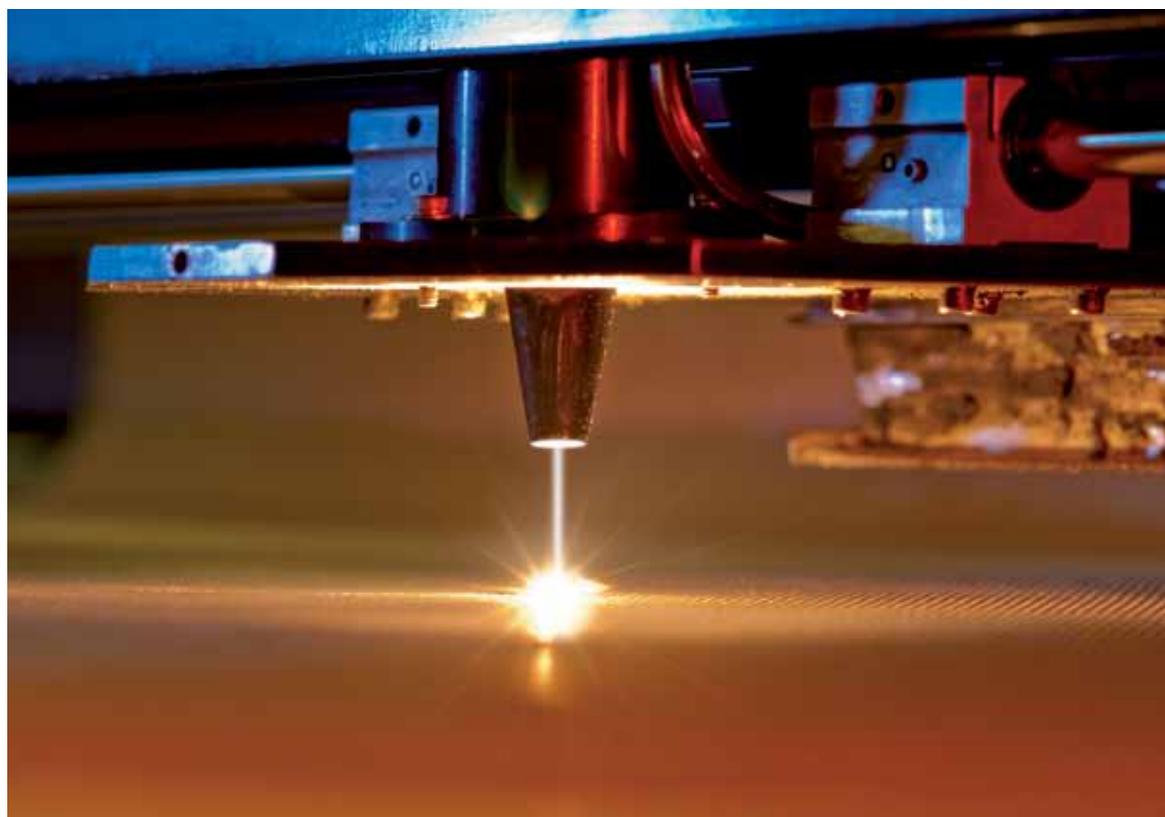
Gráfico 21 – Prioridades na área de transportes (%)

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)



Essa demanda mostra-se, historicamente, presente na realidade catarinense. Nesse âmbito, três em cada quatro executivos pesquisados consideram como prioridade a pavimentação, duplicação e conservação das estradas para o desenvolvimento econômico de Santa Catarina (itens de infraestrutura logística voltam, aqui, à principal pauta). Apenas em segundo lugar, pensam na diversificação dos modais de transporte. Ou seja, para os entrevistados, por motivos diversos, o transporte rodoviário ainda é a prioridade.

Dentro do contexto apresentado, com o conhecimento prévio dos direcionamentos necessários à formulação de estratégias, na sequência do estudo, o foco passa a ser as estratégias necessárias à sustentação de um crescimento por meio de ações conjugadas entre Governo e iniciativa privada.



### **Estratégias para a indústria catarinense crescer**

A formulação de estratégias parte de ampla análise do macroambiente – ambiente externo – que circunda o objeto estudado. No presente caso, analisar as ameaças, as oportunidades e os desafios que se apresentam à indústria catarinense determina o direcionamento das rotas a serem traçadas em direção à competitividade e sustentabilidade.

As oportunidades apresentam-se à indústria como forças externas que podem influenciar, positivamente, caso existam recursos suficientes para se fazer valer delas. Atualmente, passa-se por um período de expansão da classe média, e realização de grandes eventos esportivos como a *Copa do Mundo da FIFA 2014* e as *Olimpíadas*, que ocorrerão no país em 2016, inclusive, as próprias eleições para o Governo apresentam-se como oportunidades à indústria catarinense, que exigem formulação precisa e oportuna de estratégias para aproveitá-las.

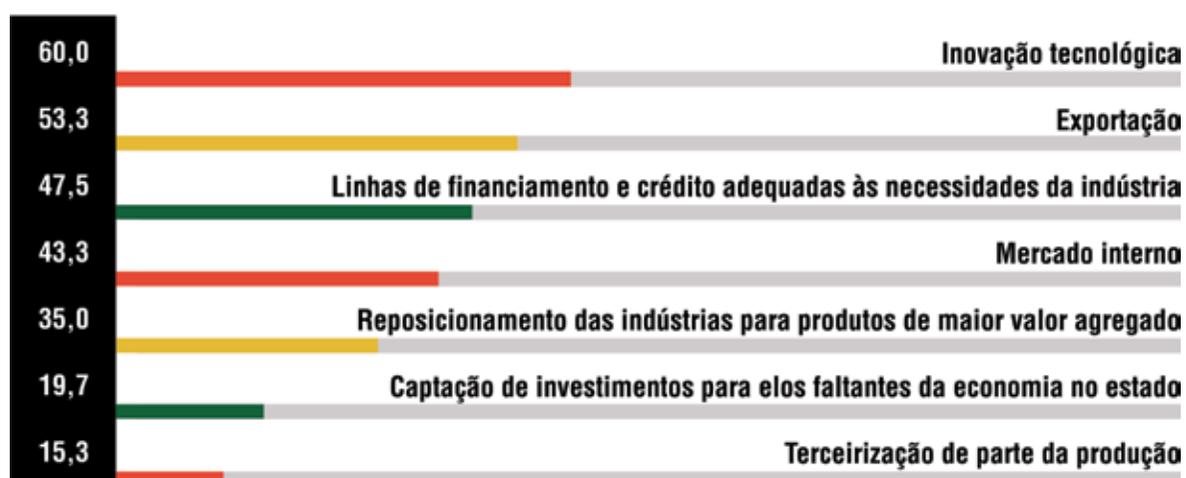
O conceito de ameaças é contrário ao conceito de oportunidades. Também são aspectos latentes do macroambiente, externos ao objeto – no caso, a indústria catarinense – que devem ser neutralizados, ou transformados em oportunidades. Hoje se enfrenta um período de câmbio valorizado, pequena aceleração inflacionária e elevada taxa de juros, aspectos que podem ser prejudiciais às atividades industriais caso não existam ações estratégicas que permitam reverter seus efeitos.

Elevar o valor agregado e a diversificação da produção industrial, aumentar as exportações, fortalecer os encadeamentos produtivos, ser mais inovadora e dinâmica, aumentar a geração de empregos, crescer com sustentabilidade, se tornar mais competitiva, ser um agente ativo na formação de um Estado com maior qualidade de vida, dentre muitos outros, são os Desafios que se apresentam à indústria catarinense para as próximas décadas. Conscientizar-se de tudo isso resulta em amplo benefício a todos, ao possibilitar que a indústria busque oportunidades que superem os desafios da competitividade com sustentabilidade.

Ao se conhecer os desafios enfrentados, os executivos industriais identificam oportunidades que podem ser aproveitadas para impulsionar o Estado rumo ao desenvolvimento desejado no âmbito industrial.

**Gráfico 22 – Oportunidades (%)**

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)

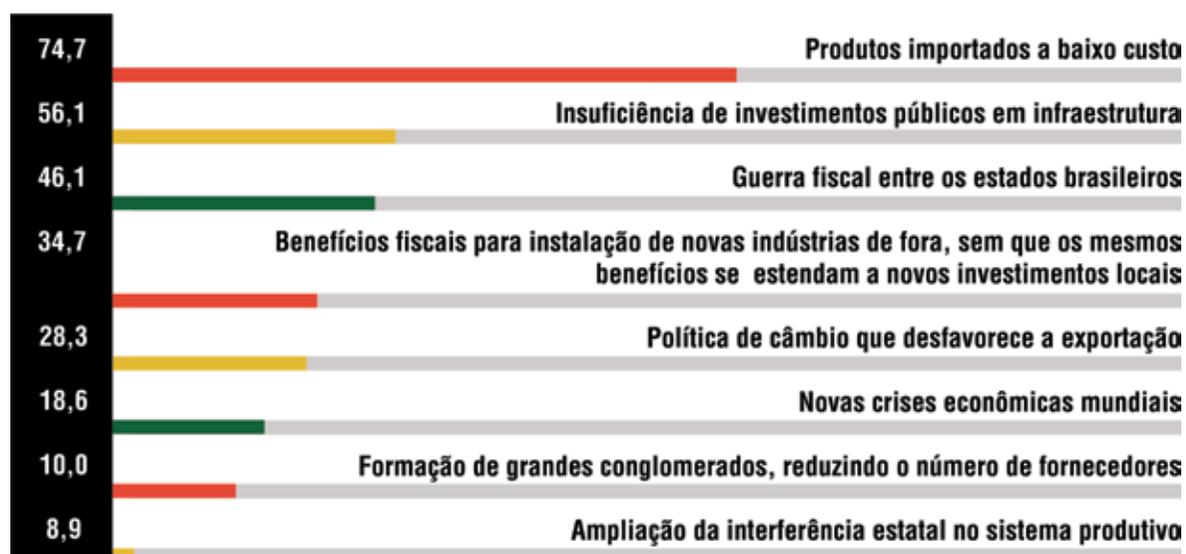


O desenvolvimento, em geral, se dá apoiado na inovação tecnológica. A chave para oportunidades de crescimento e desenvolvimento para a indústria neste Estado se encontra, segundo três em cada cinco executivos entrevistados, na inovação tecnológica. Esse raciocínio corrobora com as tendências que se mostram em termos de evolução em países desenvolvidos.

Outras importantes oportunidades são vislumbradas, em especial no crescimento das exportações e em acesso a linhas de financiamento e crédito, bem como na aposta no mercado interno de consumo. Assim, além de se conhecer as oportunidades de desenvolvimento, faz-se importante a identificação das ameaças ao ambiente industrial catarinense.

### Gráfico 23 – Ameaças (%)

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)



A concorrência de produtos estrangeiros, importados a baixo custo em decorrência dos próprios preços praticados pelos fabricantes internacionais e exportadores, é vista como a principal ameaça à indústria catarinense: ameaça citada por três em cada quatro entrevistados.

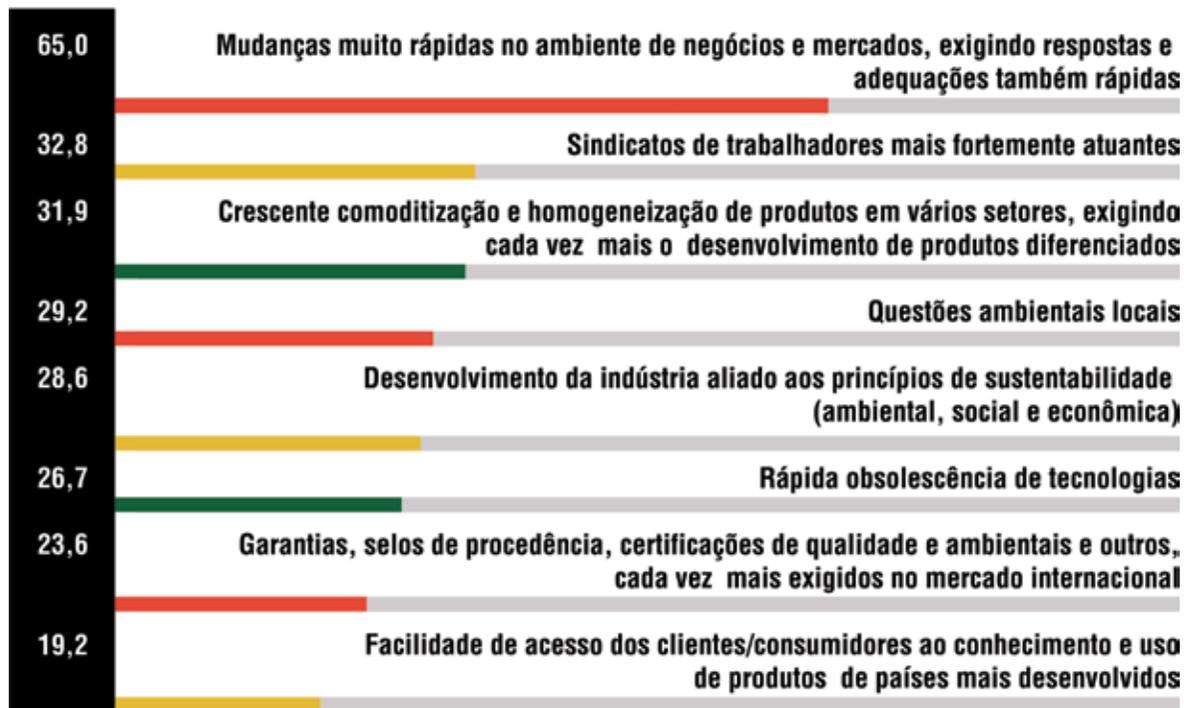
Destaca-se que outras ameaças à indústria, fortemente citadas pelos executivos, são vistas exatamente dentro de esferas públicas: insuficiência de investimentos públicos em infraestrutura e guerra fiscal entre os estados brasileiros.

Além disso, benefícios fiscais para instalação de novas indústrias de fora, sem que os mesmos benefícios sejam estendidos aos industriais locais já estabelecidos, também são vistos como ameaças à indústria catarinense, por 34,7% dos entrevistados. Em outras palavras, os industriais percebem o risco de seus negócios já estabelecidos, que contribuíram para o engrandecimento do Estado até o momento, não serem devidamente valorizados pelo Governo.

Assim, por meio da compreensão de oportunidades e ameaças, é possível delinear, mais cuidadosamente, futuras ações benéficas ao Estado. E mais, podem-se valorizar as oportunidades e neutralizar as ameaças, a fim de que se esteja preparado para enfrentar os desafios postos à indústria catarinense, identificados pelos executivos entrevistados (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Desafios (%)

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)



As rápidas mudanças no ambiente de negócios e nos mercados, fator que se constitui em característica inexorável do tempo presente, são apontadas como o principal desafio que a indústria, de modo geral, enfrenta. Outras questões de ordem trabalhista e comercial também são destacadas pelos entrevistados, porém com menos ênfase.

Pode-se constatar que o desafio é estar preparado para as mudanças, sejam elas locais ou globais. Uma das formas de se alcançar essa preparação é por meio de planejamento, de ampliação da visão sobre as possibilidades do futuro.

O planejamento e a visão de futuro podem se sustentar na compreensão das características da indústria catarinense, das percepções dos atores envolvidos, dos delineamentos para o futuro, como vem sendo evidenciado neste estudo. Nesse sentido, a proposta de uma agenda com ações que facilitem o desenvolvimento catarinense busca a aproximação entre a realidade das indústrias e a formulação de políticas condizentes com tal realidade.

# *Carta da* INDUSTRIA



### 3. Agenda: A Carta da Indústria Catarinense

Apresentados o cenário atual, a indústria catarinense, as oportunidades, ameaças e desafios a serem encaminhados, os pontos fortes e as oportunidades de melhoria existentes, aqui se encontram ações concretas a serem realizadas para a competitividade e sustentabilidade.

As agendas a serem apresentadas são fruto de amplo debate envolvendo diversos atores, acerca do futuro da indústria catarinense. Busca-se com elas, traduzir a rota a ser trilhada, e, precisamente, as ações que necessitam ser executadas de forma conjugada, unindo as forças do setor industrial às do Estado, para realizar as amplas potencialidades da indústria em benefício de todos.

>> **Indústria** e **Estado** devem trilhar um caminho conjunto em direção ao desenvolvimento e competitividade.

## I. AGENDAS TRANSVERSAIS

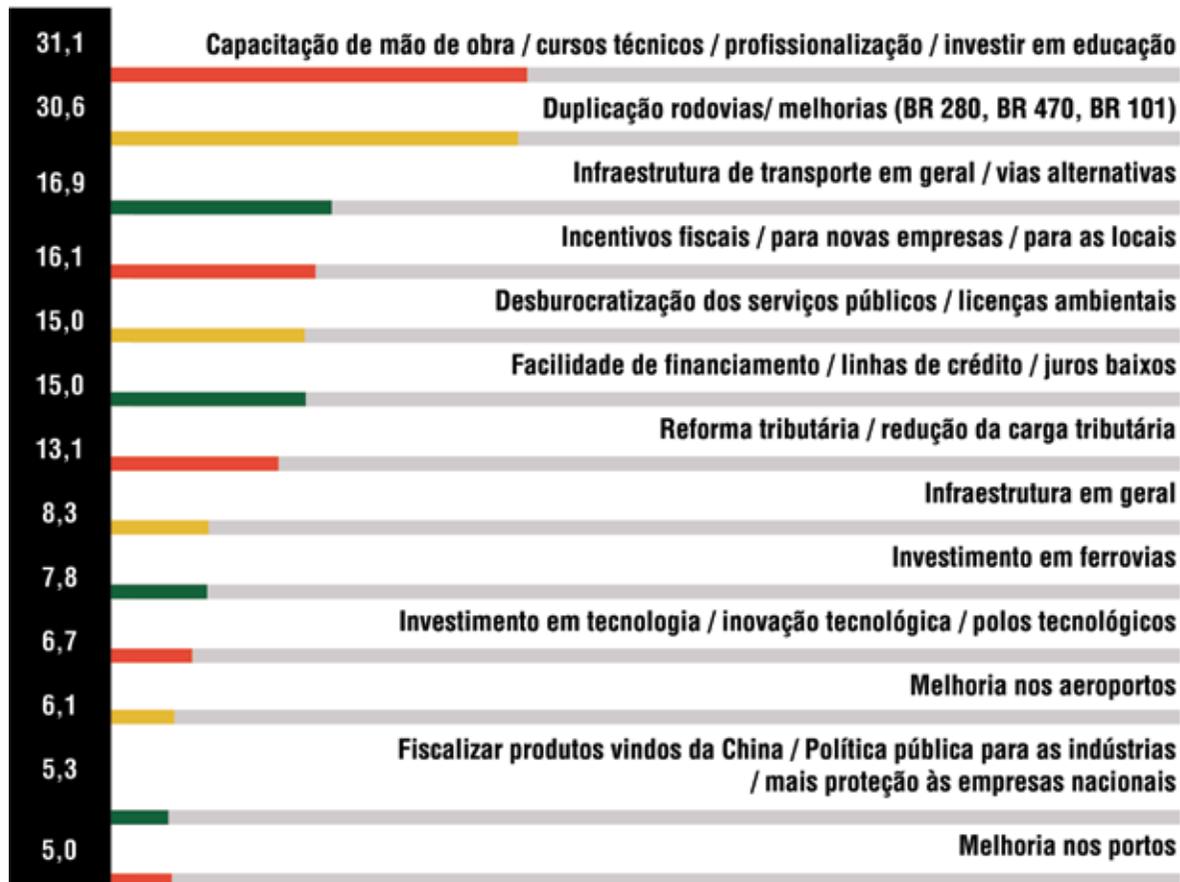
Apesar da diversidade encontrada nas diferentes regiões de Santa Catarina, algumas demandas necessárias para alavancar o desempenho industrial são comuns a todo o Estado.

As demandas transversais são estruturantes, abrangentes e exigem esforços constantes para serem atendidas. Observando os principais pontos contidos nas falas dos industriais catarinenses, é possível observar a preponderância de agendas relacionadas, principalmente, à educação, infraestrutura e tributação.

Dos industriais ouvidos, 31,1% mencionaram questões referente à qualificação dos trabalhadores como iniciativa prioritária para desenvolvimento de sua mesorregião. Dos aspectos relacionados à infraestrutura, 30,6% apontaram as duplicações de diversas rodovias como iniciativa importante para redução dos gargalos relacionados ao escoamento da produção. Ainda relacionado à infraestrutura, 16,1% evidenciaram a importância de iniciativas na infraestrutura de transportes em geral. Os incentivos fiscais e a desburocratização, tanto dos serviços públicos quanto das licenças ambientais, foram apontados em 16% e 15% das iniciais, respectivamente.

Gráfico 25 – Pontos chaves das demandas dos industriais (%)

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)



As diversas respostas obtidas foram todas levadas em consideração e classificadas entre **agendas de educação, infraestrutura, tributação, inovação, política de desenvolvimento, representação política, meio ambiente, relações trabalhistas e internacionalização**. Na sequência, tais agendas são apresentadas com breve comentário referente a cada uma delas.

## **1 – Educação**

O termo educação transcende a mera formação escolar. Por educação, compreende-se, também, a qualificação do trabalhador e seu preparo para as demandas do mercado de trabalho. A indústria catarinense vive hoje uma situação em que a escassez de recursos humanos qualificados é fator limitante para o desenvolvimento industrial. A capacidade de inovação da indústria também é afetada pela escassez de recursos humanos qualificados.

Os maiores problemas não estão na oferta de ensino profissionalizante, mas, principalmente, na qualidade do ensino básico, ainda que os índices catarinenses estejam entre os melhores do Brasil. Além das melhorias na educação básica – para que os alunos cheguem, mais aptos, ao ensino superior, técnico e profissionalizante –, é necessário alinhar a adequação destes às necessidades do mercado de trabalho, em especial às atividades industriais.

A capacidade de inovar do setor industrial também se relaciona, intimamente, com a educação. Por meio da qualificação dos recursos humanos, há maior preparo para o processo de inovação que se baseia, dentre outros aspectos, em profissionais amplamente qualificados.

## Agendas transversais

### Educação

#### Abrangência Estadual

Melhorar os indicadores de qualidade da Educação Básica, principalmente aqueles relacionados à proficiência em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências.

Oferecer oportunidades igualitárias de acesso à educação e qualificação nas distintas mesorregiões do Estado.

Investir na ampliação da oferta de educação profissional com vistas a atender as demandas das indústrias e dos demais setores produtivos de todas as mesorregiões do Estado.

Oportunizar aos trabalhadores com déficit escolar o acesso, a permanência e conclusão da Educação Básica.

Garantir aos jovens o prosseguimento de estudos para conclusão do Ensino Médio.

Criar incentivos para que as indústrias promovam o desenvolvimento profissional de seus trabalhadores.

#### Abrangência Federal

Apoiar a modernização dos currículos de Engenharia.

Aprimorar as condições para que as escolas possam entregar melhores resultados.

Capacitar as crianças e jovens para participarem da era do conhecimento.

Reduzir a disparidade de educação.

Educar e treinar melhor, em larga escala e a baixo custo.

Adaptar o sistema educacional à mudança demográfica.

Capacitar trabalhadores maduros para que sejam parte da solução.

Aumentar a atratividade dos cursos de formação profissional para os jovens.

## **2 – Infraestrutura e logística**

No âmbito da infraestrutura, percebe-se que a logística brasileira é intensiva em transporte rodoviário, e seu custo é um fator crítico para o sucesso do produto nacional. No contexto catarinense, pesquisa da FIESC indica que o custo logístico na indústria pode alcançar, proporcionalmente, o dobro do que se gasta nos EUA.

A FIESC estima em R\$ 15 bilhões o volume de recursos que deverão ser aplicados até 2023 para a adequação de todos os modais às necessidades do Estado. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) avalia que as necessidades de infraestrutura de transporte rodoviário brasileiro sejam de R\$ 183,5 bilhões, e que a maior parte da demanda se relaciona à recuperação, adequação e duplicação de estradas. O desenvolvimento industrial depende, ainda, de oferta confiável de energia de qualidade, a custos compatíveis com a competitividade internacional.

O alto custo de logística é um dos componentes principais do chamado Custo Brasil, um conjunto de ineficiências que afeta a competitividade internacional da indústria brasileira. As prioridades da indústria local, segundo pesquisa da FIESC, são desatar os nós do transporte rodoviário com a pavimentação, duplicação e conservação de estradas e a diversificação dos modais de transporte, demandas já conhecidas na realidade catarinense. Essa necessidade é fortemente defendida por empresários e pela população, conforme os dados levantados, para a qual é importante a representação política do Estado junto ao governo federal, por exemplo.

## Infraestrutura e logística

### a) Transporte e logística

#### Abrangência Estadual

Realizar planejamento sistêmico e integrado da infraestrutura de transporte e logística.

Criar ambiente favorável para investimentos privados em infraestrutura de transporte, inclusive por intermédio de parcerias público privadas.

Promover implantação, manutenção, ampliação e modernização das malhas ferroviária, rodoviária e dutoviária, inclusive no que diz respeito aos acessos marítimos e terrestres aos portos, aeroportos e infraestrutura de armazenagem e distribuição.

Atualizar o plano aeroviário catarinense e modernizar a infraestrutura aeroviária.

Melhorar a segurança nas rodovias estaduais e realizar campanhas de educação no trânsito.

Ampliar o planejamento e investimentos na área de mobilidade urbana.

Realizar o planejamento dos acessos ferroviários aos Portos Catarinenses, considerando os novos trechos previstos (Ferrovia Litorânea e Leste/Oeste).

Estudar construções de terminais intermodais.

Realizar estudo sobre o potencial para o transporte hidroviário do Estado.

Melhorar o programa de sinalização das rodovias catarinenses.

Promover a gestão privada Portuária e Aeroportuária Catarinense.

#### Abrangência Federal

Aparelhar e fortalecer as Agências Reguladoras na área de transporte para que sejam independentes e eficientes na fiscalização e defesa dos interesses dos usuários.

Promover manutenção e restauração de rodovias federais no Estado de Santa Catarina.

Inserir Santa Catarina nos corredores ferroviários, previstos no Programa de Investimentos em Logística – PIL.

Melhorar o programa de sinalização das rodovias federais em Santa Catarina.

Mobilizar as concessionárias e a Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT para melhorar a eficiência do fluxo de veículos de carga e de passageiros nas áreas metropolitanas do Estado.

Melhorar a gestão das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no Estado.

Implementar os eixos ferroviários: Ferrovia da Integração (ligando o Oeste ao litoral), Ferrovia Norte/Sul e a Ferrovia Litorânea.

Promover a integração ferroviária entre os portos catarinenses e a malha ferroviária nacional.

## Infraestrutura e logística

### b) Energia

#### Abrangência Estadual

Defender, junto à União, a importância de uma Política Industrial para o Carvão Mineral.

Tornar mais ágil o processo de licenciamento ambiental dos projetos de geração, transmissão e distribuição de energia em Santa Catarina.

Dar prioridade à redução de tributos estaduais nas tarifas de energia elétrica.

Buscar alternativas de suprimento de gás natural para a Região Sul: Instalação de um terminal de recebimento, armazenagem e regaseificação de GNL em Santa Catarina; gaseificação do carvão mineral e aproveitamento do gás do pré-sal e gás não convencional.

Promover a eficiência energética.

Realizar planejamento da infraestrutura energética do Estado.

Melhorar a qualidade e confiabilidade da rede de abastecimento de energia elétrica no Estado.

Fortalecer e aparelhar a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina – AGESC.

Buscar a modicidade tarifária nos suprimentos de gás natural e energia elétrica.

#### Abrangência Federal

Definir uma política industrial para o Carvão Mineral, visando à geração de energia e demais aplicações.

Ampliação do Gasoduto Bolívia-Brasil e construção de novos gasodutos de transporte - inclusão no Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do Governo Federal – PEMAT.

Garantir maior segurança energética – implementação de leilões regionais de geração de energia, aproveitando as fontes energéticas disponíveis na região, principalmente o carvão mineral.

Definir uma política tarifária para o gás natural.

Fortalecer as agências reguladoras de energia.

Buscar a modicidade tarifária nos suprimentos de gás natural e energia elétrica.

## Infraestrutura e logística

### c) Telecomunicações

#### Abrangência Estadual

Melhorar a qualidade e abrangência das telecomunicações no Estado, ampliando a sua infraestrutura, inclusive as redes de fibra ótica.

### 3 – Tributação

A tributação das empresas está relacionada com as atividades que estas desempenham, ou seja, a forma, o prazo e qual o valor de impostos a recolher. Um importante ponto de discussão acerca do sistema tributário, e que envolve a esfera estadual, é a questão do ICMS. O desenvolvimento industrial está atrelado, dentre outros fatores, a uma gestão tributária que permita a otimização da produção e a boa utilização dos recursos disponíveis.

Tanto na realidade brasileira quanto catarinense, trata-se da tributação excessiva, mas também, do pouco retorno observado do que é arrecadado e da alta burocracia encontrada no serviço público.

<b>Tributação</b>
<b>Abrangência Estadual</b>
<b>Ampliar a política fiscal diferenciada para regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Estado (Extremo Oeste, Meio Oeste, Serrana).</b>
<b>Manutenção do PRODEC – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense e PROEMPREGO – Programa Pró-emprego.</b>
<b>Iniciar um programa de redução gradativa das alíquotas do ICMS.</b>
<b>Reduzir e simplificar as obrigações fiscais acessórias.</b>
<b>Promover políticas de incentivo às linhas de produtos considerados de alta tecnologia.</b>
<b>Desonerar tributos estaduais incidentes sobre os investimentos e exportações.</b>
<b>Abrangência Federal</b>
<b>Simplificar o sistema tributário.</b>
<b>Equacionar a questão dos incentivos fiscais no âmbito do ICMS.</b>
<b>Reduzir os tributos e encargos sobre energia, transporte e logística.</b>
<b>Desonerar tributos incidentes sobre os investimentos e exportações.</b>

## 4 – Inovação

Devido às rápidas mudanças no ambiente de negócios, a competitividade está cada vez mais relacionada à capacidade da empresa de se adaptar e inovar. A capacidade de inovação é um dos grandes trunfos competitivos das empresas modernas e, para potencializar tal capacidade, uma estrutura institucional de apoio se faz necessária.

A inovação tem relação íntima com a gestão do conhecimento empresarial e, assim, com a qualificação dos recursos humanos. Seja em produtos (bem e serviços), processo, *marketing* ou na organização empresarial, a inovação é vista, hoje, como palavra de ordem para a competitividade e desenvolvimento.

Nos países desenvolvidos, a inovação está no centro das agendas de política industrial. Santa Catarina tem muitos desafios a superar nos aspectos da inovação. Apesar de já serem vistos aumentos nos esforços para inovar – aumento no número de empresas que inovaram e no dispêndio com atividades de inovação – a indústria catarinense ainda é muito tradicional e apresenta, majoritariamente, produtos de baixo valor agregado.

A inovação permite aumento do contingente tecnológico dos produtos, do valor agregado industrial, da capacidade de exportação, dinamizando a estrutura industrial. Grande parte dos industriais do Estado cita a pouca atuação em segmentos inovadores como um dos pontos fracos da indústria. Também a constante modernização fabril é fundamental para a indústria se manter atualizada em relação aos competidores globais.

## Inovação

### Abrangência Estadual

Desenvolver polos tecnológicos voltados às atividades econômicas preponderantes de cada mesorregião.

Incentivar a implementação de incubadoras e parques tecnológicos voltados às empresas inovadoras (startups) de alta tecnologia.

Promover maiores incentivos aos setores de tecnologia e inovação, com criação de áreas de implantação ofertadas pelo Poder Público, com comodato por tempo determinado para serem incorporadas ao patrimônio das empresas.

Rever os incentivos, de forma a recolocar Santa Catarina em posição competitiva em relação a custos para realização de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).

Desenvolver e implementar políticas de atração de centros de PD&I para o Estado.

Promover ambiente institucional favorável à atração de empresas inovadoras para o Estado.

Investir na melhoria da infraestrutura de pesquisa aplicada nas Universidades Estaduais.

Incentivar a Universidade Estadual no atendimento às demandas do Setor produtivo.

Fortalecer as instituições de apoio à pesquisa, especialmente à pesquisa aplicada.

Fomentar a cultura corporativa da inovação.

Ampliar as parcerias tecnológicas internacionais.

Promover o acesso aos recursos direcionados à tecnologia com juros mais baixos.

Facilitar o acesso aos financiamentos à inovação para as micro e pequenas empresas, com a criação de fundo garantidor de créditos.

### Abrangência Federal

Reforçar os incentivos à inovação.

Flexibilizar o acesso aos benefícios de inovação para micro e pequenas empresas.

Alterar a Lei do Bem e a Lei do Simples para estender o benefício Fiscal às empresas que operam pelo Regime de Lucro Presumido, e às empresas que optam pelo Simples Nacional.

## 5 – Representação política

A representação política apresenta importância preponderante na defesa dos interesses do estado de Santa Catarina na esfera pública nacional. É por meio da representação política que o Estado se faz ouvir, e é assim que aspectos, como a captação de recursos e priorização de ações estaduais na esfera nacional, são definidos.

Nesses termos, muito do desenvolvimento estadual, principalmente no que tange a projetos expressivos inerentes à esfera pública, depende de uma boa representatividade política.

### **Representação política**

#### **Abrangência Estadual**

**Reforçar a cobrança de investimentos federais em infraestrutura em Santa Catarina.**

**Incentivar e propor a redefinição da partilha da arrecadação dos tributos federais (novo Pacto Federativo).**

## 6 – Políticas de desenvolvimento

O desenvolvimento econômico pode e deve ser estimulado e direcionado por meio de políticas, para que regiões e/ou setores estratégicos possam superar dificuldades e, assim, seguir rumo ao desenvolvimento. Uma política de desenvolvimento bem estruturada permite uma maior conjugação de forças para alcance do futuro almejado e superação dos desafios que a competitividade pressupõe.

### Políticas de desenvolvimento

#### Abrangência Estadual

**Utilizar o Programa de Desenvolvimento Industrial Catarinense – PDIC 2022 como um dos pilares para orientar a política de investimentos do Estado.**

**Implementar uma “agenda da urgência”, com medidas transversais e corretivas, capazes de ajudar a reverter o quadro de baixa competitividade da indústria.**

**Implementar políticas específicas para melhorar as condições socioeconômicas das regiões menos desenvolvidas do Estado.**

**Fortalecer o adensamento de cadeias produtivas por meio dos Polos de Inovação.**

**Facilitar o acesso ao crédito às micro e pequenas empresas com a viabilização de fundo garantidor de crédito.**

**Utilizar bancos estaduais e regionais para fomento e financiamento com juros e prazos competitivos.**

**Promover maior agilidade na abertura de empresas e redução da burocracia em mudanças de contrato social.**

**Estimular a abertura de linhas de microcrédito, com foco no empreendedorismo entre a população de baixa renda.**

**Criar ambiente institucional favorável à viabilização das Parcerias Público Privado no Estado.**

**Realizar ações capazes de reduzir o processo de litoralização, promovendo o maior equilíbrio de desenvolvimento regional.**

## **7 – Meio Ambiente**

O meio ambiente não pode ser um entrave ao desenvolvimento socioeconômico, ao contrário, deve estar integrado ao processo. A responsabilidade ambiental e social corporativa manifesta-se em ações como a implantação de sistemas de gestão, que incluem grandes investimentos em educação ambiental.

Encontrar o ponto de equilíbrio é uma ação desafiadora, por vezes, em razão do excesso de regulamentações e falta de informações objetivas que envolvem o tema. Como resultado, se observa uma insegurança jurídica para a atividade empresarial, que se mostra como um dos maiores obstáculos para o investimento. Ainda, a sustentabilidade (nas suas diversas esferas) é um valor cultivado pelos industriais de Santa Catarina, pioneiros em vários processos que preservam o meio ambiente e a sociedade.

## Meio ambiente

### Abrangência Estadual

Fortalecer e compatibilizar regras e procedimentos dos órgãos ambientais, para maior agilidade nos processos de licenciamento.

Assegurar a participação da indústria na discussão e construção de regulamentações sobre o tema.

Padronizar diretrizes, condutas e aplicações das normas pelas agências de controle ambiental.

Estabelecer Planos de Investimentos para o setor de saneamento.

Realizar investimentos em medidas de contenção e mitigação dos efeitos dos desastres naturais.

Promover incentivos fiscais para implantação de empresas de base tecnológica para desenvolvimento de tecnologias para a reciclagem e o aproveitamento de resíduos.

Criar mecanismos de incentivo fiscal para empresas que utilizam materiais reciclados.

Incentivar as empresas que adotam boas práticas socioambientais, por meio da prorrogação dos prazos de renovação das licenças de operação e disponibilização de linhas de investimentos atrativas na área.

Fortalecer os incentivos econômicos para viabilizar a implantação de programas de produção mais limpa.

Estabelecer política para a atividade de reflorestamento e uso da biodiversidade.

Fortalecer e aparelhar os órgãos ambientais para maior celeridade e eficiência nos processos de licenciamento.

Definir, com clareza, as competências entre as esferas federal, estadual e municipal, preservando a autonomia estadual e municipal.

### Abrangência Federal

Fortalecer e aparelhar os órgãos ambientais para maior celeridade e eficiência nos processos de licenciamento.

Promover a informatização, de forma integrada, de todo o processo de licenciamento ambiental.

Criar linhas de financiamento para estimular a adoção de práticas que reduzam as emissões de gases do efeito estufa.

Estimular projetos de reutilização da água e de captação da água da chuva para os processos industriais.

Promover incentivos fiscais para implantação de empresas de base tecnológica para desenvolvimento de tecnologias para a reciclagem e o aproveitamento de resíduos.

Criar mecanismos de incentivo fiscal para empresas que utilizam materiais reciclados.

Definir, com clareza, as competências entre as esferas federal, estadual e municipal, preservando a autonomia estadual e municipal.

## 8 – Relações trabalhistas

As relações de trabalho são os vínculos que se estabelecem no âmbito do trabalho. Compreende-se que estas se materializam sob a forma de negociações individuais ou coletivas. O mundo do trabalho passou por alterações profundas nas últimas décadas, devido à evolução da economia e à estrutura produtiva nas empresas. As leis trabalhistas, entretanto, não acompanham tal evolução, mostrando-se incompatíveis com a realidade atual do setor produtivo. A legislação é ultrapassada, rígida e, excessivamente, burocrática, o que torna elevado o custo do trabalho e provoca situações de conflito, e, por consequência, de insegurança jurídica. Uma vez que o trabalhador é peça chave para o alcance do desenvolvimento e competitividade, a boa gestão das relações trabalhistas contribui para o sucesso da indústria catarinense.

### Relações trabalhistas

#### Abrangência Federal

**Permitir a redução do limite de uma hora para repouso ou alimentação, por meio de acordo ou convenção coletiva, para atender às especificidades de cada empresa, setor ou região, bem como os anseios dos trabalhadores.**

**Revisar mecanismos de concessão do seguro-desemprego, de modo a condicioná-lo à qualificação e à disponibilidade do trabalhador em recolocar-se formalmente no mercado de trabalho, para incentivar a constante qualificação e requalificação de trabalhadores, e reduzir o volume de demissões ocasionadas pelo interesse em acessar o benefício.**

**Isentar de encargos previdenciários os incentivos e as bolsas de estudo, concedidas por empresas aos trabalhadores, vinculadas às atividades desenvolvidas no trabalho, inclusive para ensino superior e cursos de qualificação e capacitação, como forma de incentivo à oferta desse tipo de benefício pelas empresas a seus empregados.**

**Isentar expressamente o aviso-prévio indenizado da contribuição previdenciária para contemplar a segurança jurídica e desonerar o trabalho.**

**Extinguir a multa adicional de 10% sobre o Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço (FGTS), nos casos de demissão sem justa causa.**

**Reduzir a burocracia trabalhista.**

**Apoiar a modernização e adequação da legislação trabalhista à nova realidade produtiva e às exigências da competitividade.**

**Promover a regulamentação do uso da terceirização no processo produtivo.**

**Buscar maior segurança jurídica nas rescisões trabalhistas.**

**Valorizar e fortalecer a negociação coletiva.**

**Avaliar o eSocial não só como instrumento de proteção do trabalhador, mas também de redução de custos e de garantia da competitividade das empresas.**

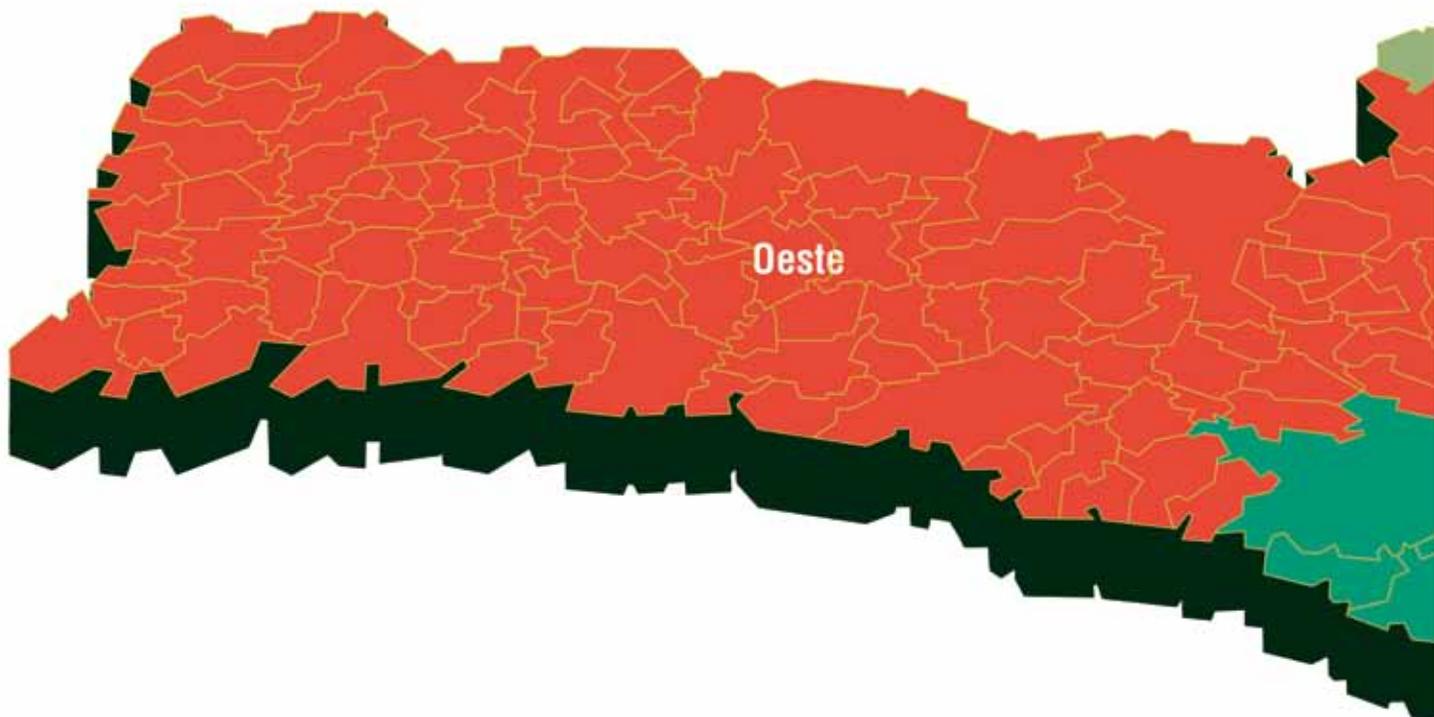
**Revisar as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego que estão em desacordo com a realidade da atividade industrial.**

## 9 – Internacionalização

A construção de uma agenda para o desenvolvimento que envolva esforços conjuntos dos setores público e privado inclui atenção à competitividade internacional da indústria catarinense.

Essa competitividade depende de uma complexa teia de fatores internos e externos às empresas, muitos deles contemplados nesta agenda. Esse é um fator fundamental para o desenvolvimento do Estado, cuja economia é fortemente assentada em uma indústria exportadora. No tempo presente, a competição se dá em nível mundial. A indústria exportadora catarinense atingiu *status* de classe mundial em suas operações, mas fatores não gerenciáveis (externos) reduzem sua competitividade.

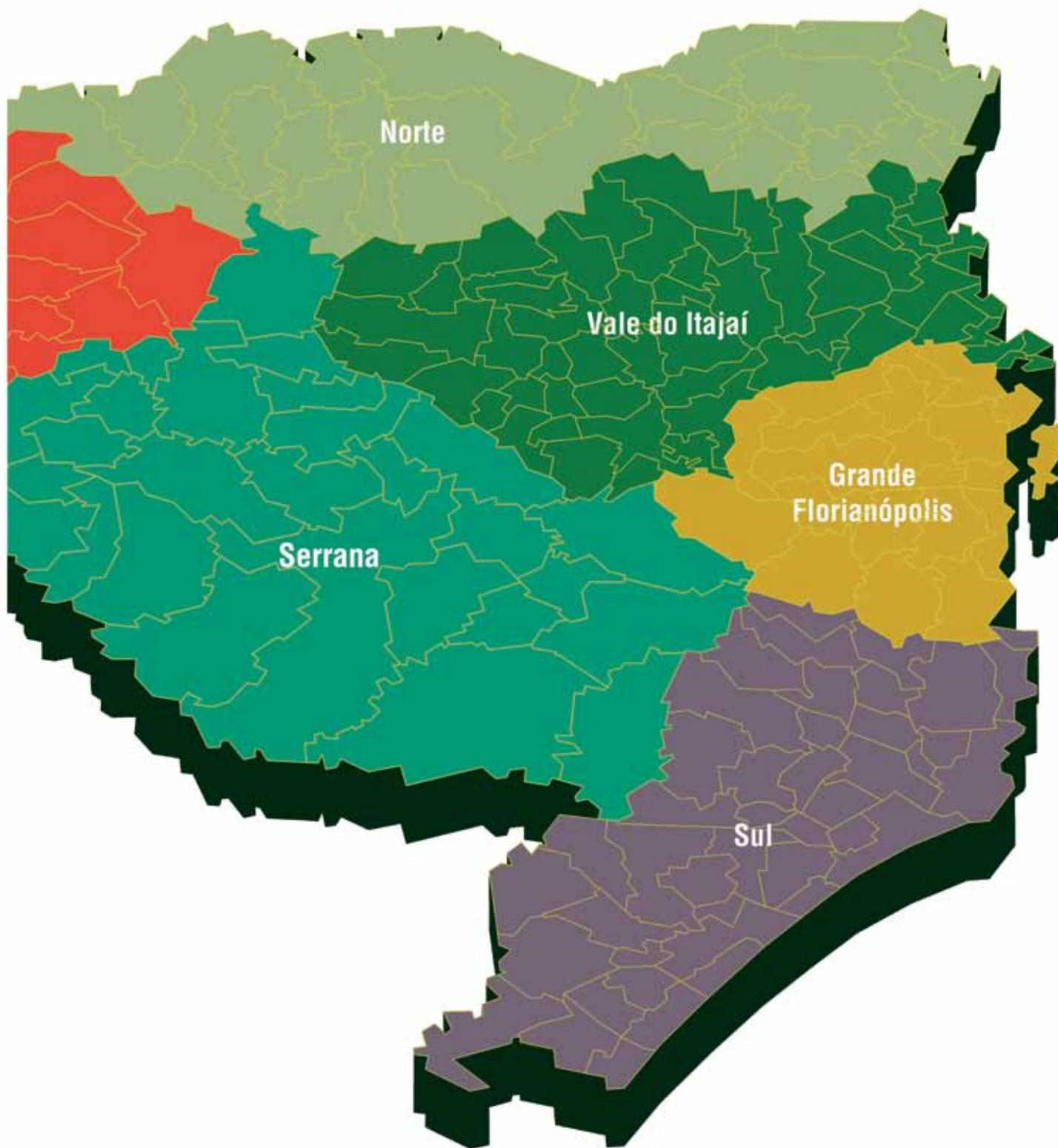
<b>Internacionalização</b>
<b>Abrangência Estadual</b>
<b>Apoiar a promoção dos produtos catarinenses em mercados internacionais.</b>
<b>Apoiar e gerir ações e projetos voltados à promoção da cultura exportadora alinhados com o Plano Nacional de Cultura Exportadora.</b>
<b>Desburocratizar e reduzir custos estaduais nas atividades internacionais das indústrias catarinenses.</b>
<b>Proporcionar melhorias e minimizar custos na infraestrutura logística internacional.</b>
<b>Oferecer incentivos fiscais diferenciados às micro e pequenas empresas voltadas à atividade exportadora.</b>
<b>Criar uma política de apoio às micro e pequenas empresas para exportação.</b>
<b>Abrangência Federal</b>
<b>Desburocratizar e simplificar o processo de exportação.</b>
<b>Desonerar tributos sobre a exportação.</b>



## II. DEMANDAS POR MESORREGIÕES

Santa Catarina é conhecida por ter uma indústria robusta e regionalmente concentrada. Cada mesorregião do Estado apresenta características produtivas próprias, muitas vezes associadas às especificidades de cada localidade.

O Estado é dividido em seis mesorregiões: **Oeste, Norte, Serrana, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis** e **Sul**. A seguir, apresentam-se as **agendas** específicas de cada mesorregião. As agendas referentes à educação, política de desenvolvimento, representação política, meio ambiente, inovação, internacionalização, tributação e relações trabalhistas são compartilhadas por todas as mesorregiões, assim estão apontadas apenas nas demandas transversais.





## Mesorregião Oeste

Na mesorregião Oeste, as atividades mais representativas são as da indústria agroalimentar, que, no Estado, é bastante forte, sendo o maior produtor de carne suína do país e o segundo, de frangos. Na pauta de exportações catarinenses, o frango é o primeiro produto e o suíno o quarto. A indústria alimentar é a segunda maior empregadora dentre os segmentos industriais do Estado. Outra indústria representativa na região Oeste é a indústria de mobiliário, onde está alocado o segundo maior polo do segmento do Estado.

Tabela 4 – Dados da mesorregião Oeste

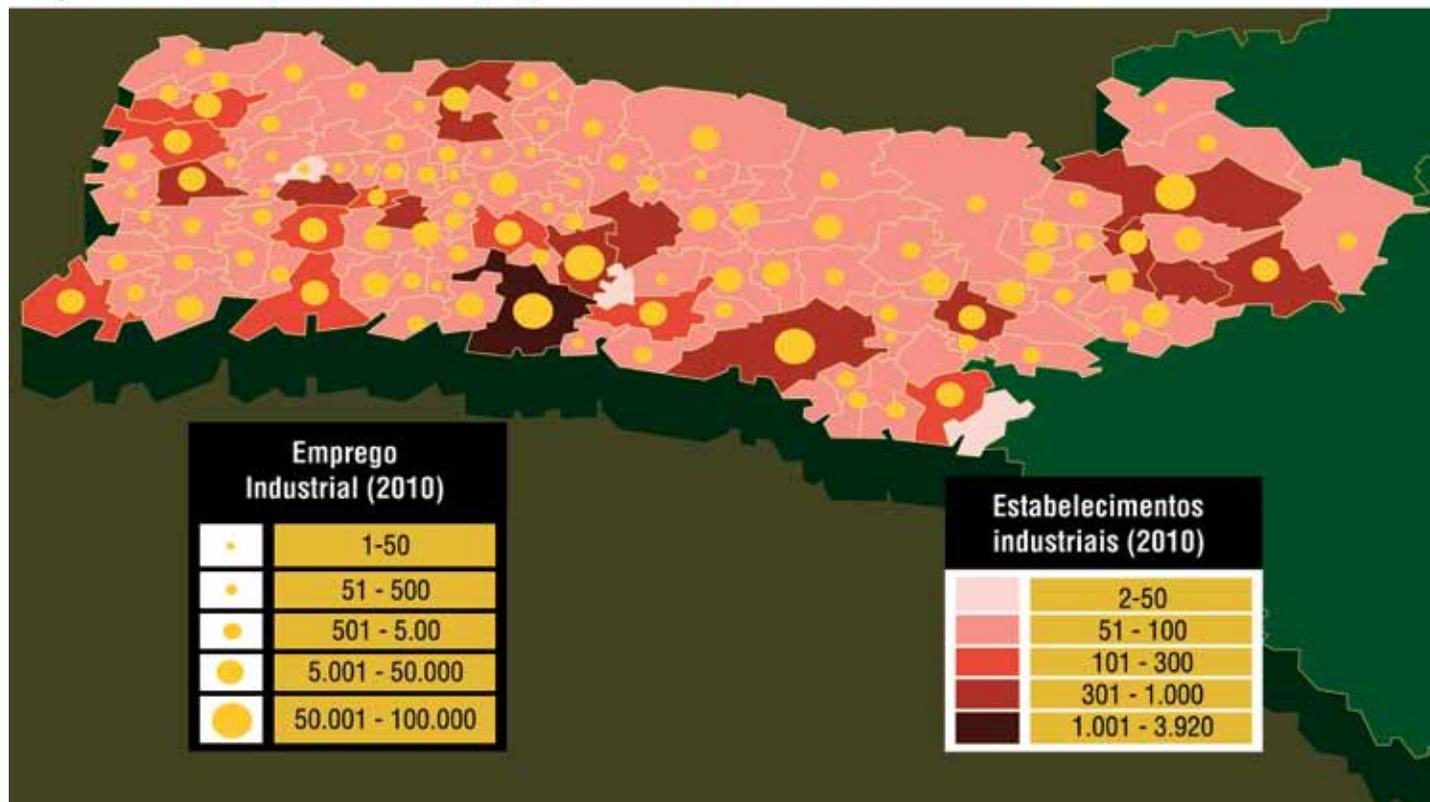
Fonte: IBGE (2010)

Indicador	Dado	Posição estadual	Participação estadual	Crescimento relativo
Área	27.275 km <sup>2</sup>	1°	28%	-
Número de Municípios	118	1°	40%	-
População (2010)	1.200.712	3°	19%	7,5% (2000/2010)
Taxa de urbanização (2010)	71,7%	6°	-	13,9% (2002/2010)
Densidade demográfica (2010)	44	5°	-	7,5% (2000/2010)

Como se observa na Tabela 4, a mesorregião Oeste é a maior do Estado, tanto em área como em número de municípios. Porém, apresenta a sexta taxa de urbanização e a quinta densidade demográfica dentre as seis mesorregiões catarinenses.

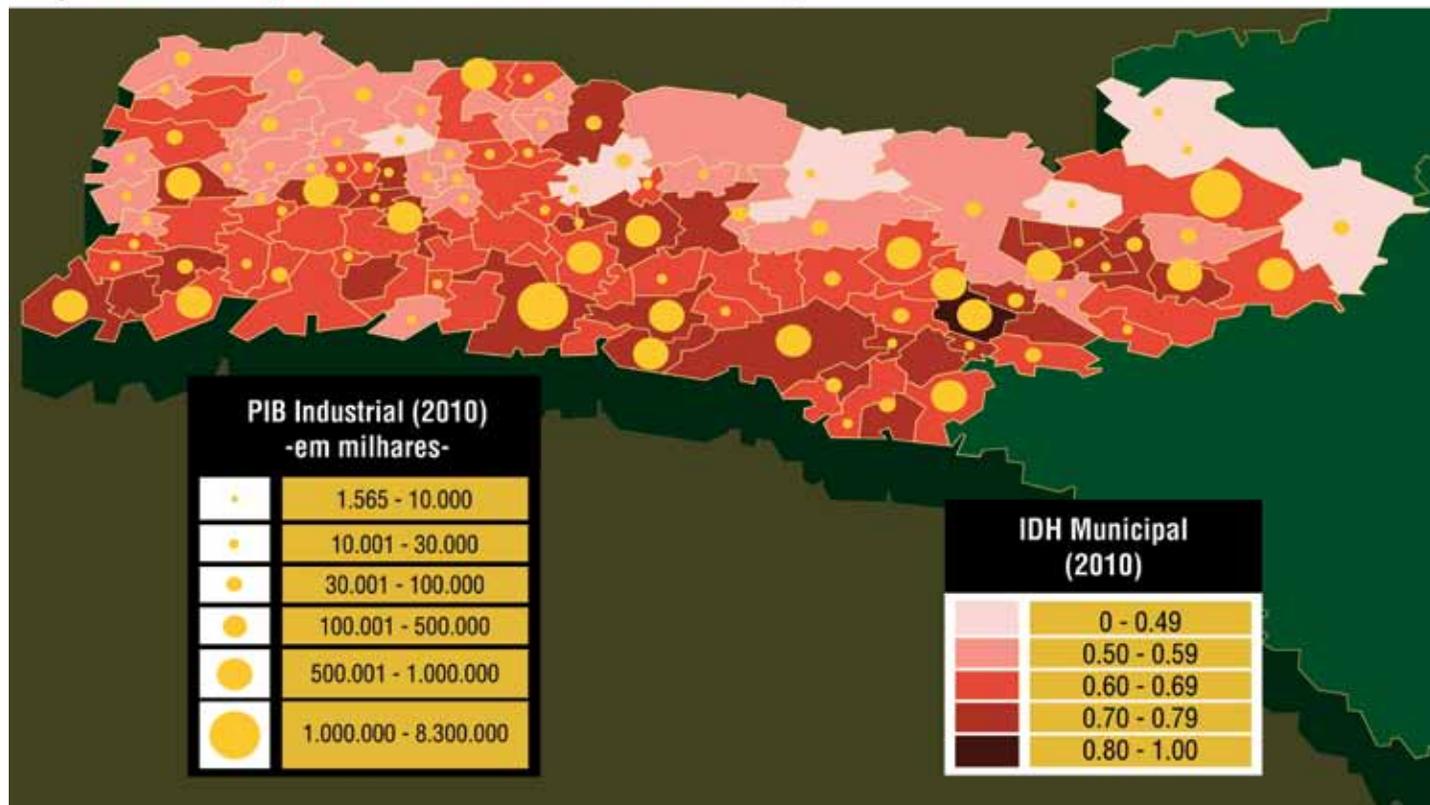
A mesorregião Oeste destaca-se por apresentar o segundo maior número de estabelecimentos industriais, assim como a menor taxa de desemprego. É a terceira maior exportadora de Santa Catarina e a quinta maior importadora. Apresenta a terceira maior população, PIB, PIB industrial, emprego industrial e quinta maior arrecadação de ICMS. A mesorregião detém 8,5% dos grupos de pesquisa do Estado.

**Mapa 1 – Mesorregião Oeste – Emprego industrial e estabelecimentos industriais**



Fonte: MTE - RAIS (2010)

**Mapa 2 – Mesorregião Oeste – PIB industrial e IDH municipal**



Fonte: IBGE - Contas Regionais (2010) e PNUD (2010).

## Agenda das mesorregiões

### Oeste

#### Infraestrutura de Logística e Transporte

##### Abrangência Estadual

Promover manutenção e recuperação das rodovias regionais de acesso aos principais eixos rodoviários nacionais.

Ampliar, restaurar e modernizar as condições de operação dos Aeroportos Regionais (Caçador, Chapecó, Concórdia, Itapiranga, Joaçaba, São Miguel do Oeste, Videira e Xanxerê).

Melhorar o fornecimento de energia, água e saneamento.

##### Abrangência Federal

Adequar a capacidade da BR 282, nas travessias urbanas de Xanxerê, Pinhalzinho, Maravilha e Ponte Serrada.

Realizar estudo de viabilidade econômica, técnica e ambiental para duplicar a BR 282, do extremo Oeste até a BR 116.

Duplicar o trecho de São Miguel do Oeste a Dionísio Cerqueira, da BR 163.

Construir o Viaduto de Catanduvas, na BR 282.

Implementar os eixos ferroviários: Ferrovia da Integração (ligando o Oeste ao litoral), Ferrovia Norte/Sul, e a Ferrovia Litorânea.

## Mesorregião Norte



A mesorregião Norte se destaca pela metalurgia, fabricação de produtos de metal, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, produtos de plástico, vestuário, mobiliário e madeira. O Estado é o maior exportador, do Brasil, de moto-compressores herméticos e de blocos de cilindros para motor. Ainda, Santa Catarina ocupa a primeira posição, na América Latina, em elementos de fixação (parafusos, porcas etc).

O segmento de máquinas, aparelhos e materiais elétricos possui uma participação de 18,2% sobre igual setor nacional, levando em consideração o valor da transformação industrial. Santa Catarina destaca-se pelo grau de importância na fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos, com um peso de 29,6% sobre igual segmento brasileiro; e em eletrodomésticos da linha branca, com uma participação de 30,4% sobre igual setor do Brasil.

Nos municípios de São Bento do Sul e Rio Negrinho concentra-se o maior volume de empresas moveleiras do Estado. A indústria do mobiliário catarinense possui uma participação de 6,7% sobre igual setor nacional, levando em consideração o valor da transformação industrial.

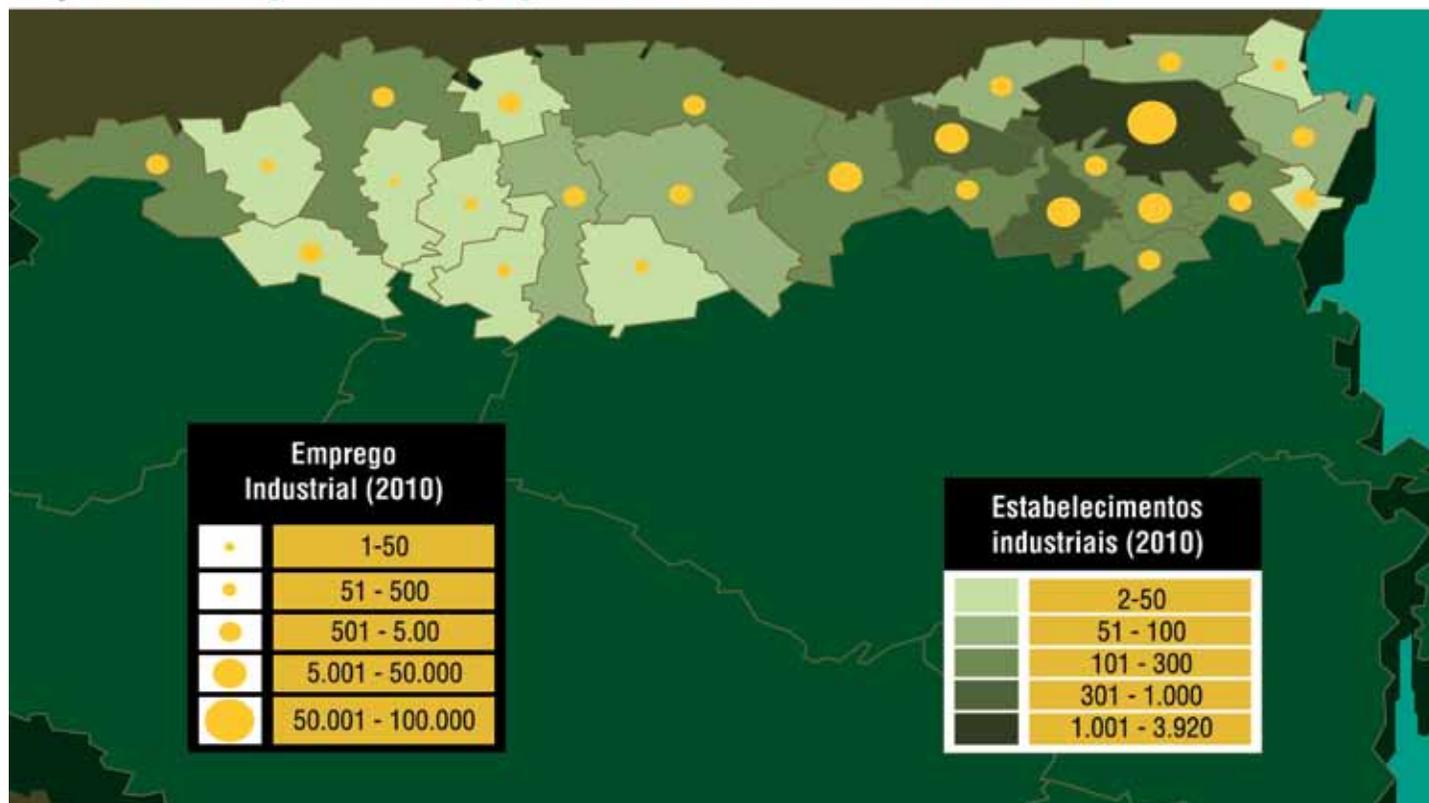
Tabela 5 – Dados da mesorregião Norte

Fonte: IBGE (2010)

Indicador	Dado	Posição estadual	Participação estadual	Crescimento relativo
Área	15.936 km <sup>2</sup>	3°	16,7%	-
Número de Municípios	26	5°	8,9%	-
População (2010)	1.212.843	2°	19%	18,1% (2000/2010)
Taxa de urbanização (2010)	88%	2°	-	2,8% (2002/2010)
Densidade demográfica (2010)	76	4°	-	18,1% (2000/2010)

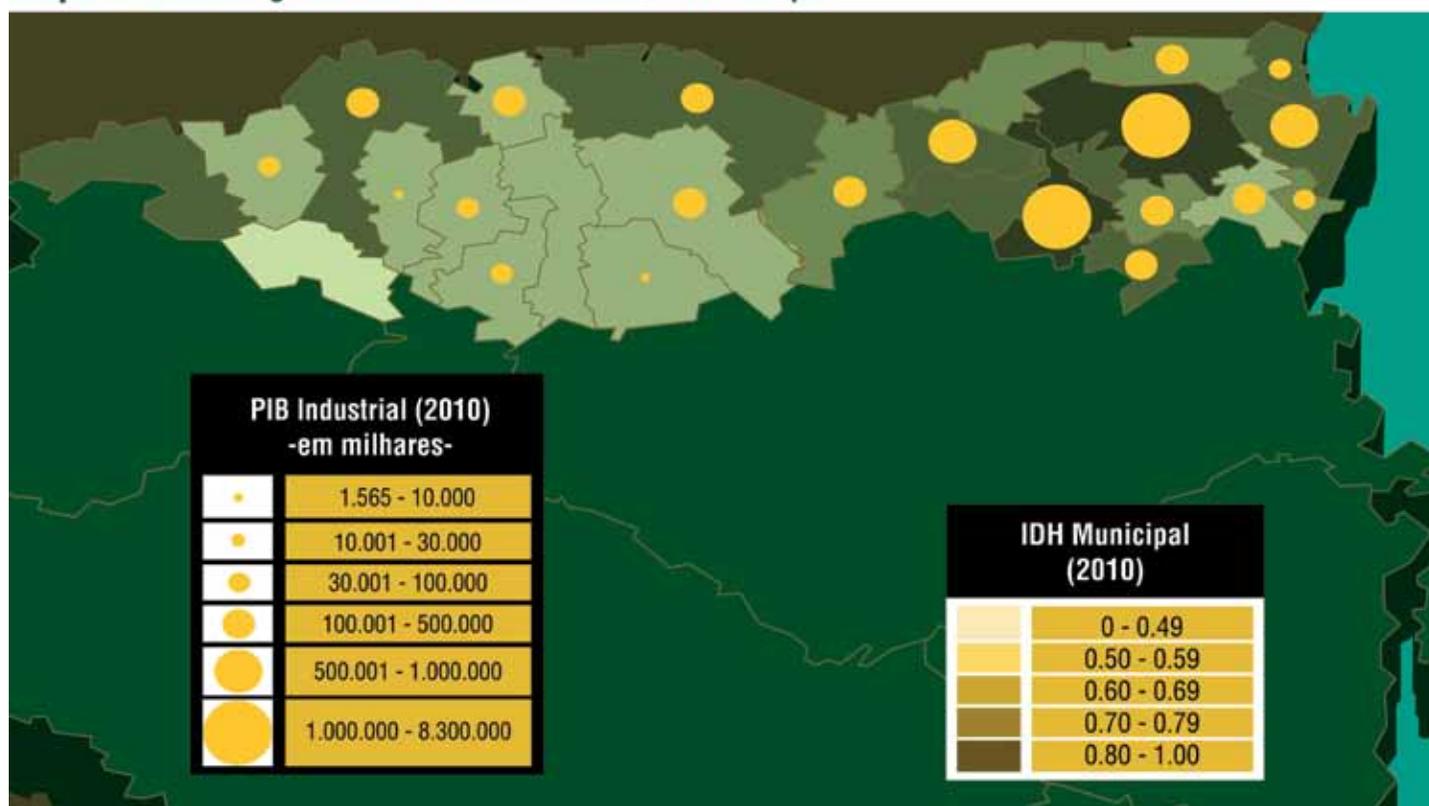
De acordo com a Tabela 5, a mesorregião Norte não apresenta grande concentração de municípios. Ainda assim, possui a segunda maior população e taxa de urbanização do Estado. É a terceira mesorregião em área territorial, com crescimento relativo de 18% na densidade demográfica de 2000 a 2010.

**Mapa 3 – Mesorregião Norte – Emprego industrial e estabelecimentos industriais**



Fonte: MTE - RAIS (2010)

**Mapa 4 – Mesorregião Norte – PIB industrial e IDH municipal**



Fonte: IBGE - Contas Regionais (2010) e PNUD (2010).

A mesorregião Norte apresenta o maior PIB industrial catarinense, com 33% deste ali alocado. Em termos de população e PIB total, a mesorregião ocupa a segunda colocação, assim como quanto a emprego industrial, exportações, importações, arrecadação de ICMS. A taxa de desemprego é a quinta menor do Estado. A mesorregião detém 12% dos grupos de pesquisa do Estado.

## Agenda das mesorregiões

### Norte

#### Infraestrutura de Logística e Transporte

##### Abrangência Estadual

Promover manutenção e recuperação das rodovias regionais de acesso aos principais eixos rodoviários nacionais.

Ampliar, restaurar e modernizar as condições de operação dos Aeroportos Regionais (Mafra, São Francisco do Sul e Três Barras).

Ampliar e modernizar a infraestrutura do Porto de São Francisco.

##### Abrangência Federal

Duplicar a BR 280, no trecho de São Francisco do Sul-Jaraguá do Sul.

Melhorar o trecho da BR 280, de Canoinhas a Porto União.

Construir viaduto de acesso a Schroeder, na BR 280.

Construir viaduto de entroncamento entre as BRs 116 e 280.

Desenvolver projeto de alça de contorno Rodoviário de Garuva.

Realizar obras de dragagem e derrocagem no Porto de São Francisco do Sul.

Construir o Berço 401/a do Porto de São Francisco do Sul.

Ampliar calado do canal de acesso à Baía da Babitonga.

Ampliar, restaurar e modernizar as condições de operação do Aeroporto de Joinville.

Revitalizar o trecho ferroviário Mafra – São Francisco do Sul.

Concluir contornos ferroviários nos municípios de Joinville, São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul.

Construir acesso rodoferroviário ao Porto de São Francisco do Sul (Pera).

Implementar os eixos ferroviários: Ferrovia da Integração (ligando o Oeste ao litoral) e a Ferrovia Litorânea.



## Mesorregião Serrana

Esta mesorregião concentra sua produção industrial nos setores de madeira e celulose e papel. A indústria madeireira de Santa Catarina destaca-se, tendo uma participação de 13,9% sobre igual setor do Brasil, levando em consideração o valor da transformação industrial.

Está entre as maiores do país em produção de portas de madeira. O estado de Santa Catarina é o maior exportador nacional de portas e respectivos caixilhos, alizares e soleiras. No setor de celulose e papel, em Santa Catarina, estão situadas unidades do grupo que é o maior produtor, exportador e reciclador de papéis do país.

A indústria de celulose e papel de Santa Catarina possui uma participação de 8,4% sobre igual setor nacional, levando em consideração o valor da transformação industrial. Na Brasil, o Estado se destaca como maior exportador de papel/cartão para cobertura.

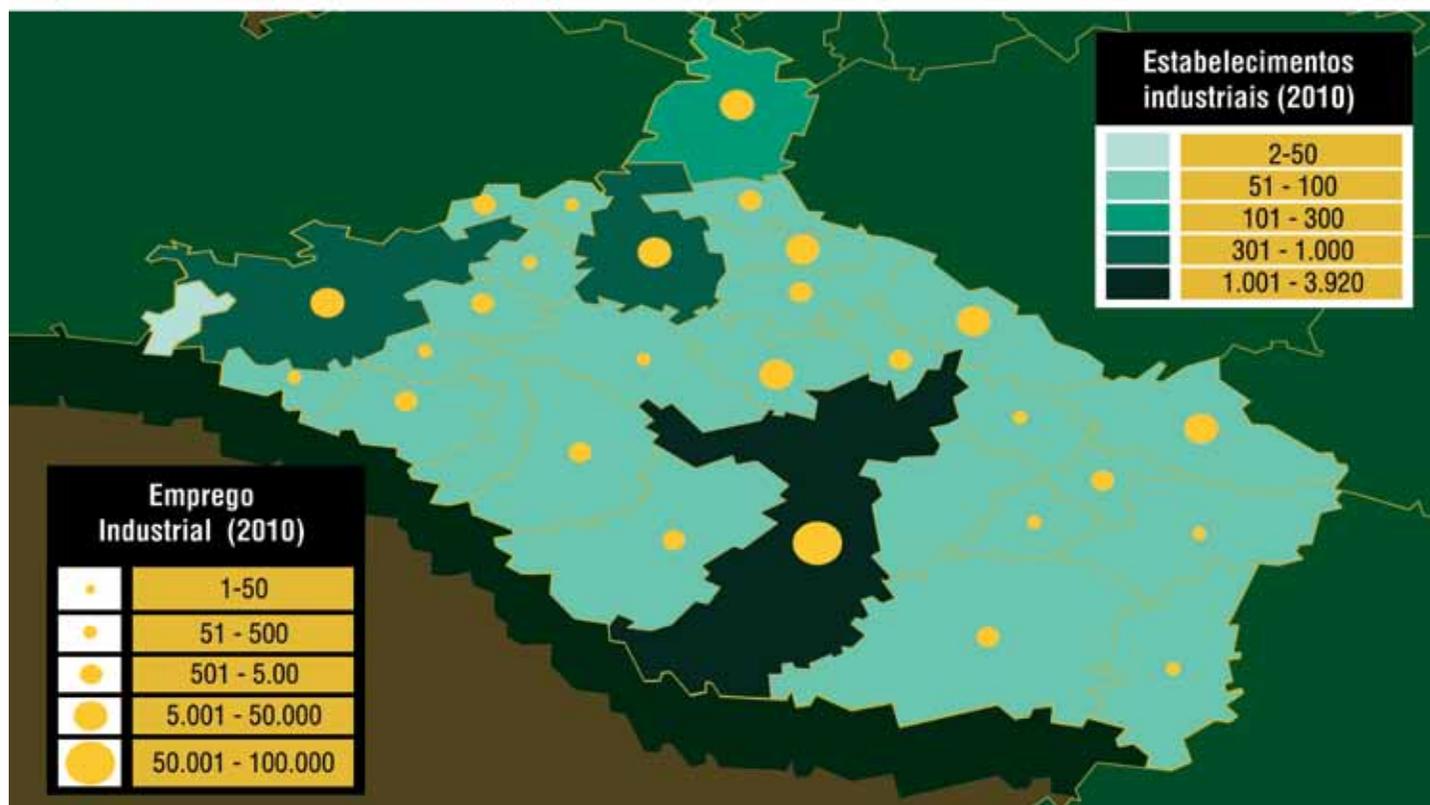
Tabela 6 – Dados da mesorregião Serrana

Fonte: IBGE (2010)

Indicador	Dado	Posição estadual	Participação estadual	Crescimento relativo
Área	22.322 km <sup>2</sup>	2°	23,3%	-
Número de Municípios	30	4°	10,2%	-
População (2010)	406.741	6°	7%	1,4% (2000/2010)
Taxa de urbanização (2010)	82%	4°	-	4,9% (2002/2010)
Densidade demográfica (2010)	18	6°	-	1,4% (2000/2010)

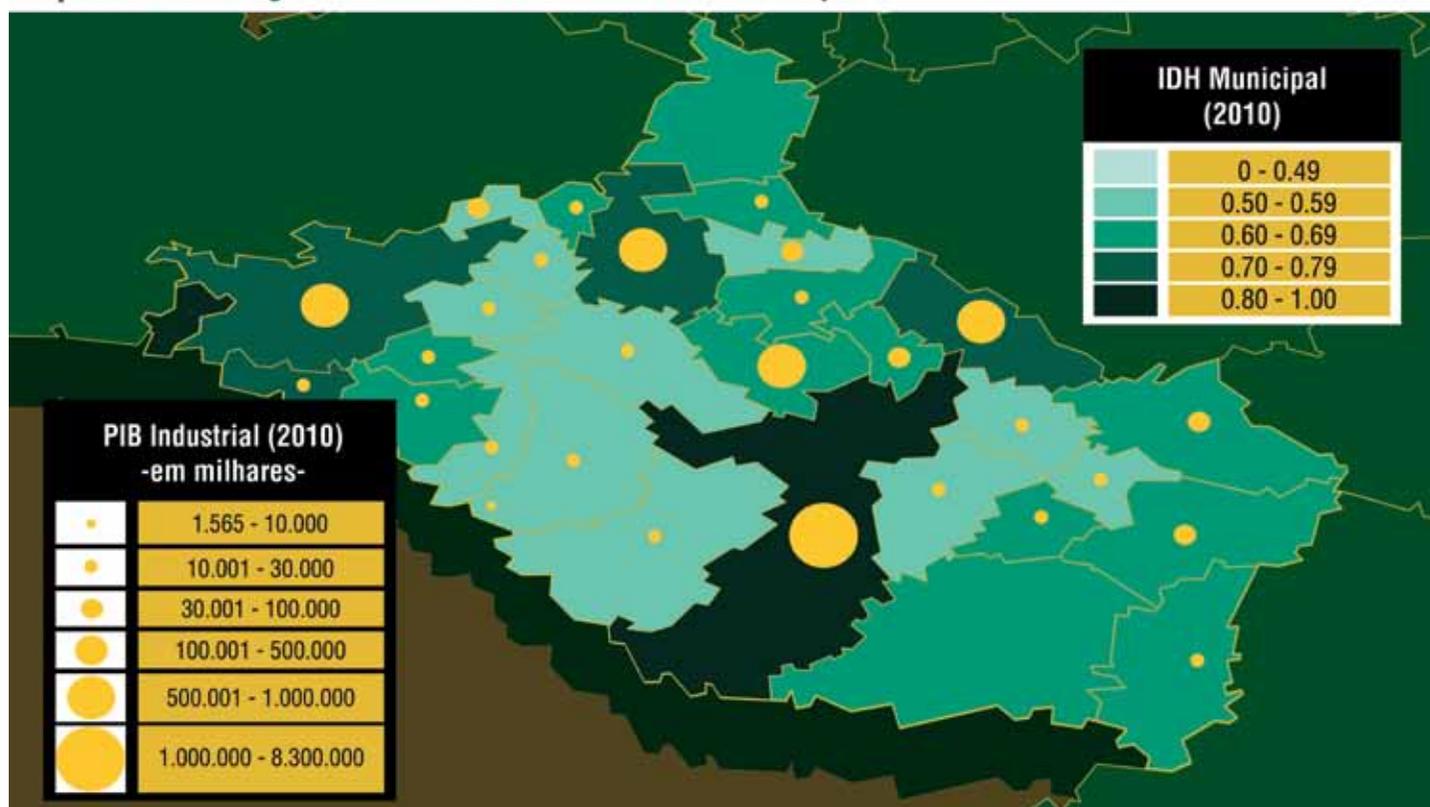
A mesorregião catarinense com menor população e segunda maior em área territorial é a Serrana, o que resulta na menor densidade demográfica do Estado. A taxa de urbanização da mesorregião serrana é a quarta, assim como quanto ao número de municípios.

**Mapa 5 - Mesorregião Serrana – Emprego industrial e estabelecimento industrial**



Fonte: MTE - RAIS (2010)

**Mapa 6 – Mesorregião Serrana – PIB industrial e IDH municipal**



Fonte: IBGE - Contas Regionais (2010) e PNUD (2010).

Na mesorregião Serrana, estão alocados apenas 1,46% dos grupos de pesquisa cadastrados no Estado. Nos indicadores analisados – PIB industrial, emprego industrial e estabelecimentos industriais – a mesorregião ocupa o sexto lugar.

## Agenda das mesorregiões

### Serrana

#### Infraestrutura de Logística e Transporte

##### Abrangência Estadual

**Ampliar, restaurar e modernizar as condições de operação dos Aeroportos Regionais (Correia Pinto, Curitiba, Lages e São Joaquim).**

**Promover manutenção e recuperação das rodovias regionais de acesso aos principais eixos rodoviários nacionais, portos e aeroportos.**

##### Abrangência Federal

**Adequar a capacidade de tráfego da BR 282.**

**Concluir a travessia urbana de Lages (BR 282).**

**Pavimentar a SC 370 no trecho entre Santa Terezinha e Grão-Pará, possibilitando a ligação da BR 282 com a BR 101 (Serra do Corvo Branco).**

**Promover manutenção e adequação da capacidade de tráfego da BR 116.**

## Mesorregião do Vale do Itajaí



O Vale do Itajaí apresenta indústrias em diversos setores produtivos, e tem como mais representativos os setores têxtil, de vestuário, indústria naval, de produtos de metal e autopeças. Santa Catarina é o segundo maior polo empregador têxtil e do vestuário do Brasil. A indústria naval catarinense é a terceira do país em número de trabalhadores e de estabelecimentos, e a previsão é de que esse número aumente, no curto prazo, com os novos investimentos que estão sendo realizados.

Santa Catarina se destaca na produção de autopeças, podendo-se citar impulsores de partida, mancais e polias para veículos automotores, escapamentos, rebocues, blocos de cilindros e cabeçotes para motores diesel, sendo o maior exportador do país neste item.

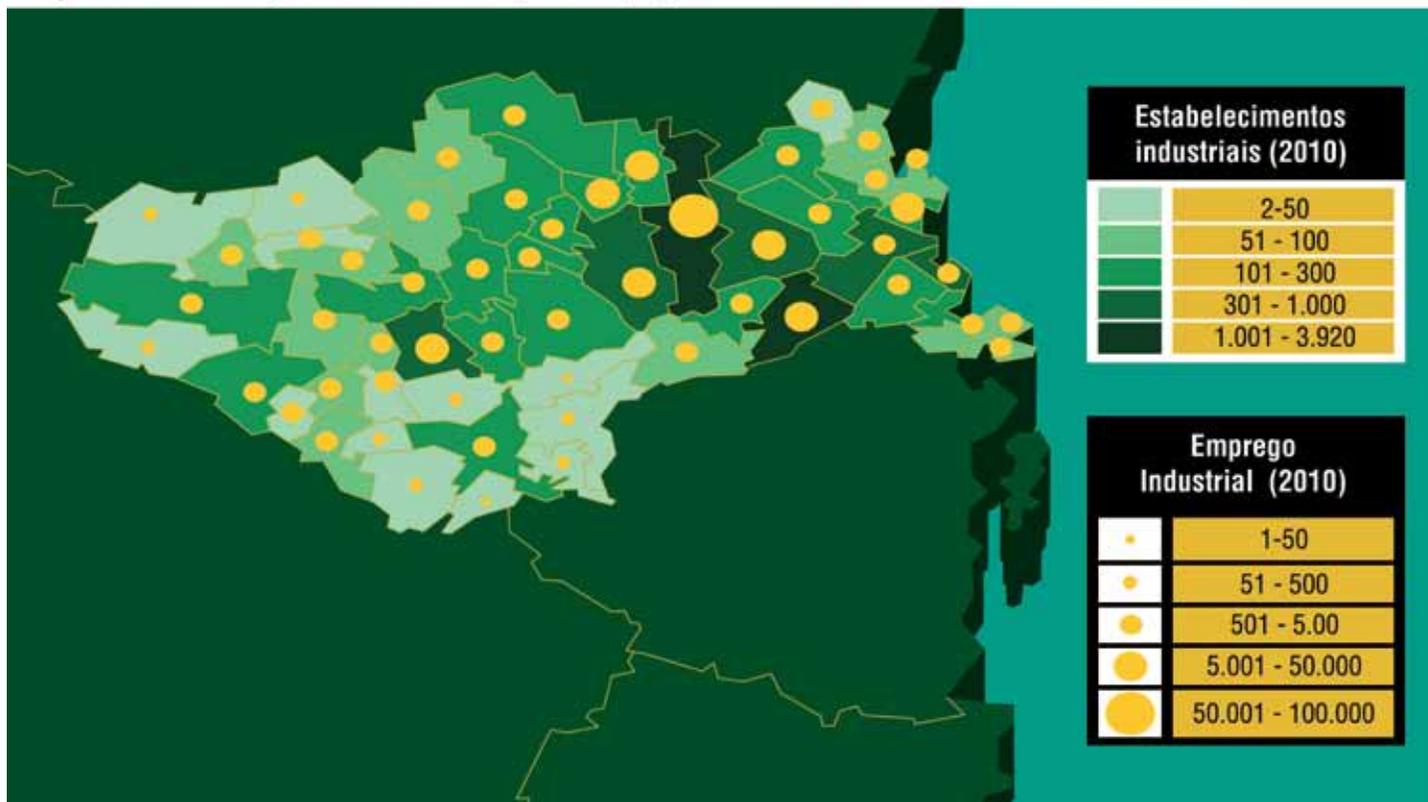
Tabela 7 – Dados da mesorregião do Vale do Itajaí

Fonte: IBGE (2010)

Indicador	Dado	Posição estadual	Participação estadual	Crescimento relativo
Área	13.108 km <sup>2</sup>	4°	13,7%	-
Número de Municípios	54	2°	18,4%	-
População (2010)	1.508.980	1°	24%	27,2% (2000/2010)
Taxa de urbanização (2010)	88%	3°	-	4,7% (2002/2010)
Densidade demográfica (2010)	115	2°	-	27,2% (2000/2010)

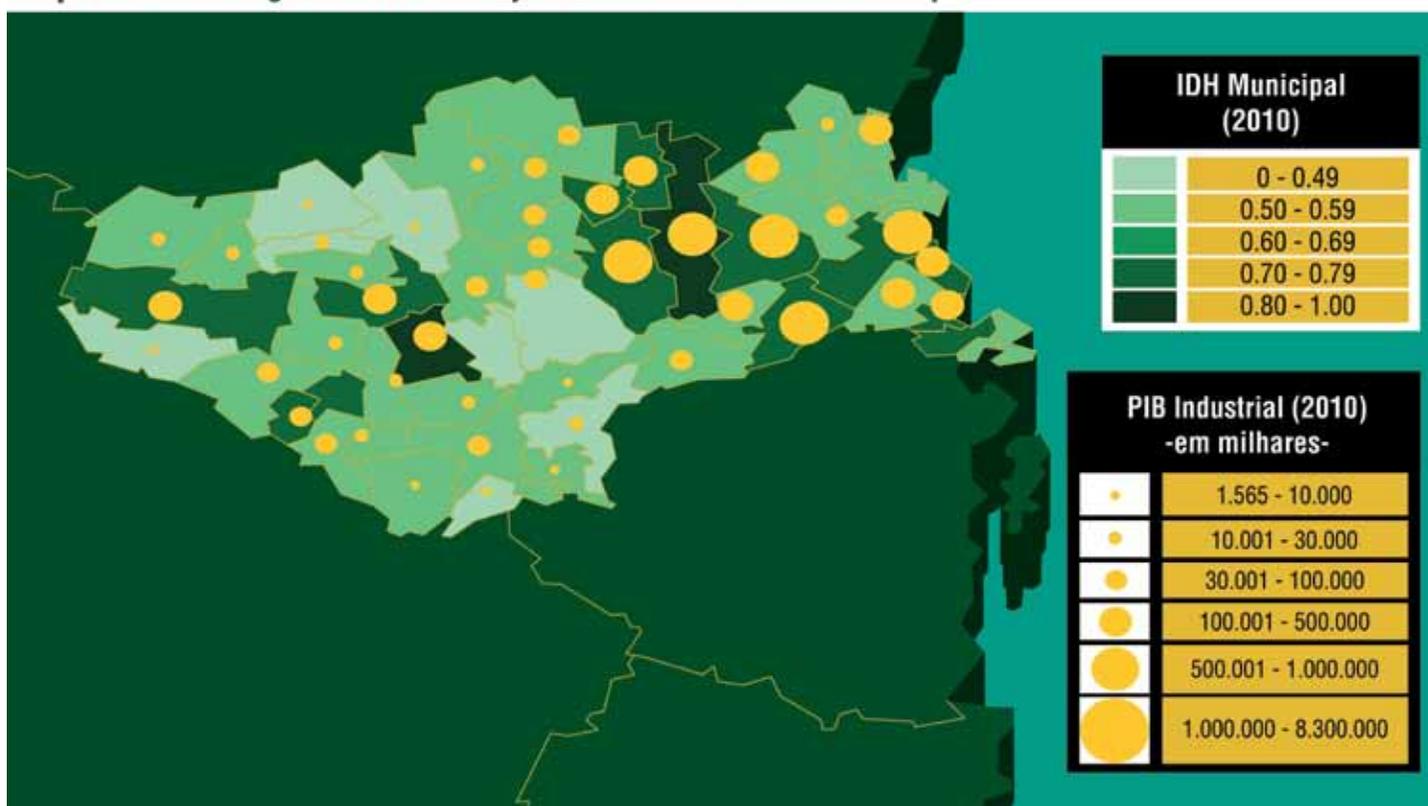
Com maior população e segunda maior densidade demográfica, a mesorregião do Vale do Itajaí apresenta a terceira maior taxa de urbanização do Estado e maior população. A população do Vale do Itajaí cresceu 27,2% de 2000 a 2010 sendo a mesorregião com maior crescimento populacional no período.

**Mapa 7 – Mesorregião do Vale do Itajaí – Emprego industrial e estabelecimentos industriais**



Fonte: MTE - RAIS (2010).

**Mapa 8 – Mesorregião do Vale do Itajaí – PIB industrial e IDH municipal**



Fonte: IBGE - Contas Regionais (2010) e PNUD (2010).

O Vale do Itajaí configura-se na mesorregião com maior representatividade industrial do Estado. A mesorregião apresenta maior população, PIB, emprego industrial, número de estabelecimentos industriais, a menor taxa de desemprego, e é aquela com maior representatividade nas importações e exportações. O seu PIB industrial é o segundo maior do Estado e arrecada, aproximadamente, 24% do ICMS catarinense. 12,6% dos grupos de pesquisa do Estado estão nesta mesorregião.

## Agenda das mesorregiões

### Vale do Itajaí

#### Infraestrutura de Logística e Transporte

##### Abrangência Estadual

Promover manutenção e recuperação das rodovias regionais de acesso aos principais eixos rodoviários nacionais, portos e aeroportos.

Pavimentar a BR 486, entre Vidal Ramos e Brusque.

Duplicar a BR 486, entre Brusque e Itajaí.

Ampliar, restaurar e modernizar as condições de operação dos Aeroportos de Blumenau e Lontas.

##### Abrangência Federal

Ampliar e modernizar a infraestrutura e os acessos marítimos e terrestres do complexo Portuário do Rio Itajaí-Açu (conclusão da via expressa portuária de Itajaí, dragagem de manutenção, nova bacia de evolução).

Duplicar e adequar a capacidade de tráfego da BR 470, entre Navegantes e Indaial.

Instalar sinalização náutica no complexo portuário do Rio Itajaí-Açu.

Ampliar e modernizar a pista do Aeroporto de Navegantes.

Realizar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a duplicação do trecho da BR 470, de Indaial até a BR 116, e iniciar as obras.

Construir Viaduto de acesso a Lontas, na BR 470.

Construir as Pontes de Ilhota e Gaspar, na BR 470.

Construir o Anel Rodoviário de Gaspar, na BR 470.

Implementar os eixos ferroviários: Ferrovia da Integração (ligando o Oeste ao litoral), Ferrovia Norte/Sul, e Ferrovia Litorânea.



## Mesorregião da Grande Florianópolis

A Grande Florianópolis se destaca dentro do estado de Santa Catarina na indústria de tecnologia e informática, calçadista e pesca. O setor tecnológico catarinense é destaque no país, pois cresce a taxas médias superiores a 20% ao ano. Somente em Florianópolis, cidade com pouca tradição industrial, o número de empresas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) já é de mais de 600, com um faturamento superior a R\$ 1 bilhão e gerando cerca de 6 mil empregos diretos.

Santa Catarina destaca-se, também, dentre as empresas do setor de TIC, por possuir um dos maiores polos de empresas de eletrônica, automação e telecomunicações. Atualmente, já são 51 as empresas autorizadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) a utilizar os benefícios fiscais da Lei de Informática. Esse número representa 8,54% do total de empresas brasileiras, autorizadas neste processo bastante rigoroso de concessão de incentivos fiscais. Dessas 51 empresas, 17 também possuem o Reconhecimento de Bens Desenvolvidos no País pelo MCTI, representando 16,35% das empresas nacionais com o benefício de IPI de 0%.

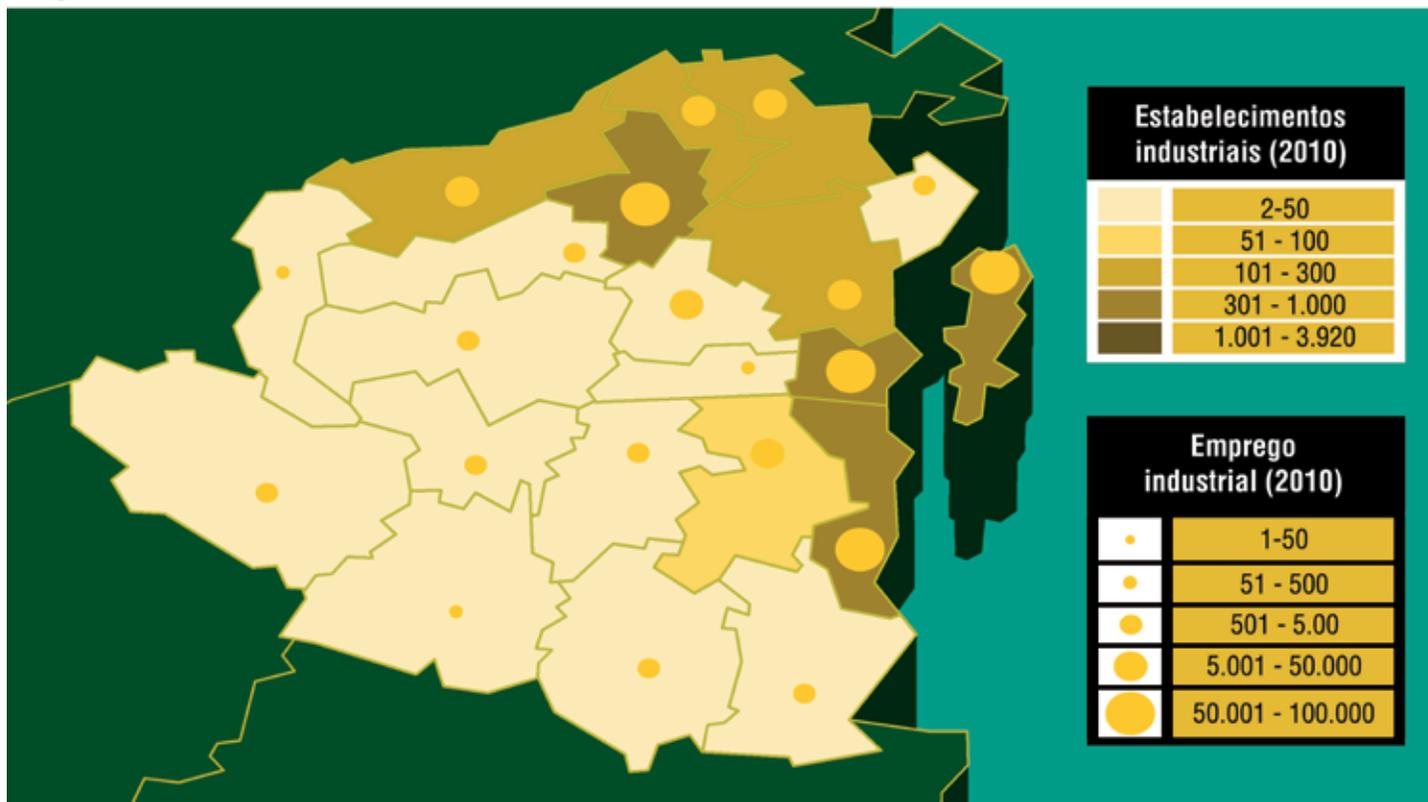
Tabela 8 – Dados da mesorregião da Grande Florianópolis

Fonte: IBGE (2010)

Indicador	Dado	Posição estadual	Participação estadual	Crescimento relativo
Área	7.350 km <sup>2</sup>	6°	7,7%	-
Número de Municípios	21	6°	7,2%	-
População (2010)	994.095	4°	16%	23,8% (2000/2010)
Taxa de urbanização (2010)	92%	1°	-	2% (2002/2010)
Densidade demográfica (2010)	135	1°	-	23,8% (2000/2010)

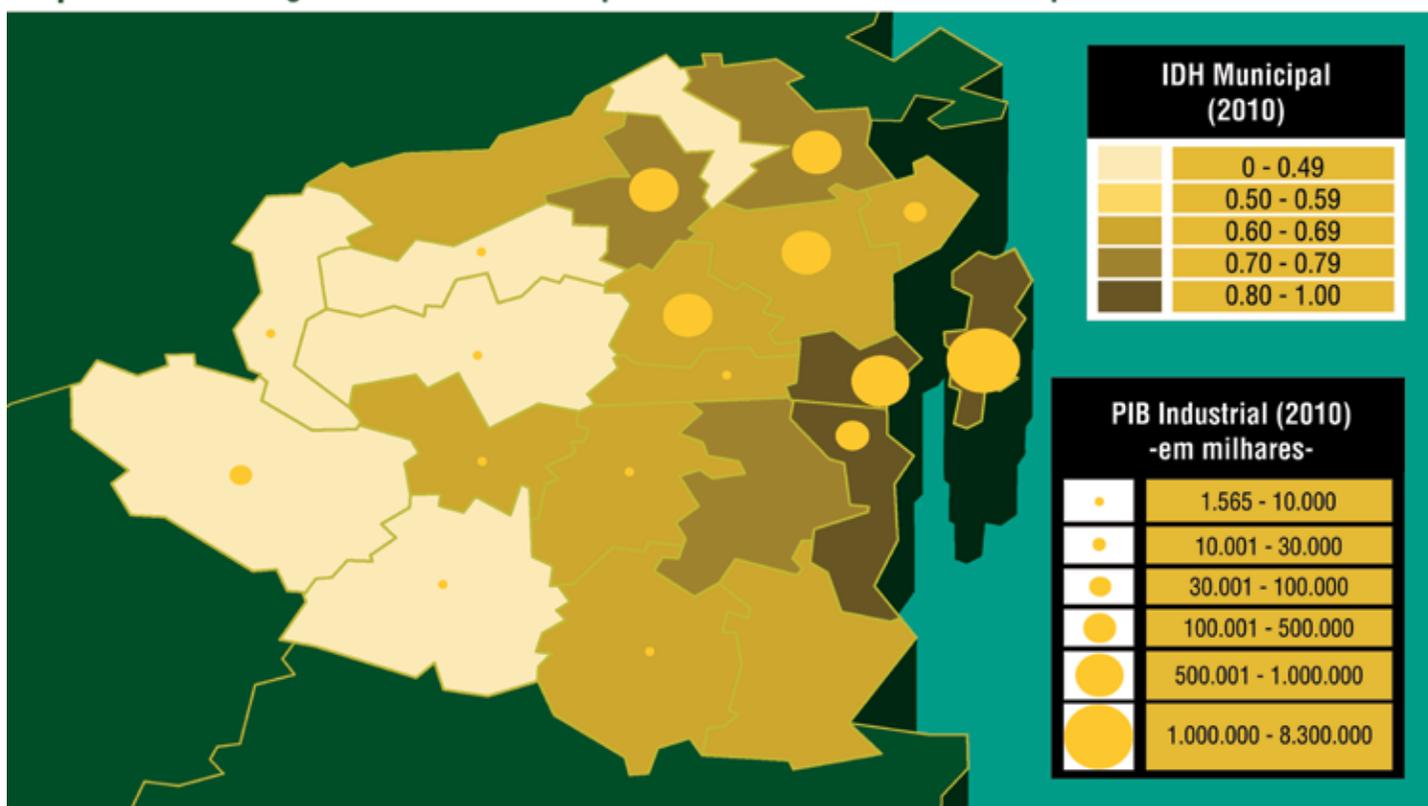
A área total da mesorregião é de 7.350 km<sup>2</sup>, sendo, assim, a menor mesorregião catarinense. Grande parte da mesorregião está alocada em região urbana, apresentando a taxa de urbanização maior do Estado, assim como a densidade demográfica. A mesorregião também é aquela que apresenta menor número de municípios, apesar de apresentar a quarta maior população.

**Mapa 9 – Mesorregião da Grande Florianópolis – Emprego industrial e estabelecimentos industriais**



Fonte: MTE - RAIS (2010)

**Mapa 10 – Mesorregião da Grande Florianópolis – PIB industrial e IDH municipal**



Fonte: IBGE - Contas Regionais (2010) e PNUD (2010).

A mesorregião da Grande Florianópolis apresenta a maior arrecadação de ICMS do Estado – 32% do ICMS catarinense. A população é a quarta maior do Estado, assim como o PIB. Emprego, número de estabelecimentos e PIB industriais apresentam quinta maior colocação, sendo a taxa de desemprego a quarta menor do Estado. A mesorregião é a terceira que mais importa e apresenta a última colocação em exportações. Como nela está alocada a maior parte da Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade do Estado de Santa Catarina, a mesorregião detém 53,7% dos grupos de pesquisa do Estado.

## **Agenda das mesorregiões**

### **Grande Florianópolis**

#### **Infraestrutura de Logística e Transporte**

##### **Abrangência Estadual**

**Promover a multimodalidade (utilização dos diversos modais de transporte).**

**Concluir a obra de acesso ao Aeroporto Hercílio Luz.**

**Realizar planejamento do transporte urbano na Região Metropolitana.**

##### **Abrangência Federal**

**Concluir o contorno viário da Grande Florianópolis.**

**Adequar a capacidade da Via Expressa de acesso a Florianópolis - BR 282.**

**Concluir o novo Terminal de Passageiros no Aeroporto Hercílio Luz.**

## Mesorregião Sul



Preponderam na mesorregião Sul, os setores econômicos de produção cerâmica, carvão, vestuário e descartáveis de papel. Ressalta-se a importância de Santa Catarina no setor cerâmico. O Estado possui um importante polo cerâmico, sendo o segundo maior exportador do Brasil. A indústria de cerâmica vermelha também se destaca dentro desse segmento de atividade.

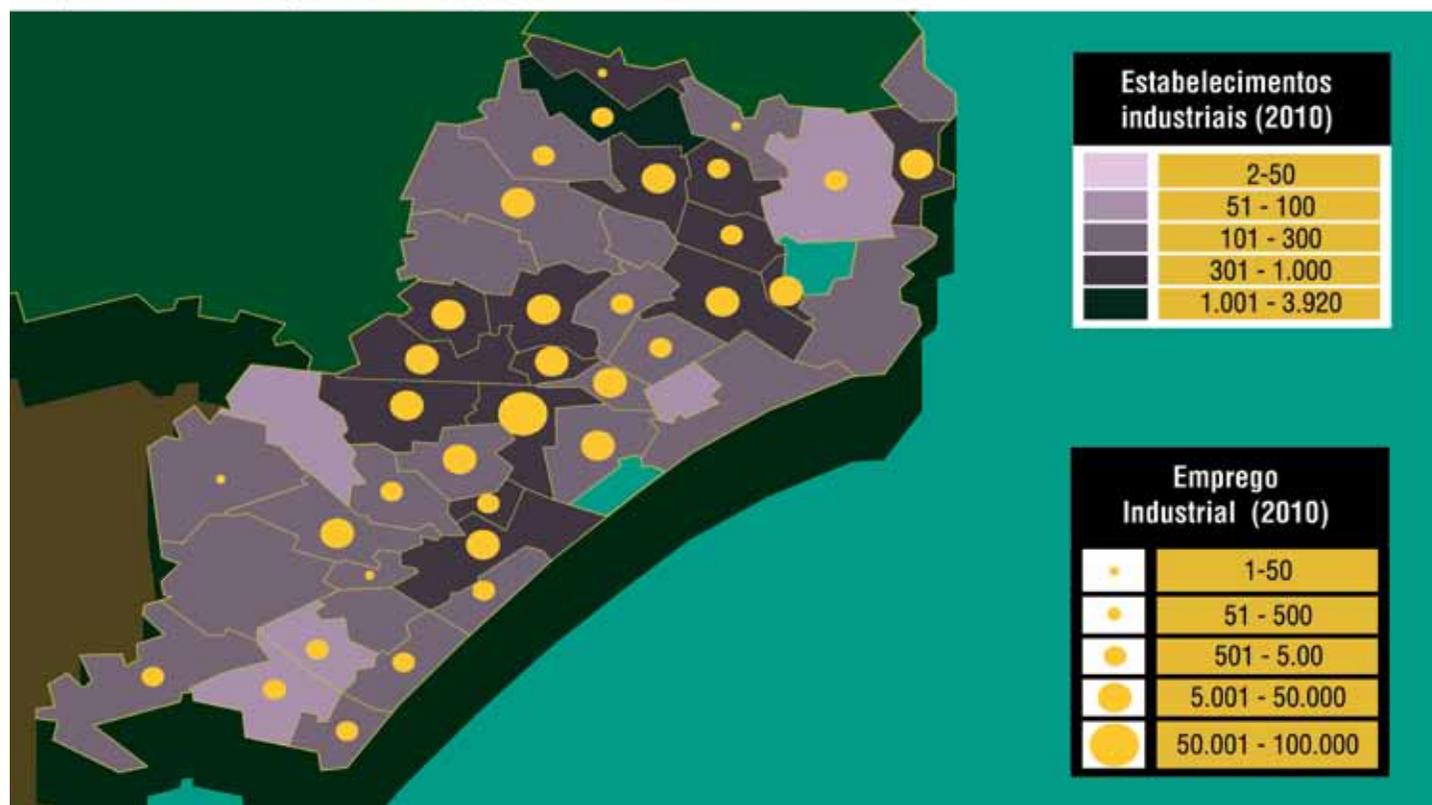
Tabela 9 – Dados da mesorregião Sul

Fonte: IBGE (2010)

Indicador	Dado	Posição estadual	Participação estadual	Crescimento relativo
Área	9.710 km <sup>2</sup>	5°	10%	-
Número de Municípios	44	3°	15%	-
População (2010)	925.065	5°	15%	12,4% (2000/2010)
Taxa de urbanização (2010)	81%	5°	-	10,1% (2002/2010)
Densidade demográfica (2010)	95	3°	-	12,4% (2000/2010)

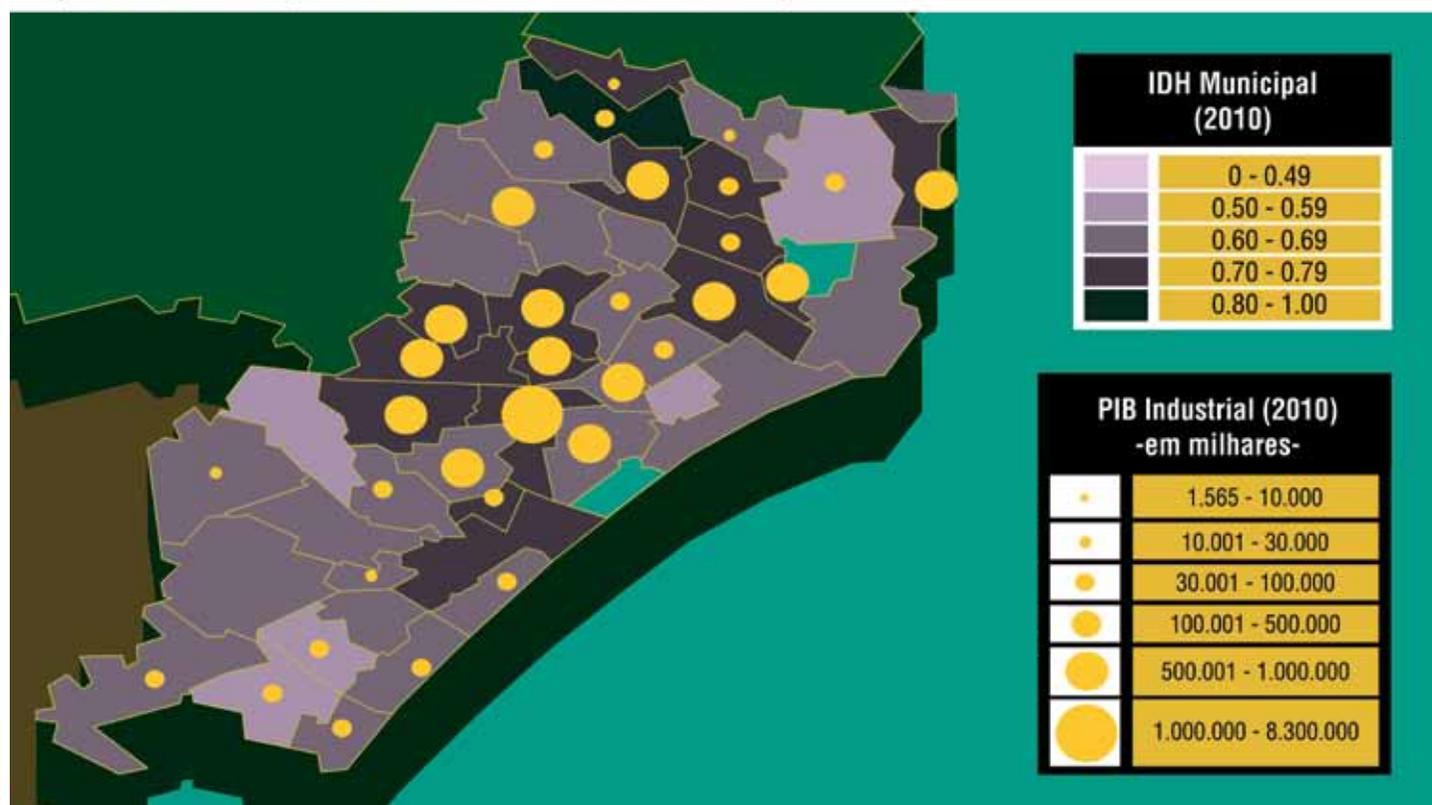
A mesorregião apresenta quinta maior população do Estado, assim como a quinta maior taxa de urbanização e área. Apresenta o terceiro maior número de municípios e densidade demográfica. De 2000 a 2010, observou-se crescimento de 12,4% na população e na densidade demográfica, a taxa de urbanização cresceu 10,1%.

**Mapa 11 – Mesorregião Sul – Emprego industrial e estabelecimentos industriais**



Fonte: MTE - RAIS (2010)

**Mapa 12 – Mesorregião Sul – PIB industrial e IDH municipal**



Fonte: IBGE - Contas Regionais (2010) e PNUD (2010).

A mesorregião Sul apresenta a quarta colocação em diversos indicadores estaduais estudados: PIB industrial, emprego industrial, estabelecimentos industriais, exportações, importações e arrecadação de ICMS. A taxa de desemprego é a terceira menor do Estado, e a mesorregião apresenta a quinta maior população e PIB e aponta que 10,7% dos grupos de pesquisa do Estado estão na mesorregião Sul.

## Agenda das mesorregiões

<b>Sul</b>
<b>Infraestrutura de Logística e Transporte</b>
<b>Abrangência Estadual</b>
<b>Iniciar as operações do Aeroporto de Jaguaruna, realizar as obras de alargamento da pista e do terminal de cargas e projetar a construção de pistas Fastways e a ampliação do pátio das aeronaves.</b>
<b>Ampliar, restaurar e modernizar as condições de operação dos Aeroportos Regionais (Forquilha e Laguna).</b>
<b>Abrangência Federal</b>
<b>Ampliar e modernizar a infraestrutura e os acessos marítimos e terrestres do Porto de Imbituba (recuperação do molhe de abrigo, dragagem para 17 metros e reforma e ampliação do berço três e acesso rodoviário).</b>
<b>Dar celeridade à conclusão da duplicação da BR 101, trecho sul.</b>
<b>Pavimentar trecho da BR 285 (divisa SC/RS a Timbé do Sul).</b>
<b>Construir o anel rodoviário de Criciúma.</b>
<b>Realizar obras de molhe de abrigo no Porto de Laguna.</b>
<b>Promover melhorias na Ferrovia Teresa Cristina.</b>
<b>Construir nova ponte em Tubarão, em substituição à Ponte Cavalcante.</b>
<b>Investir na manutenção e conservação dos lotes já concluídos na BR 101, sentido Sul.</b>
<b>Implementar o eixo ferroviário litorâneo.</b>

### III. QUADRO SÍNTESE

#### Agendas transversais

##### Educação

###### Abrangência Estadual

Melhorar os indicadores de qualidade da Educação Básica, principalmente aqueles relacionados à proficiência em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências.

Oferecer oportunidades igualitárias de acesso à educação e qualificação nas distintas mesorregiões do Estado.

Investir na ampliação da oferta de educação profissional com vistas a atender as demandas das indústrias e dos demais setores produtivos de todas as mesorregiões do Estado.

Oportunizar aos trabalhadores com déficit escolar o acesso, a permanência e conclusão da Educação Básica.

Garantir aos jovens o prosseguimento de estudos para conclusão do Ensino Médio.

Criar incentivos para que as indústrias promovam o desenvolvimento profissional de seus trabalhadores.

###### Abrangência Federal

Apoiar a modernização dos currículos de Engenharia.

Aprimorar as condições para que as escolas possam entregar melhores resultados.

Capacitar as crianças e jovens para participarem da era do conhecimento.

Reduzir a disparidade de educação.

Educar e treinar melhor, em larga escala e a baixo custo.

Adaptar o sistema educacional à mudança demográfica.

Capacitar trabalhadores maduros para que sejam parte da solução.

Aumentar a atratividade dos cursos de formação profissional para os jovens.

##### Infraestrutura e logística

###### a) Transporte e logística

###### Abrangência Estadual

Realizar planejamento sistêmico e integrado da infraestrutura de transporte e logística.

Criar ambiente favorável para investimentos privados em infraestrutura de transporte, inclusive por intermédio de parcerias público privadas.

Promover implantação, manutenção, ampliação e modernização das malhas ferroviária, rodoviária e dutoviária, inclusive no que diz respeito aos acessos marítimos e terrestres aos portos, aeroportos e infraestrutura de armazenagem e distribuição.

Atualizar o plano aeroviário catarinense e modernizar a infraestrutura aeroviária.

Melhorar a segurança nas rodovias estaduais e realizar campanhas de educação no trânsito.

Ampliar o planejamento e investimentos na área de mobilidade urbana.

Realizar o planejamento dos acessos ferroviários aos Portos Catarinenses, considerando os novos trechos previstos (Ferrovia Litorânea e Leste/Oeste).

Estudar construções de terminais intermodais.

Realizar estudo sobre o potencial para o transporte hidroviário do Estado.

Melhorar o programa de sinalização das rodovias catarinenses.

Promover a gestão privada Portuária e Aeroportuária Catarinense.

### Abrangência Federal

Aparelhar e fortalecer as Agências Reguladoras na área de transporte para que sejam independentes e eficientes na fiscalização e defesa dos interesses dos usuários.

Promover manutenção e restauração de rodovias federais no Estado de Santa Catarina.

Inserir Santa Catarina nos corredores ferroviários, previstos no Programa de Investimentos em Logística – PIL.

Melhorar o programa de sinalização das rodovias federais em Santa Catarina.

Mobilizar as concessionárias e a Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT para melhorar a eficiência do fluxo de veículos de carga e de passageiros nas áreas metropolitanas do Estado.

Melhorar a gestão das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, no Estado.

Implementar os eixos ferroviários: Ferrovia da Integração (ligando o Oeste ao litoral), Ferrovia Norte/Sul e a Ferrovia Litorânea.

Promover a integração ferroviária entre os portos catarinenses e a malha ferroviária nacional.

## Infraestrutura e logística

### b) Energia

#### Abrangência Estadual

Defender, junto à União, a importância de uma Política Industrial para o Carvão Mineral.

Tornar mais ágil o processo de licenciamento ambiental dos projetos de geração, transmissão e distribuição de energia em Santa Catarina.

Dar prioridade à redução de tributos estaduais nas tarifas de energia elétrica.

Buscar alternativas de suprimento de gás natural para a Região Sul: Instalação de um terminal de recebimento, armazenagem e regaseificação de GNL em Santa Catarina; gaseificação do carvão mineral e aproveitamento do gás do pré-sal e gás não convencional.

Promover a eficiência energética.

Realizar planejamento da infraestrutura energética do Estado.

Melhorar a qualidade e confiabilidade da rede de abastecimento de energia elétrica no Estado.

Fortalecer e aparelhar a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina – AGESC.

Buscar a modicidade tarifária nos suprimentos de gás natural e energia elétrica.

#### Abrangência Federal

Definir uma política industrial para o Carvão Mineral, visando à geração de energia e demais aplicações.

Ampliação do Gasoduto Bolívia-Brasil e construção de novos gasodutos de transporte - inclusão no Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário do Governo Federal – PEMAT.

Garantir maior segurança energética – implementação de leilões regionais de geração de energia, aproveitando as fontes energéticas disponíveis na região, principalmente o carvão mineral.

Definir uma política tarifária para o gás natural.

Fortalecer as agências reguladoras de energia.

Buscar a modicidade tarifária nos suprimentos de gás natural e energia elétrica.

## Infraestrutura e logística

### c) Telecomunicações

#### Abrangência Estadual

Melhorar a qualidade e abrangência das telecomunicações no Estado, ampliando a sua infraestrutura, inclusive as redes de fibra ótica.

## Tributação

#### Abrangência Estadual

Ampliar a política fiscal diferenciada para regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Estado (Extremo Oeste, Meio Oeste, Serrana).

Manutenção do PRODEC – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense e PROEMPREGO – Programa Pró-emprego.

Iniciar um programa de redução gradativa das alíquotas do ICMS.

Reduzir e simplificar as obrigações fiscais acessórias.

Promover políticas de incentivo às linhas de produtos considerados de alta tecnologia.

**Desonerar tributos estaduais incidentes sobre os investimentos e exportações.**

#### **Abrangência Federal**

**Simplificar o sistema tributário.**

**Equacionar a questão dos incentivos fiscais no âmbito do ICMS.**

**Reduzir os tributos e encargos sobre energia, transporte e logística.**

**Desonerar tributos incidentes sobre os investimentos e exportações.**

## **Inovação**

#### **Abrangência Estadual**

**Desenvolver polos tecnológicos voltados às atividades econômicas preponderantes de cada mesorregião.**

**Incentivar a implementação de incubadoras e parques tecnológicos voltados às empresas inovadoras (startups) de alta tecnologia.**

**Promover maiores incentivos aos setores de tecnologia e inovação, com criação de áreas de implantação ofertadas pelo Poder Público, com comodato por tempo determinado para serem incorporadas ao patrimônio das empresas.**

**Rever os incentivos, de forma a recolocar Santa Catarina em posição competitiva em relação a custos para realização de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).**

**Desenvolver e implementar políticas de atração de centros de PD&I para o Estado.**

**Promover ambiente institucional favorável à atração de empresas inovadoras para o Estado.**

**Investir na melhoria da infraestrutura de pesquisa aplicada nas Universidades Estaduais.**

**Incentivar a Universidade Estadual no atendimento às demandas do Setor produtivo.**

**Fortalecer as instituições de apoio à pesquisa, especialmente à pesquisa aplicada.**

**Fomentar a cultura corporativa da inovação.**

**Ampliar as parcerias tecnológicas internacionais.**

**Promover o acesso aos recursos direcionados à tecnologia com juros mais baixos.**

**Facilitar o acesso aos financiamentos à inovação para as micro e pequenas empresas, com a criação de fundo garantidor de créditos.**

#### **Abrangência Federal**

**Reforçar os incentivos à inovação.**

**Flexibilizar o acesso aos benefícios de inovação para micro e pequenas empresas.**

**Alterar a Lei do Bem e a Lei do Simples para estender o benefício Fiscal às empresas que operam pelo Regime de Lucro Presumido, e às empresas que optam pelo Simples Nacional.**

## Representação política

### Abrangência Estadual

Reforçar a cobrança de investimentos federais em infraestrutura em Santa Catarina.

Incentivar e propor a redefinição da partilha da arrecadação dos tributos federais (novo Pacto Federativo).

## Políticas de desenvolvimento

### Abrangência Estadual

Utilizar o Programa de Desenvolvimento Industrial Catarinense – PDIC 2022 como um dos pilares para orientar a política de investimentos do Estado.

Implementar uma “agenda da urgência”, com medidas transversais e corretivas, capazes de ajudar a reverter o quadro de baixa competitividade da indústria.

Implementar políticas específicas para melhorar as condições socioeconômicas das regiões menos desenvolvidas do Estado.

Fortalecer o adensamento de cadeias produtivas por meio dos Polos de Inovação.

Facilitar o acesso ao crédito às micro e pequenas empresas com a viabilização de fundo garantidor de crédito.

Utilizar bancos estaduais e regionais para fomento e financiamento com juros e prazos competitivos.

Promover maior agilidade na abertura de empresas e redução da burocracia em mudanças de contrato social.

Estimular a abertura de linhas de microcrédito, com foco no empreendedorismo entre a população de baixa renda.

Criar ambiente institucional favorável à viabilização das Parcerias Público Privado no Estado.

Realizar ações capazes de reduzir o processo de litoralização, promovendo o maior equilíbrio de desenvolvimento regional.

## Meio ambiente

### Abrangência Estadual

Fortalecer e compatibilizar regras e procedimentos dos órgãos ambientais, para maior agilidade nos processos de licenciamento.

Assegurar a participação da indústria na discussão e construção de regulamentações sobre o tema.

Padronizar diretrizes, condutas e aplicações das normas pelas agências de controle ambiental.

Estabelecer Planos de Investimentos para o setor de saneamento.

Realizar investimentos em medidas de contenção e mitigação dos efeitos dos desastres naturais.

Promover incentivos fiscais para implantação de empresas de base tecnológica para desenvolvimento de tecnologias para a reciclagem e o aproveitamento de resíduos.

Criar mecanismos de incentivo fiscal para empresas que utilizam materiais reciclados.

Incentivar as empresas que adotam boas práticas socioambientais, por meio da prorrogação dos prazos de renovação das licenças de operação e disponibilização de linhas de investimentos atrativas na área.

Fortalecer os incentivos econômicos para viabilizar a implantação de programas de produção mais limpa.

Estabelecer política para a atividade de reflorestamento e uso da biodiversidade.

Fortalecer e aparelhar os órgãos ambientais para maior celeridade e eficiência nos processos de licenciamento.

Definir, com clareza, as competências entre as esferas federal, estadual e municipal, preservando a autonomia estadual e municipal.

### Abrangência Federal

Fortalecer e aparelhar os órgãos ambientais para maior celeridade e eficiência nos processos de licenciamento.

Promover a informatização, de forma integrada, de todo o processo de licenciamento ambiental.

Criar linhas de financiamento para estimular a adoção de práticas que reduzam as emissões de gases do efeito estufa.

Estimular projetos de reutilização da água e de captação da água da chuva para os processos industriais.

Promover incentivos fiscais para implantação de empresas de base tecnológica para desenvolvimento de tecnologias para a reciclagem e o aproveitamento de resíduos.

Criar mecanismos de incentivo fiscal para empresas que utilizam materiais reciclados.

Definir, com clareza, as competências entre as esferas federal, estadual e municipal, preservando a autonomia estadual e municipal.

## Relações trabalhistas

### Abrangência Federal

Permitir a redução do limite de uma hora para repouso ou alimentação, por meio de acordo ou convenção coletiva, para atender às especificidades de cada empresa, setor ou região, bem como os anseios dos trabalhadores.

Revisar mecanismos de concessão do seguro-desemprego, de modo a condicioná-lo à qualificação e à disponibilidade do trabalhador em recolocar-se formalmente no mercado de trabalho, para incentivar a constante qualificação e requalificação de trabalhadores, e reduzir o volume de demissões ocasionadas pelo interesse em acessar o benefício.

Isentar de encargos previdenciários os incentivos e as bolsas de estudo, concedidas por empresas aos trabalhadores, vinculadas às atividades desenvolvidas no trabalho, inclusive para ensino superior e cursos de qualificação e capacitação, como forma de incentivo à oferta desse tipo de benefício pelas empresas a seus empregados.

**Isentar expressamente o aviso-prévio indenizado da contribuição previdenciária para contemplar a segurança jurídica e desonerar o trabalho.**

**Extinguir a multa adicional de 10% sobre o Fundo de Garantia sobre Tempo de Serviço (FGTS), nos casos de demissão sem justa causa.**

**Reduzir a burocracia trabalhista.**

**Apoiar a modernização e adequação da legislação trabalhista à nova realidade produtiva e às exigências da competitividade.**

**Promover a regulamentação do uso da terceirização no processo produtivo.**

**Buscar maior segurança jurídica nas rescisões trabalhistas.**

**Valorizar e fortalecer a negociação coletiva.**

**Avaliar o eSocial não só como instrumento de proteção do trabalhador, mas também de redução de custos e de garantia da competitividade das empresas.**

**Revisar as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego que estão em desacordo com a realidade da atividade industrial.**

## **Internacionalização**

### **Abrangência Estadual**

**Apoiar a promoção dos produtos catarinenses em mercados internacionais.**

**Apoiar e gerir ações e projetos voltados à promoção da cultura exportadora alinhados com o Plano Nacional de Cultura Exportadora.**

**Desburocratizar e reduzir custos estaduais nas atividades internacionais das indústrias catarinenses.**

**Proporcionar melhorias e minimizar custos na infraestrutura logística internacional.**

**Oferecer incentivos fiscais diferenciados às micro e pequenas empresas voltadas à atividade exportadora.**

**Criar uma política de apoio às micro e pequenas empresas para exportação.**

### **Abrangência Federal**

**Desburocratizar e simplificar o processo de exportação.**

**Desonerar tributos sobre a exportação.**

## Agenda das mesorregiões

### Oeste

#### Infraestrutura de Logística e Transporte

##### Abrangência Estadual

Promover manutenção e recuperação das rodovias regionais de acesso aos principais eixos rodoviários nacionais.

Ampliar, restaurar e modernizar as condições de operação dos Aeroportos Regionais (Caçador, Chapecó, Concórdia, Itapiranga, Joaçaba, São Miguel do Oeste, Videira e Xanxerê).

Melhorar o fornecimento de energia, água e saneamento.

##### Abrangência Federal

Adequar a capacidade da BR 282, nas travessias urbanas de Xanxerê, Pinhalzinho, Maravilha e Ponte Serrada.

Realizar estudo de viabilidade econômica, técnica e ambiental para duplicar a BR 282, do extremo Oeste até a BR 116.

Duplicar o trecho de São Miguel do Oeste a Dionísio Cerqueira, da BR 163.

Construir o Viaduto de Catanduvás, na BR 282.

Implementar os eixos ferroviários: Ferrovia da Integração (ligando o Oeste ao litoral), Ferrovia Norte/Sul, e a Ferrovia Litorânea.

### Norte

#### Infraestrutura de Logística e Transporte

##### Abrangência Estadual

Promover manutenção e recuperação das rodovias regionais de acesso aos principais eixos rodoviários nacionais.

Ampliar, restaurar e modernizar as condições de operação dos Aeroportos Regionais (Mafra, São Francisco do Sul e Três Barras).

Ampliar e modernizar a infraestrutura do Porto de São Francisco.

##### Abrangência Federal

Duplicar a BR 280, no trecho de São Francisco do Sul-Jaraguá do Sul.

Melhorar o trecho da BR 280, de Canoinhas a Porto União.

Construir viaduto de acesso a Schroeder, na BR 280.

Construir viaduto de entroncamento entre as BRs 116 e 280.

Desenvolver projeto de alça de contorno Rodoviário de Garuva.

Realizar obras de dragagem e derrocagem no Porto de São Francisco do Sul.

Construir o Berço 401/a do Porto de São Francisco do Sul.

Ampliar calado do canal de acesso à Baía da Babitonga.

Ampliar, restaurar e modernizar as condições de operação do Aeroporto de Joinville.

Revitalizar o trecho ferroviário Mafra – São Francisco do Sul.

Concluir contornos ferroviários nos municípios de Joinville, São Francisco do Sul e Jaraguá do Sul.

Construir acesso rodoferroviário ao Porto de São Francisco do Sul (Pera).

Implementar os eixos ferroviários: Ferrovia da Integração (ligando o Oeste ao litoral) e a Ferrovia Litorânea.

## Serrana

### Infraestrutura de Logística e Transporte

#### Abrangência Estadual

Ampliar, restaurar e modernizar as condições de operação dos Aeroportos Regionais (Correia Pinto, Curitibaanos, Lages e São Joaquim).

Promover manutenção e recuperação das rodovias regionais de acesso aos principais eixos rodoviários nacionais, portos e aeroportos.

#### Abrangência Federal

Adequar a capacidade de tráfego da BR 282.

Concluir a travessia urbana de Lages (BR 282).

Pavimentar a SC 370 no trecho entre Santa Terezinha e Grão-Pará, possibilitando a ligação da BR 282 com a BR 101 (Serra do Corvo Branco).

Promover manutenção e adequação da capacidade de tráfego da BR 116.

## Vale do Itajaí

### Infraestrutura de Logística e Transporte

#### Abrangência Estadual

Promover manutenção e recuperação das rodovias regionais de acesso aos principais eixos rodoviários nacionais, portos e aeroportos.

Pavimentar a BR 486, entre Vidal Ramos e Brusque.

Duplicar a BR 486, entre Brusque e Itajaí.

Ampliar, restaurar e modernizar as condições de operação dos Aeroportos de Blumenau e Lontras.

#### Abrangência Federal

Ampliar e modernizar a infraestrutura e os acessos marítimos e terrestres do complexo Portuário do Rio Itajaí-Açu (conclusão da via expressa portuária de Itajaí, dragagem de manutenção, nova bacia de evolução).

Duplicar e adequar a capacidade de tráfego da BR 470, entre Navegantes e Indaial.

Instalar sinalização náutica no complexo portuário do Rio Itajaí-Açu.

Ampliar e modernizar a pista do Aeroporto de Navegantes.

Realizar estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a duplicação do trecho da BR 470, de Indaial até a BR 116, e iniciar as obras.

Construir Viaduto de acesso a Lontras, na BR 470.

Construir as Pontes de Ilhota e Gaspar, na BR 470.

Construir o Anel Rodoviário de Gaspar, na BR 470.

Implementar os eixos ferroviários: Ferrovia da Integração (ligando o Oeste ao litoral), Ferrovia Norte/Sul, e Ferrovia Litorânea.

## Grande Florianópolis

### Infraestrutura de Logística e Transporte

#### Abrangência Estadual

Promover a multimodalidade (utilização dos diversos modais de transporte).

Concluir a obra de acesso ao Aeroporto Hercílio Luz.

Realizar planejamento do transporte urbano na Região Metropolitana.

#### Abrangência Federal

Concluir o contorno viário da Grande Florianópolis.

Adequar a capacidade da Via Expressa de acesso a Florianópolis - BR 282.

Concluir o novo Terminal de Passageiros no Aeroporto Hercílio Luz.

## Agenda das mesorregiões

### Sul

#### Infraestrutura de Logística e Transporte

##### Abrangência Estadual

Iniciar as operações do Aeroporto de Jaguaruna, realizar as obras de alargamento da pista e do terminal de cargas e projetar a construção de pistas Fastways e a ampliação do pátio das aeronaves.

Ampliar, restaurar e modernizar as condições de operação dos Aeroportos Regionais (Forquilha e Laguna).

##### Abrangência Federal

Ampliar e modernizar a infraestrutura e os acessos marítimos e terrestres do Porto de Imbituba (recuperação do molhe de abrigo, dragagem para 17 metros e reforma e ampliação do berço três e acesso rodoviário).

Dar celeridade à conclusão da duplicação da BR 101, trecho sul.

Pavimentar trecho da BR 285 (divisa SC/RS a Timbé do Sul).

Construir o anel rodoviário de Criciúma.

Realizar obras de molhe de abrigo no Porto de Laguna.

Promover melhorias na Ferrovia Teresa Cristina.

Construir nova ponte em Tubarão, em substituição à Ponte Cavalcante.

Investir na manutenção e conservação dos lotes já concluídos na BR 101, sentido Sul.

Implementar o eixo ferroviário litorâneo.

## 4. Como este documento foi elaborado

Este documento foi elaborado com base em análise de documentos relevantes, como os divulgados pela CNI “A indústria e o Brasil”, e o Mapa Estratégico da Indústria 2013 – 2022. Buscou-se fazê-lo alinhado a agendas de destaque para o país, como o Plano Brasil Maior – PBM e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Das diversas oportunidades de interação com o setor industrial – Câmaras setoriais, Fórum Estratégico Superior, Reunião de Diretoria (REDIR), Painéis do Programa de Desenvolvimento Industrial Catarinense (PDIC-2022) e dos diversos estudos realizados pela FIESC – foram captadas tendências e agendas discutidas.

Para contemplação ampla do setor industrial catarinense, foi realizada pesquisa de opinião, contendo perguntas quantitativas e qualitativas, com 360 industriais, representantes de indústrias de diversos portes, setores e mesorregiões.

### **De forma detalhada, a pesquisa se desenvolveu sob a seguinte lógica:**

- Método: Pesquisa quantitativa, descritiva, por amostragem.
- Técnica de coleta dos dados: questionários de autopreenchimento, on-line e via e-mail, com contato telefônico prévio para identificação do respondente qualificado e solicitação de adesão à pesquisa, e posteriores contatos telefônicos de follow-up.
- Instrumento de coleta dos dados: questionário estruturado.
- Público-alvo: proprietários, sócios, diretores e/ou gerentes de indústrias com sede ou unidade em Santa Catarina, participantes das decisões de planejamento estratégico em suas empresas.
- Amostra: 360 casos (360 entrevistas finais completas válidas).
- Margem de erro amostral máxima para os resultados pelo total (360 casos): em comparação a uma pesquisa com seleção probabilística da amostra (não é o caso desta pesquisa), a margem seria de 5 pontos percentuais, dentro de intervalo de confiança de 95%.
- Período de coleta dos dados da pesquisa: 3 de abril a 13 de maio de 2014.

## Características da amostra

Gráfico 26 – Setores

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)

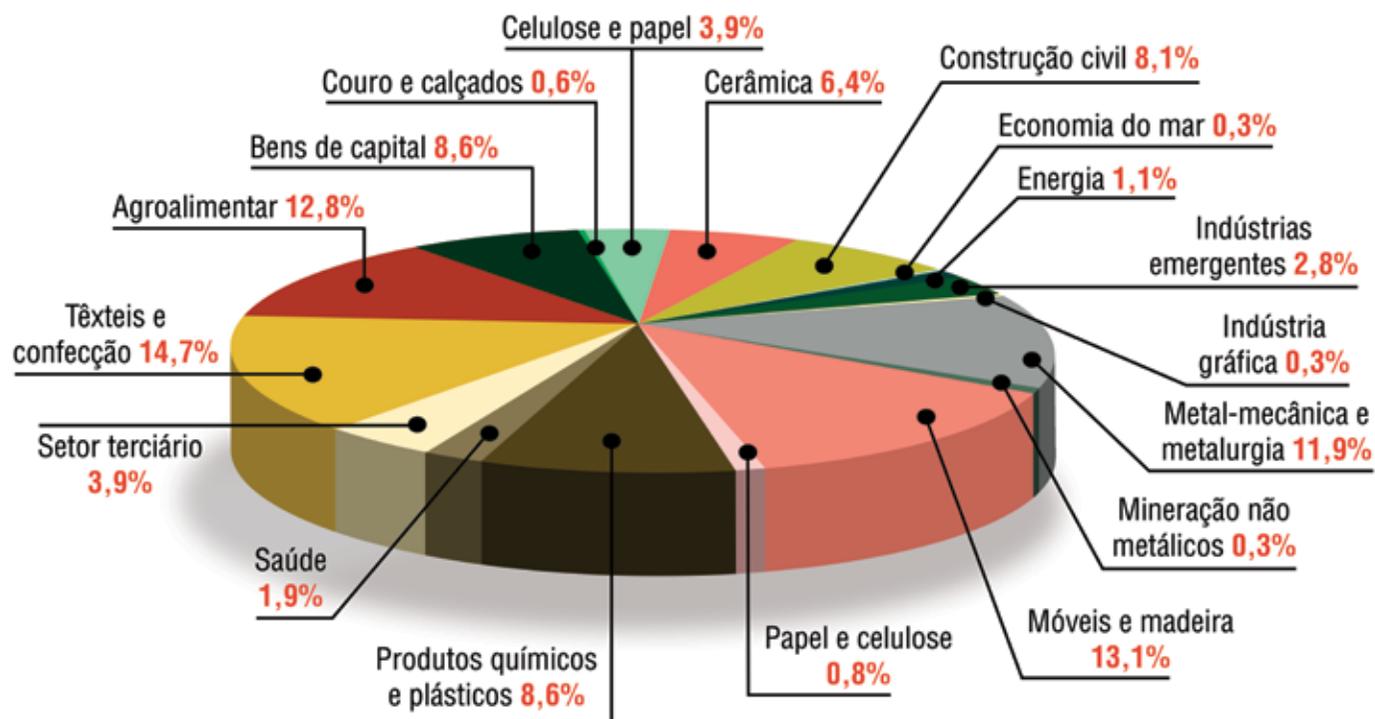
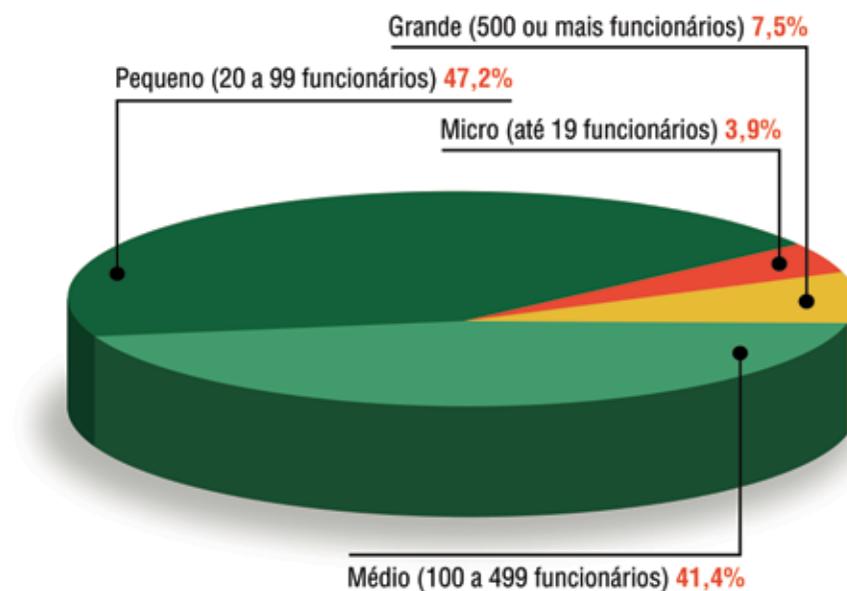


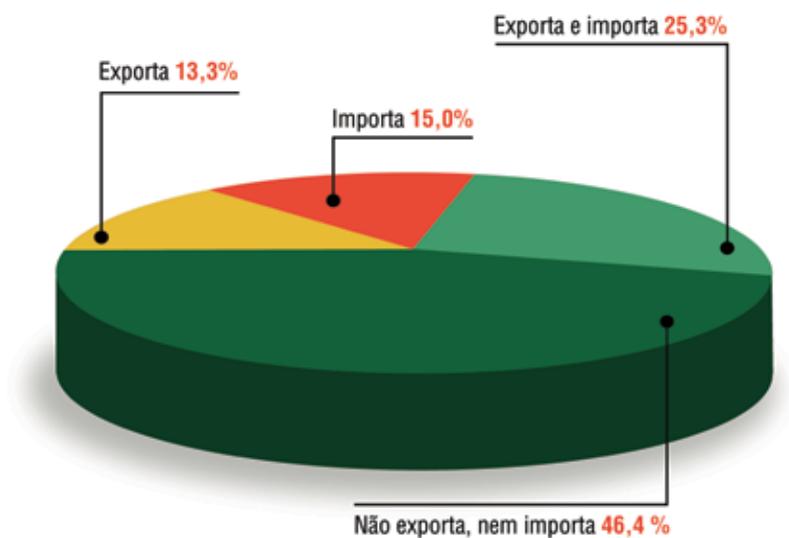
Gráfico 27 – Portes

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)



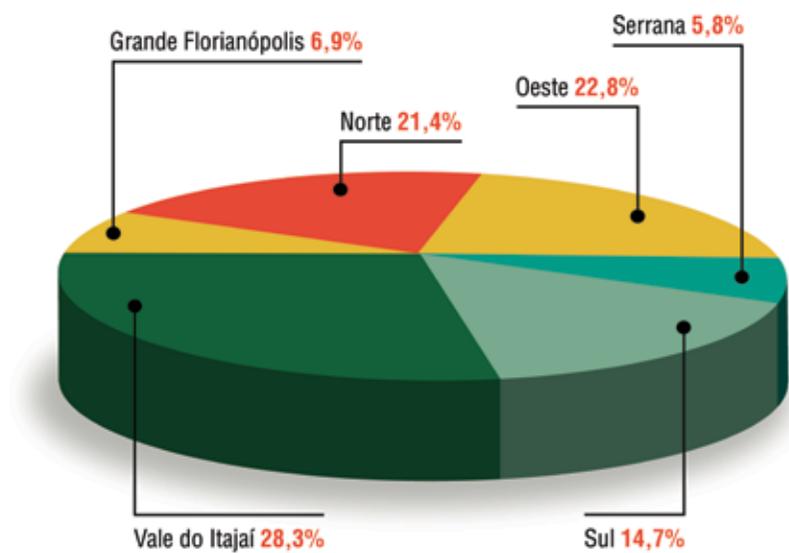
## Gráfico 28 – Comércio exterior

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)



## Gráfico 29 – Mesorregião

Fonte: Pesquisa FIESC-MAPA (2014)



## 5. Referências

BRASIL. **PAC - Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: 18 de fev. 2014.

BRASIL. **Plano Brasil Maior**. Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 21 de fev. 2014.

BRASIL. **Relação Anual de Informações Sociais – Estatísticas**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/rais/estatisticas.htm>>. Acesso em: 19 de fev. 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **A indústria e o Brasil**. Disponível em: <<http://www.cni.org.br/portal/data/pages/FF808081314EB36201314F223C0774BB.htm>>. Acesso em: 10 de fev. 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Mapa estratégico da indústria 2013-2022**. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/o-que-a-cni-faz/mapa-estrategico-da-industria/2013/05/1,13421/mapa-estrategico-da-industria-2013-2022.html>>. Acesso em: 10 de fev. 2014.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA (FIESC). **Análise da escolaridade do trabalhador na indústria catarinense**. Sistema FIESC: Florianópolis, 2014.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA (FIESC). **Santa Catarina em dados**. Disponível em: <[http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site\\_topo/pei/produtos/show/id/46](http://www2.fiescnet.com.br/web/pt/site_topo/pei/produtos/show/id/46)>. Acesso em: 11 de fev. 2014.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA (FIESC). **Setores portadores de futuro para a indústria catarinense - 2022: estudo socioeconômico**. Sistema FIESC: Florianópolis, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 22 de fev. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contas Regionais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2004/notastecnicas.pdf>>. Acesso em: 19 de fev. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estados - Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sc>>. Acesso em: 20 de fev. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default.shtm>>. Acesso em: 20 de fev. 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Disponível em: <<http://www.onu-brasil.org.br/>>. Acesso em: 18 de fev. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Ranking IDH municípios 2010**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>>. Acesso em: 21 de fev. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SED-SC). **IDH – Análise e municípios 2010**. Disponível em: <[www.sed.sc.gov.br/secretaria/.../3061-idh-analise-e-municipios-2010](http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/.../3061-idh-analise-e-municipios-2010)>. Acesso em: 18 de fev. 2014.



## **FIESC**

Presidente – Glauco José Côrte  
1º Vice-Presidente – Mario Cezar de Aguiar  
Diretor 1º Secretário – Edvaldo Ângelo  
Diretor 2º Secretário – Cid Erwin Lang  
Diretor 1º Tesoureiro – César Murilo Barbi  
Diretor 2º Tesoureiro – Carlos Toniolo

### **Vice-Presidentes para Assuntos Regionais**

Gilberto Seleme – Centro-Norte  
Alfredo Piotrovski – Litoral Sul  
Rui Altenburg – Vale do Itajaí  
Álvaro Luis de Mendonça – Alto Uruguai Catarinense  
Tito Alfredo Schmitt – Sudeste  
Lino Rohden – Alto Vale do Itajaí  
Célio Bayer – Vale do Itapocu  
Diomício Vidal – Sul  
Giordan Heidrich – Serra Catarinense  
Anselmo Zanellato – Centro-Oeste  
Astor Kist – Extremo-Oeste  
Maurício Cesar Pereira – Foz do Rio Itajaí  
Waldemar Antonio Schmitz – Oeste  
Arnaldo Huebl – Planalto Norte  
Evair Oenning – Norte-Nordeste

### **Vice-Presidentes para Assuntos Estratégicos**

Michel Miguel  
Mário Lanznaster  
Ney Osvaldo Silva Filho  
Ingo Fischer

### **Diretores**

Adalberto Roeder  
Albano Schmidt  
Aldo Apolinário João  
Alexandre d'Ávila da Cunha  
Amilcar Nicolau Pelaez  
Bárbara Paludo  
Carlos Alberto Barbosa Mattos  
Carlos Frederico da Cunha Teixeira  
Charles Alfredo Bretzke  
Charles José Postali  
Conrado Coelho Costa Filho  
Dario Luiz Vitali  
Egon Werner  
Flavio José Martins  
Ida Áurea da Costa  
Israel José Marcon  
Jacir Pamplona  
Luiz Antônio Botega  
Luiz Cesar Meneghetti  
Olvacir José Bez Fontana  
Osni Carlos Verona  
Otmar Josef Müller  
Pedro Leal da Silva Neto  
Roberto Marcondes de Mattos  
Walgenor Teixeira

### **Conselho Fiscal**

#### **Efetivos**

Leonir João Pinheiro  
Fred Rubens Karsten

#### **Suplentes**

Amauri Eduardo Kollross  
Celso Panceri  
Flávio Henrique Fett

## **Delegação junto à CNI**

### **Efetivos**

Glauco José Côrte  
Alcantaro Corrêa

### **Suplentes**

Mario Cezar de Aguiar  
João Stramosk

## **CIESC**

Presidente – Glauco José Côrte  
Vice-Presidente – Mario Cezar de Aguiar  
Diretora 1ª Secretária – Sílvia Hoepcke da Silva  
Diretor 2º Secretário – José Fernando da Silva Rocha  
Diretor 1º Tesoureiro – Luciano Flávio Andriani  
Diretor 2º Tesoureiro – Aldo Nienkötter

### **Conselho Consultivo**

Adolfo Fey  
César Gomes Junior  
Cláudio Roberto Grando  
Evandro Müller de Castro  
Hilton Siqueira Leonetti  
Jair Philippi  
João Paulo Schmalz  
José Adami Neto  
Nivaldo Pinheiro  
Noiodá José Damiani  
Odelir Battistella  
Rafael Boeing

### **Conselho Fiscal**

#### **Efetivos**

Ademar Avi  
Juarez de Magalhães Rigon  
Marcelo Rodrigues

#### **Suplentes**

Luiz Gonzaga Coelho  
Márcio Anselmo Ribeiro  
Marconi Leonardo Pascoali

## **SESI**

### **Conselho Regional de Santa Catarina**

Presidente – Glauco José Côrte  
Vice-Presidente – Mario Cezar de Aguiar  
Representante da FIESC – Henrique de Bastos Malta

### **Representantes da Indústria**

#### **Titulares**

Luis Carlos Guedes  
Luis Eduardo Broering  
Maria Regina de Loyola R. Alves  
Ulrich Kuhn

#### **Suplentes**

Ademir José Pereira  
Eliezer da Silva Matos  
Ramiro Cardoso  
Elias Rogério Lunardi

## Representantes Institucionais

### Titulares

Carlos Artur Barboza – Trabalhadores na Indústria  
Paulo César da Costa – Governo do Estado de Santa Catarina  
Luiz Miguel Vaz Viegas – Ministério do Trabalho e Emprego

### Suplentes

Altamiro Perdoná – Trabalhadores na Indústria  
Sergio Luiz Gargioni – Governo do Estado de Santa Catarina  
Alberto Roberge Caus – Ministério do Trabalho e Emprego

## SENAI

### Conselho Regional de Santa Catarina

Presidente – Glauco José Côrte  
Vice-Presidente – Mario Cezar de Aguiar  
Representante da FIESC – Helio César Bairros

### Representantes da Indústria

#### Titulares

César Augusto Olsen  
Sergio Augusto Carvalho da Silva  
Hilton José da Veiga Faria  
Ronaldo Baumgarten Júnior

#### Suplentes

Cláudio Luis Kurth  
Osvaldo Luciani  
Orlândio da Silva  
Vincenzo Francesco Mastrogiacomio

### Representantes Institucionais

#### Titulares

Luiz Miguel Vaz Viegas – Ministério do Trabalho e Emprego  
Maria Clara Kaschny Schneider – Ministério da Educação  
Ari Oliveira Alano – Representante dos Trabalhadores da Indústria

#### Suplentes

Alberto Roberge Caus – Representante do Ministério do Trabalho e Emprego  
Silvana Rosa Lisboa de Sá – Representante do Ministério da Educação  
Carlos Alberto Baldissera – Representante dos Trabalhadores da Indústria

## IEL

Presidente – Glauco José Côrte  
Vice-Presidente – Mario Cezar de Aguiar  
Diretor Tesoureiro – Luciano Flávio Andriani  
Representante da FIESC – Bárbara Paludo

### Conselho Consultivo

#### Efetivos

Ângela Teresa Zorzo Dal Piva  
Hans Heinrich Bethe  
Lurivam Bortoli  
Murilo Ghisoni Bortoluzzi  
Vilmar Radin  
Valter Ros de Souza

#### Suplentes

Álvaro Schwegler  
Alceu Grade  
Celso Marcolin  
Eduardo Seleme  
Heleny Mendonça Meister  
Maury Santos Júnior  
Orlândio da Silva

## Conselho Fiscal

### Efetivos

Ilton Paschoal Rotta  
José Suppi  
Marcus Schlösser

### Suplentes

Almir Manoel Atanázio dos Santos  
Marlene Pitt Dullius  
Roseli Steiner Hang

### Representantes Institucionais – Titulares

Felipe Castro do Couto – Representante do BRDE  
Mário Cesar dos Santos – Representante da ACAFE  
Sergio Luiz Gargioni – Representante da FAPESC  
Carlos Alberto Schneider – Representante da Fundação CERTI  
Elias Machado Gonçalves – Representante da UFSC  
Anacleto Ortigara – Representante do SEBRAE  
Nério Amboni – Representante da UDESC

### Representantes Institucionais – Suplentes

Richard Cunha Schmidt – Representante do BRDE  
Arno Bollmann – Representante da Fundação CERTI  
Rozangela Curi Pedroza – Representante da UFSC  
Marcondes da Silva Cândido – Representante do SEBRAE  
Graziela Dias Alperstedt – Representante da UDESC  
Aristides Cimadon – Representante da ACAFE  
Sebastião Iberes Lopes – Representante da FAPESC

## Diretoria Executiva

### FIESC / SC

Rodrigo Carioni – Chefe de Gabinete  
Henry Uliano Quaresma – Diretor de Relações Industriais  
Carlos José Kurtz – Diretor Jurídico  
Silvestre José Pavoni – Superintendente de Serviços Compartilhados  
Carlos Henrique Ramos Fonseca – Gerente Executivo da Coordenadoria de Planejamento e Controle da Gestão  
Carlos Roberto de Farias – Assessor de Comunicação e Marketing  
Fernando Pisani de Linhares – Gerente Executivo da área de Auditoria

### SENAI / SC

Sérgio Roberto Arruda – Diretor Regional  
Antônio José Carradore – Diretor de Operações

### SESI / SC

Fabrizio Machado Pereira – Superintendente

### IEL / SC

Natalino Uggioni – Superintendente

**FIESC**  
*A FORÇA DA INDÚSTRIA CATARINENSE*

Rodovia Admar Gonzaga, 2.765 - Itacorubi - Florianópolis - SC - CEP 88.034-001  
Fone (48) 3231-4651 - Fax (48) 3231-4669  
[www.fiescnet.com.br](http://www.fiescnet.com.br)

**FIESC**  
A FORÇA DA INDÚSTRIA CATARINENSE